

Políticas públicas, inovação e tecnologias: olhares em construção



Organizadores:

Gilson Pôrto Jr.

Anderson da Costa Lacerda

Igor Arnaldo de Alencar Feitoza



Observatório
Edições

Audiodescrição:

Capa do livro Políticas Públicas, Inovação e Tecnologias: olhares em construção. Organizadores Gilson Porto Junior, Anderson da Costa Lacerda e Igor Arnaldo de Alencar Feitoza. Publicado sob o selo Observatório Edições. Capa retangular vertical com fundo na cor preto.

Fotografia ao centro de um olho aberto de uma pessoa de pele amarela. No rodapé alinhado a direita um logotipo em formato da letra V insinuando um pássaro batendo as asas com uma asa na cor a amarelo e outra asa na cor verde. A logomarca abaixo do pássaro de nome Observatório Edições.

Gilson Pôrto Jr.
Anderson da Costa Lacerda
Igor Arnaldo de Alencar Feitoza
(Org.)

POLÍTICAS PÚBLICAS, INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS: Olhares em construção

Observatório Edições
2023

Diagramação/Projeto Gráfico: Gilson Pôrto Jr.
Arte de capa: Adriano Alves, com uso de IA Generativa.

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pelo Selo Observatório/OPAJE estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Dados Internacionais de Catalogação
Código de Catalogação Anglo-Americano AACR2

P769

Políticas públicas, inovação e tecnologias: olhares em construção [recurso eletrônico]. / Organizadores: Gilson Pôrto Jr., Anderson da Costa Lacerda, Igor Arnaldo de Alencar Feitoza -- Palmas, TO: Observatório Edições, 2023.
250 p.

Contém bibliografia
ISBN 978-65-999742-6-7

1. Tecnologia e inovação. 2. Políticas públicas. 3. Política Nacional de Inovação. I. Pôrto Jr, Gilson. II. Lacerda, Anderson da Costa III. Feitoza, Igor Arnaldo de Alencar.

CDD 338.064
CDU 331.04
338.2
LCC HC79.T4

Marcelo Diniz – Bibliotecário – CRB 2/1533. Resolução CFB 184/2017.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Observatório Edições e/ou do OPAJE/UFT. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Todos os artigos passaram por avaliação dos pares.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REITOR
Prof. Dr. Luís Eduardo Bovolato

Pró-Reitor de Graduação
Prof. Dr. Eduardo Cezari

VICE-REITOR
Prof. Dr. Marcelo Leinerker
Costa

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Prof. Dr. Raphael Sanzio Pimenta

Pró-Reitor de Extensão e Cultura
Profa. Dra. Maria Santana Ferreira dos Santos

Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT)

Dra. Erika da Silva Maciel
Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior
Dr. Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma
Dr. José Lauro Martins
Dr. Nelson Russo de Moraes
Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Dra. Marli Terezinha Vieira

SELO EDITORIAL Observatório/OPAJE CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE
Prof. Dr. José Lauro Martins

Membros:

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),
Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

Profa. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Caxias do Sul; Universidade Federal do
Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de mendonça Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Prof. Dr. Fagno da Silva Soares
Clio & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História
Oral e Memória – Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Brasil

Prof. Dr. Luiz Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Prof. Dr. José Manuel Pelóez
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

Como Referenciar ABNT NBR 6023/2018

Documento no todo

PÔRTO JR, Gilson; LACERDA, Anderson da Costa; FEITOZA, Igor Arnaldo de Alencar (orgs.). **Políticas públicas, inovação e tecnologias: olhares em construção**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2023. ISBN 978-65-999742-6-7.

Nos Capítulos

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. *l/r*.
PÔRTO JR, Gilson; LACERDA, Anderson da Costa; FEITOZA, Igor Arnaldo de Alencar (orgs.). **Políticas públicas, inovação e tecnologias: olhares em construção**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2023, p. XX-XX. ISBN 978-65-999742-6-7.

SUMÁRIO

PREFÁCIO / 9

Gilson Pôrto Jr.

CAPÍTULO 1: DISCUSSÕES TEÓRICAS ACERCA DA CONSTITUIÇÃO DA C&T: fomento do estado, construção do campo científico e políticas públicas / 13

César Alessandro Sagrillo figueiredo

Capítulo 2: POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL: Uma análise dos gestores estaduais sobre a política pública de turismo das estâncias turísticas do Estado de São Paulo / 37

Aracelis Gois Morales Rigoldi

CAPÍTULO 3: APLICAÇÃO DA LEI 8.666/93 NA GESTÃO DE PROJETOS DA FUNDAÇÃO DE APOIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO TOCANTINS-FAPTO / 71

Léo Araújo da Silva, Marli Terezinha Vieira, Francisco Gilson Rebouças Porto Junior, Valéria Rueda Elias Spers e Aracelis Gois Morales Rigoldi

CAPÍTULO 4: LIDERANÇA E MUDANÇA ORGANIZACIONAL: um estudo na perspectiva de paradigma intangível / 99

Marli Terezinha Vieira, Francisco Gilson Rebouças Porto Junior, Valéria Rueda Elias Spers e Aracelis Gois Morales Rigoldi

CAPÍTULO 5: GAMIFICAÇÃO E A JORNADA DO HERÓI DE JOSEPH CAMPBELL: Uma Análise Epistemológica no Contexto da Inovação e Tecnologia / 125

Igor Arnaldo de Alencar Feitoza

CAPÍTULO 6: A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO SETOR PÚBLICO. O CASO DA PREFEITURA DE TERESÓPOLIS-RJ / 149

Cleiton Evandro Corrêa Pimentel

CAPÍTULO 7: INOVAÇÃO NOS SERVIÇOS CONTÁBEIS EM MERCADO DE AÇÕES PÓS PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS – TO / 173

Gabriel Machado Santos, Francisco Gilson Rebouças Porto Junior, Fausto dos Santos Braga Júnior e Marcos Antonio Dozza

CAPÍTULO 8: TECNOLOGIA VISANDO MAIS ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E AUTONOMIA / 215

Anderson da Costa Lacerda e Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES / 245

No livro **Políticas públicas, inovação e tecnologias**: olhares em construção você encontrará percepções diversas sobre a inovação e as tecnologias. São capítulos independentes mas que trazem elementos de inovação e de tecnologias como eixos fundantes das discussões.

Neste sentido, abrimos o livro com o **CAPÍTULO 1: DISCUSSÕES TEÓRICAS ACERCA DA CONSTITUIÇÃO DA C&T: fomento do estado, construção do campo científico e políticas públicas** de César Alessandro Sagrillo figueiredo. O autor examina sob a perspectiva teórica a evolução do campo da Ciência e Tecnologia, desde a sua emergência no século XIX até a sua maturação no limiar do século XX.

No Capítulo 2: **POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL: Uma análise dos gestores estaduais sobre a política pública de turismo das estâncias turísticas do Estado de São Paulo**, de Aracelis Gois Morales Rigoldi analisa a importância que os gestores públicos estaduais atribuem ao conhecimento do turismo voltado

para o olhar da compreensão da aplicação do dinheiro público no suposto desenvolvimento da atividade, utilizando como referência a política pública de turismo no Estado. Os resultados evidenciam que, apesar dos gestores reconhecerem a importância dos repasses financeiros, a realidade prática não condiz com as legislações vigentes.

Já no **CAPÍTULO 3: APLICAÇÃO DA LEI 8.666/93 NA GESTÃO DE PROJETOS DA FUNDAÇÃO DE APOIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO TOCANTINS-FAPTO** os autores Léo Araújo da Silva, Marli Terezinha Vieira, Francisco Gilson Rebouças Porto Junior, Valéria Rueda Elias Spers e Aracelis Gois Morales Rigoldi analisam a aplicação da Lei 8.666/93 na Gestão de Projetos da Fundação de Apoio Científico Tecnológico do Tocantins-FAPTO, cujo objetivo é estimular, apoiar e incentivar as atividades inerentes ao ensino, à pesquisa, à extensão, à cultura, ao desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e artístico de interesse da Universidade Federal do Tocantins (UFT), outras instituições governamentais, não-governamentais, além de empresas e privadas.

No **CAPÍTULO 4: LIDERANÇA E MUDANÇA ORGANIZACIONAL: um estudo na perspectiva de paradigma intangível**, Marli Terezinha Vieira, Francisco Gilson Rebouças Porto Junior, Valéria Rueda Elias Spers e Aracelis Gois Morales Rigoldi analisam artigos nacionais e internacionais referentes ao tema que foram publicados nos anos de 1993 a 2011. Os dados e informações foram buscados na base de dados de periódicos da Capes o *Scopus- Elsever*; e resultaram em artigos nas mais variadas áreas do conhecimento; e, após aplicação de filtro para a área de gestão de negócios e contabilidade, resultaram como objeto de estudo seis artigos, publicados nos Estados Unidos da América, Canadá, Kuwait, Romênia e Austrália.

No **CAPÍTULO 5: GAMIFICAÇÃO E A JORNADA DO HERÓI DE JOSEPH CAMPBELL: Uma Análise Epistemológica no Contexto da Inovação e Tecnologia**, Igor Arnaldo de Alencar Feitoza e Francisco

Gilson Rebouças Porto Junior exploram a convergência entre a gamificação e a estrutura narrativa da "Jornada do Herói" de Joseph Campbell no contexto da inovação e tecnologia. A gamificação incorpora elementos de jogos em contextos não lúdicos para engajar e motivar, enquanto a Jornada do Herói reflete a busca universal por crescimento e transformação. A interseção desses conceitos oferece potencialidades imersivas e impactantes para promover aprendizado e desenvolvimento pessoal.

No **CAPÍTULO 6: A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO SETOR PÚBLICO. O CASO DA PREFEITURA DE TERESÓPOLIS-RJ**, Cleiton Evandro Corrêa Pimentel analisará a alteração dinâmica e necessária da cultura dos serviços públicos, consolidada pela prática do uso do papel burocrático e conceitualmente palpável. O objeto central faz uma análise crítica da operacionalidade da Prefeitura Municipal de Teresópolis, na transformação dos serviços tradicionais analógicos numa transição para os serviços digitais.

Já no **CAPÍTULO 7: INOVAÇÃO NOS SERVIÇOS CONTÁBEIS EM MERCADO DE AÇÕES PÓS PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS – TO**, os autores Gabriel Machado Santos, Francisco Gilson Rebouças Porto Junior, Fausto dos Santos Braga Júnior e Marcos Antonio Dozza identificam e sugerem uma inovação local para os escritórios de contabilidade do município de Dianópolis — TO pós pandemia, pois se entende que o mercado em renda variável em especial o de ações na bolsa de valores terá uma rentabilidade maior que os investimentos em renda fixa, tendo em vista que este último as taxas atreladas a esses investimentos estão bastante reduzidas e com tendência de queda.

E, finalizando o livro, temos o **CAPÍTULO 8: TECNOLOGIA VISANDO MAIS ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E AUTONOMIA**, de Anderson da Costa Lacerda e Francisco Gilson Rebouças Porto Junior discutem como as tecnologias da informação e comunicação (TIC) no âmbito educacional, TIC é a sigla para Tecnologias da Informação e da Comunicação e diz respeito às máquinas, equipamentos

(*hardware*) e programas, aplicativos (*software*) que geram o acesso ao conhecimento, através de redes de computadores conectados ao redor do globo. Esses pode ampliar a acessibilidade, a inclusão possibilitando mais autonomia para aqueles que algumas vezes estão marginalizados e a par da sociedade.

Entendemos que a publicação deste livro busca apontar caminhos de pesquisas, visões sobre o tema para funcionar como porta para outras pesquisas, fomentando a colaboração, tão necessária nos processos de inovação.

Boa Leitura!

Palmas, Tocantins, dezembro de 2023

Gilson Pôrto Jr.

DISCUSSÕES TEÓRICAS ACERCA DA CONSTITUIÇÃO DA C&T: fomento do estado, construção do campo científico e políticas públicas

César Alessandro Sagrillo figueiredo

Introdução

Ao trabalharmos com o campo de Ciência e Tecnologia (C&T), percebemos que o cenário é composto por uma miríade de atores, bem como por uma série de motivações e influências do espectro nacional e internacional que formatam o campo de estudo. Nesse cenário, igualmente, realçamos a importância da economia como impulsionador dos rumos e dirigismo político em que será fomentado a comunidade científica. Assim sendo, ao discorrermos sobre todos esses componentes, portanto, refletimos que precisamos colocar em tela todos esses condicionantes e, enfaticamente, dando o peso histórico do modo como fora formatado e construído o cenário tecnológico.

A partir do exposto, temos como objetivo principal deste artigo examinar sob a perspectiva teórica a evolução do campo da Ciência e Tecnologia, desde a sua emergência no século XIX até a sua maturação no limiar do século XX (HOBBSAWM, 1995; ARRIGHI, 1996). A fim de refinar um tema amplo e com tempo transcorrido

longo, torna-se pertinente dividirmos o estudo nos seguintes momentos: 1) Revisão acerca da evolução da ciência e, conseqüentemente, da importância da Revolução Industrial para o aporte do setor tecnológico. 2) Estudo teórico sobre os componentes que compõe o Estado na elaboração de política públicas para o setor e de maneira detida as próprias especificidades do campo científico com os seus agentes. 3) Análise da importância das políticas públicas da área de C&T, apontando as suas debilidades e os conflitos existentes entre o corpo dirigente dentro das lógicas do Estado.

Para efeitos teóricos acerca de Estado, buscamos o lastro a partir da revisão bibliográfica de Poulantzas, em que o autor em linhas gerais trabalha em seus livros mediante o seguinte delineamento, quais sejam: 1) *Poder Político e classes sociais* (1986), em que o Estado é pensado como uma estrutura jurídica-política de modo a fomentar o capitalismo; 2) *Fascismo e Ditadura* (1978), refletindo sobre o Estado como um aparelho repressivo e ideológico; e, finalmente ao conceito que melhor delinea a este estudo no livro *O Estado, o poder, o socialismo* (1985) em que o autor sentencia o Estado como uma "condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe (POULANTZAS, 1985, p. 148). Mais adiante, conforme citação:

O Estado não constitui no entanto um simples conjunto de peças descartáveis: ele apresenta uma *unidade de aparelho*¹, isso que se designa comumente pelo termo de centralização ou *centralismo*, ligada dessa vez a unidade, através de suas fissuras, *do poder de Estado*. Isso se traduz em favor da sua política global e maciça em favor da

¹ Grifos do autor.

classe ou fração hegemônica, atualmente o capital monopolista (IDEM, p. 157).

Nessa perspectiva, com vista a explanação do objeto de análise, destacamos que não trabalharemos com nenhuma país específico como estudo de caso, mas sublinhamos que refletimos a partir do diálogo dos autores focado neste artigo, em que, via de regra, pensaram de modo combinado as articulações entre o fomento do Estado e a evolução C&T, sobretudo nos *cases* dos países do capitalismo avançado. Ainda, ampliando o debate sobre a temática, torna-se importante enfatizar alguns pontos de suma importância que serão abordados, especificamente, sobre a constituição do campo científico através do arcabouço de Pierre Bourdieu (1983) e sobre o estudo teórico e empírico de políticas públicas de Estado (SOUZA, 2006). No tocante a metodologia empregada de acordo com o desenho deste artigo, versará dentro de uma pesquisa qualitativa através de uma revisão bibliográfica concernente ao tema.

As bases fundantes da ciência no século XIX e o aporte estatal

O modelo de C&T de acordo como operacionalizamos ao longo do século XX teve as suas bases embrionárias nas transformações ocorridas no final do século XVIII e, mais detidamente, em todas as mudanças ao longo dos anos 1800 e que transformaram radicalmente o modo de fazer ciência e cultura. Também, devemos ter em tela as formas engendradas, *a posteriori*, que modificaram o modelo de construir conhecimentos com vista incorporar o capital no seu desenvolvimento a partir da segunda metade do século XIX até a consolidação e diálogo fecundo como instrumento político na Segunda Guerra Mundial, vindo, portanto, a ter a sua institucionalização² em diversas nações no século XX.

² De acordo com o Mainwaring e Torcal (2005, p. 254): "Institucionalização refere-se a um processo pelo qual uma prática ou organização se torna bem

Nessa perspectiva histórica, Hobsbawm (1977) explana que a grande transformação ocorrida e que venho dar um primeiro ciclo virtuoso à ciência, à tecnologia, à cultura e o desenvolvimento das carreiras acadêmicas foi a dupla revolução ocorrida nesse período, quais sejam: 1) a Revolução Francesa (1789); e, 2) a Revolução Industrial, sendo que as duas, ao seu modo e de maneira combinada, fomentaram uma série de transformações que o autor definiu como a *Era das Revoluções*.

Melhor explicando o período, Hobsbawm sustenta que essa dupla revolução impulsionou uma nova classe emergida desses processos, que seria a burguesia: livre das amarras da igreja e da servidão. Ou seja, na medida que a Revolução Francesa irrompeu, em seu cerne e como produto, nascia junto uma classe burguesa disposta a romper com os liames feudais e, conseqüentemente, interessada no novo mundo que se descortinava sem as barreiras outrora imposta pela velha ordem baseada na dicotomia entre nobreza e servidão. Essa classe emergida fomentou, também, a nova ordem econômica que surgia nesse processo e dando o amparo para uma revolução onde as máquinas iriam ter um grande protagonismo, logo, transformando radicalmente e de maneira muito rápida o modo de vida, assim como o ethos de toda a sociedade do período.

Esse universo, portanto, nascia fecundo com todas as transformações imbricadas nessa nova ordem. Uma sociedade que emergia livre das amarras feudais, desassociado do saber religioso e aberta ao conhecimento secularizado, de acordo com os ditames revolucionários jacobinos. Do mesmo modo, se abria com uma

estabelecida e amplamente conhecida, senão universalmente aceita. Os atores desenvolvem expectativas, orientações e comportamentos baseados na premissa de que essa prática ou organização prevalecerá no futuro previsível. Em política, institucionalização significa que os atores políticos têm expectativas claras e estáveis em relação ao comportamento dos outros atores”.

realidade em que as máquinas precisavam de inovação para implementar a riqueza, melhor dito, toda a transformação do período fabril era produto da potência intelectual dos homens que buscavam extrair o máximo de tecnologia, dentro da cultura do período, justamente, a fim de aplicar na nascente indústria que frutificava.

Torna-se importante essas marcações, pois tivemos um grande salto e progresso naquele período, de maneira enfática se explicitarmos o grande número de invenções que tiveram nos idos do século XIX. Nas palavras de Hobsbawm:

Não só em relação à pesquisa aplicada, mas também em relação aos ousados avanços do campo do conhecimento, que assustava a própria ciência oficial, é prova suficiente de que o progresso científico de nosso período não pode ser separado da revolução industrial (1977, p. 315).

Nessa quadra histórica, também, devemos colocar em destaque a emergência do campo científico que foi construído neste período, especialmente a construção de novas universidades e, por conseguinte, a ampliação de novíssimas áreas do saber que antes não figuravam como disciplina, matérias ou curso superior de modo oficial. Em síntese, esse universo que se descortinava a partir de um uma sociedade mais secularizada e impulsionado pelo Revolução Industrial, conseqüentemente, brindava com originais ramificações do conhecimento, exemplificando, surgiam no século XIX a profissionalização dos cursos de geografia, biologia, sociologia e até mesmo de história, entre outros cursos. No mesmo gradiente, essa ampliação crescia com novos métodos, pesquisas e saída de campo, assim como outros apetrechos profissionais acadêmico e com rigor

científico, ainda embrionários, mas que foram marcantes para a consolidação das pesquisas realizadas nas universidades.

Destaca-se, além das novas universidades construídas, o cenário que se multiplicava com a criação das carreiras profissionais a partir do mundo intelectual que se descortinava, configurando uma classe média emergente, totalmente original nos centros urbanos que afluíam na Europa, associada e combinada com a arrancada da Revolução Industrial. Inclusive, Hobsbawm destaca que “havia muito industriais inteligente, de espírito experimentador, e até mesmo cultos, que lotavam as reuniões da Associação Britânica pra o Progresso da Ciência (1977, p. 208).

Destacamos que esse era outro fato de fundamental importância que emergia no século XIX, a difusão das sociedades de cultura e de ciência, por exemplo, com as exposições das novas inovações tecnológicas nas feiras das cidades emergentes. Contudo, nesse universo franco de expansão do ensino, obviamente, a educação não era pública e universal, uma vez que a sociedade tinha as suas barreiras para inserção democrática de todos. Nesse sentido, destacamos que havia impedimentos de classes naquele período para filtrar somente os de dentro da nova elite burguesa para a ascensão do mundo novo que se descortinava, segundo Hobsbawm:

A nova sociedade não facilitava o ajustamento. Os que aceitavam as evidentes bençãos da civilização da classe média e das maneiras da classe média podiam gozar de seus benefícios livremente; os que as recusavam ou não eram capazes de obtê-las simplesmente não contavam (1977, p. 219)

Então, podemos apontar que no transcurso do século XIX, já na sua segunda metade, as universidades possuíam uma razoável expertise e formavam um número considerável de profissional para

esse mercado emergente. Enfatizamos que nessa junção do mundo burguês que se formatava, muitas empresas também já possuíam o seu próprio laboratório, diminuindo, assim, as fronteiras entre o mundo acadêmico científico e o ambiente industrial. Desta forma, nas palavras de Morel (1979, p. 15): “ciência, técnica e indústria se integravam num sistema; assistimos à ‘cientização da tecnologia’ havendo entre ciência e tecnologia uma relação de ‘feedback’”.

A produção de conhecimento tornar-se-ia uma moeda de troca muito rica naquele período, logo, os países que detinha as melhores técnicas de pesquisas e inovações, conseqüentemente, conseguiram sair na frente na prospecção de mercados, sobretudo, se considerarmos que no final do século XIX aprofundaram-se à investidura em novos territórios a ser colonizados e explorados, que Hobsbawm denominou como a *Era dos Impérios* (1988). Nesse cenário em expansão, especialmente na Europa, os Estados nacionais que surgiam no processo de independência após as Guerras Napoleônicas e, *a posteriori*, os que se unificaram enquanto Estado-nação (Alemanha e Itália), somado aos países que já possuíam estrutura estatal consolidada, desempenhavam um papel extremamente forte nessa expansão e incentivando a indústria nascente em vias de maturação.

Ou seja, é nessa nova moldura que surgia, com oportunidades distintas, que muitos países se viram impelidos a consolidarem o seu sistema universitário, fomentar as carreiras nascentes e inaugurar novos cursos, justamente, com vista a granjear mercado e vislumbrar oportunidades comerciais com retorno crescente para os seus países. Nesse cenário, portanto, vai refletir na seguinte caracterização na viragem para o século XX entre os entes público e privado:

[...] em primeiro lugar sob a forma de subvenções diretas aos centros de pesquisa das empresas privadas a fim de assegurar –

ao nível internacional – a competitividade das mesmas, em segundo lugar, ao nível de infraestrutura estatal, criando grandes centros de pesquisa [...] com isso o Estado assume os gastos para a pesquisa não imediatamente capitalizáveis, isto é, cujo rendimento só se dá com uma defasagem do tempo considerada insustentável pela indústria (FREITAG, 1979, p. XIX)

Esse enlace entre Estado, Universidade e indústria, de fato, se materializou com vigor de acordo com o modelo que conhecemos com o evento histórico da II Guerra Mundial, em que pese a política científica passou a ter um impacto e abrangência global, tanto pelo reflexo da guerra como pelo recurso tecnológico absorvido pelas nações envolvidas no conflito (HOBSBAWM, 1995). Obviamente que os países do capitalismo avançando, exatamente aqueles que deram a primeira arrancada na industrialização, tiveram o seu protagonismo nesse conjunto de forças e, por outro lado, ficaram extremamente esvanecidos os países periféricos do capitalismo tardio³. Precisamente, esse fato tornou-se um dos grandes óbices que levam, ainda hoje, esses países a ficarem em posição deficitária entre os grandes *players* científicos internacionais.

Fechando essa análise, a ciência passou a ser um grande instrumento para a alavancada econômica de muitos países, sendo que os que tiveram grande êxito foram os que conseguiram construir o diálogo necessário de maneira virtuosa entre essas unidades estudadas, quais sejam: ciência, indústria e capital estatal. Nessa

³ Para discussões teóricas a respeito das distinções entre capitalismo avançando e capitalismo tardio a literatura política e econômica é vasta, sugiro os seguintes autores: MANDEL, Ernest. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. GIDDENS, Anthony. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

perspectiva, asseveramos que o capitalismo se fortificou com a ciência, ao mesmo tempo, o campo científico também conseguiu o seu protagonismo e a robustez necessária com o anteparo econômico e fomento do capital. Quanto a discussão do campo científicos, entretanto, devemos esclarecer que não é um lócus unívoco, mas sim um espaço de muitos conflitos, inclusive com o próprio capital, haja vista é reflexo e produto de todas as contradições das frações de classes que procuram extrair o máximo dos insumos das pesquisas científicas.

Reflexões acerca do campo científico

Para discutirmos acerca da formação do campo científico nos reportamos a obra homônima de Bourdieu (1983), em que o autor enfatiza que a produção desse campo é feita através de uma estrutura previamente articulada entre os vários atores que o compõem. Melhor dito, entre um jogo de forças de diversos agentes e instituições que visam disputar espaço, conseqüentemente, mobilizar estratégias num jogo extremamente dialético. Nesse sentido, evidencia que campo científico está historicamente situado, pois provém dessas estruturas preteritamente herdadas, conseqüentemente, devendo ser considerado para estudo todo o arcabouço que engendrou previamente e modelou o campo científico.

Dialogando, ainda, realça que é importante destacar as arenas políticas que o fomentaram, sendo mobilizando essas forças dentro das próprias instituições políticas, por conseqüente, os diferentes pesquisadores irão elaborar o seu próprio espaço: "o universo 'puro' da mais 'pura' ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros (IDEM, 1983, p. 122).

Nesse sentido, segundo o autor, o campo científico é construído por esses agentes com as suas posições adquiridas ao longo da sua jornada acadêmica, assim, acabam lutando pela

manutenção e pelo monopólio das suas pesquisas. Bourdieu também vai enfatizar que o campo científico precisou construir a sua legitimidade social, tanto perante a sociedade como de maneira endógena pelo reconhecimento dos próprios pares, talvez uma das faces mais belicosas do trabalho, uma vez que precisam disputar espaço de pesquisa, de recursos e fontes de investimento – sempre extremamente complicado quando requer manutenção dos centros de pesquisas e reconhecimento científico. Deste modo, nesse jogo estratégico para legitimar o campo e sua posição é importante destacar que:

Só pode constituir-se com a condição de perceber claramente que às diferentes posições no campo científico associam-se representações da ciência, estratégias *ideológicas* disfarçadas em *tomadas de posição epistemológicas*⁴ através das quais os ocupantes de uma posição determinada visam justificar sua própria posição e as estratégias que eles colocam em ação para mantê-la ou melhorá-la e para desacreditar, ao mesmo tempo, os detentores da posição oposta e suas estratégias (BORDIEU, 1983, p. 154).

Portanto, vai ganhar espaço quem tiver mais prestígio, reconhecimento social e demais capitais investidos de maneira a dar o retorno necessário para a legitimação dos seus grupos de pesquisas perante os seus investidores, seja eles públicos ou privados. Assim, será o próprio campo científico que vai definir as

⁴ Grifos do autor.

suas estratégias de conservação a partir das lógicas impostas, fundamentalmente associados com as instâncias que o sustentam, muitas vezes blindando os novatos e reproduzindo pares intelectuais na academia⁵. Mesmo aparentemente possuindo lógicas próprias, entretanto, devemos evidenciar que Bourdieu pensa o campo como instância que possui uma relativa autonomia na sua gerência, haja vista o autor reitera que o campo científico fundamentalmente dependente das relações de poder, das articulações com o capital e sobretudo das conexões com a superestrutura do Estado. Logo, nesse mundo científico em que o prestígio, a autoridade e o reconhecimento são as moedas de grande valor para a mobilidade dos agentes, fazem necessário operacionalizar esses instrumentos com maestria, justamente, a fim de mobilizar o próprio campo junto as autoridades do poder e granjear mais capital de distinção perante seus pares.

Destaca-se no seu estudo que o autor intenciona evidenciar que existe um rompimento entre as várias unidades das comunidades científicas, mesmo que aparentemente pareça possuir uma coesão. Melhor explicando, segundo o autor não haveria uma harmonia entre os vários campos, mas sim uma luta, muitas vezes desiguais, precisamente de forma intencional pela busca de capitais de distinção que daria legitimidade aos grupos de pesquisa mais eminente e, obviamente, alijando os pares que não conseguem se reproduzir de igual modo dentro do espaço científico.

Ainda, enfatiza a existência de um elenco de personagens, todos mobilizando uma incessante busca por mercados e clientes. Assim como há estratégias de fomento para disputar os diferentes mercados, em que essa busca incessante procura evidenciar distinção entre as arenas; contudo e reiterando, longe de ampliar o campo, pelo contrário, acaba o tornando ainda mais restrito e

⁵ Para melhores estudos sobre o campo científico detidamente na academia, sugerimos um aprofundamento teórico de Bourdieu no livro *Homo academicus* (2011).

belicoso, uma vez que fica circunscrito a quem possui mais capital de distinção para dominação e legitimação do espaço de pesquisa, por conseguinte, procurando constituir-se como os grandes *players* junto ao mercado de C&T.

Buscando dialogar com a teoria elaboradas por Bourdieu, também, podemos ampliar e pensar nas formas que são operacionalizados os campos científicos de diversos países, de modo a vencer o melhor no plano internacional, obliterando, como esperado, os seus pares na busca por mercado e lucro. Nessa analogia, como consequência, podemos refletir que nessa corrida por legitimação, distinção e espaço funciona com maestria para a concorrência do capital financeiro internacional, impulsionado por diferentes países dispostos a ocupar territórios com vista a consolidar suas pesquisas nas instâncias internacionais.

A partir da teoria Bourdiana e refletindo com o nosso objeto de pesquisa, inclusive, podemos pensar o quanto o campo científico sofre os impactos das arenas públicas para fomentar as suas pesquisas. Ou seja, mesmo possuindo estruturas internas previamente definidas e historicamente herdadas, bem como uma relação de reciprocidade que reforçam o campo entre os pares que se reconhecem; não obstante, sofrem as agruras do próprio universo político e econômico, que mesmo reconhecendo a legitimidade social do campo científico o trata como mais uma arena que precisa dos recursos públicos para poder subsistir. Refinando o estudo, também, convidamos a analisar sobre a dependência da ciência face aos ditames do mercado, assim como os reflexo em virtude das distintas conjunturas políticas nacionais e internacionais, uma vez que o cenário político e o mercado impacta fortemente na condução do próprio campo científico.

Debatendo sobre essa questão, refletimos sobre os financiamentos para pesquisa, mensurando quais os temas mais emergentes nas pesquisas e quais são os consolidados. De igual modo, mesmo avaliando a respeito da trajetória de grupos sólidos

de pesquisa, percebemos que pode ocorrer que esses podem não se tornar relevantes dependendo da conjuntura científica e política, precisamente, por deixar de receber incentivo financeiro enquanto política de Estado – como causa, por exemplo, pode ser tanto por motivos ideológicos quanto por não darem o retorno esperado do investimento financeiro empregado.

Buscando ampliar o debate iniciado com a teoria Bourdiana, partimos de uma análise sociológico do campo científico, coexistindo dilemas macrossociais (estruturas, políticas, recursos e arenas) para os dilemas microssociais (ação dos diversos agentes). Nesse último dilema enfocado, examinamos a existência de distintos agentes que o compõe, abarcando uma comunidade mais ampla dotada de potencialidades não somente junto aos eminentes cientistas, mas englobando os demais atores que trabalham no campo tanto internamente como em posição externa. Desta forma, é válido o seguinte argumento que visa a ampliar o conceito:

Um mundo da ciência pode ser definido como uma rede de atores comprometidos com a realização de atividades definidas como científicas que partilham recurso para realização dessas atividades e representações comuns sobre os modos de as realizar. Os mundos da ciência podem existir de forma territorializada ou desterritorializada, e em diferentes escalas – local, nacional e internacional (NUNES, 1996, p. 5)

Finalizando, a fim buscar a coesão junto a teoria exposta, portanto, cabe discorrer ainda com a noção de políticas públicas de Estado, precisamente pensando como sendo o lócus por excelência onde esse campo iria granjear recurso financeiro e sustentação para

germinar junto ao ambiente público. Delimitando o espaço de alocação de políticas públicas dentro do ambiente institucionalizado, precisamente, seria o ambiente onde a comunidade científica irá almejar uma maior inserção enquanto classe e elite social, buscando legitimação e visando fundos de capitais para as suas pesquisas em consórcio com o ente público estatal.

Diálogos sobre política pública e a sua importância para o campo da C&T

[...] a participação do Estado no apoio à inovação não é apenas desejável, é condição *sine qua non* para o desenvolvimento rumo à sociedade do conhecimento. Há muitas maneiras de esse apoio se realizar, e cada país deve escolher aquelas que melhor lhe convém, de acordo com sua situação presente e suas ambições (SALERNO; KUBOTA, 2008, p. 55).

Um das melhores vertentes teóricas a fim de analisar a participação do governo no âmbito da C&T é refletir nas formas em que são pensadas as políticas para o setor, melhor dito, no manejo que as instâncias públicas a realizam e o ordenamento das ações para o campo científico. Assim sendo, os conceitos e o acompanhamento de políticas públicas para C&T acabam sendo um dos melhores diagnósticos para evidenciar as funções do Estado nesse setor e, também, para compreender acerca das reais intenções dessas políticas estatais junto ao mercado financeiro, assim como para acompanhar as articulações que provém entre a academia e a indústria. A partir desse desenho teórico, podemos mapear todos

os *players* que compõe o jogo, assim como os *inputs* e *outputs* e os cenários onde estão inseridos o campo científico.

A fim de aprofundar o debate, sugerimos o diagnóstico a partir de uma análise longitudinal, apontando temporalmente os ciclos políticos e/ou modelo econômico que foram implementando no país estudado para acompanhar a sua evolução e, respetivamente, a política pública adotada para a ciência. Conforme discussões iniciais refletindo sobre a institucionalização da C&T, reiteramos que devemos analisar a partir das condicionantes situadas historicamente para uma melhor interpretação, de acordo com a marcação temporal de cada fase do seu desenvolvimento, *pari passu* com a evolução do capitalismo, da ciência, bem como avaliando como o fomento estatal serviu de incubador da ciência com a sua respectiva política pública aplicada.

Detidamente quanto a utilização do *modus operandi* de Política Pública e sua relação com o campo científico, enfatizamos que as discussões sobre o tema não é novidade, muito pelo contrário, conforme já explicitado, uma vez que deita as suas raízes no período da II guerra mundial com a ação bélica dos Estados Unidos e, posteriormente, sendo impulsionado os seus instrumentos de agenda durante a Guerra Fria em virtude do conflito entre Estados Unidos e União Soviética. Ou seja, destacamos que as políticas públicas nascem fecundas como decisões do governo americano pensadas para a corrida armamentista daquele período, logo depois, se espalhando como fundamentação teórica e prática para outros arenas estatais (SOUZA, 2006). Após a consolidação desse cenário e sucesso naquele período, portanto, esse modelo de política pública passou a ser requerido como tema de decisões para outras instâncias do governo americano no âmbito da C&T, vindo a ser objeto e agenda para os demais países que adotaram.

Contudo, o estudo das políticas públicas refletindo no âmbito científico, para além do espaço bélico, ainda careciam de uma melhor explicação epistemológico e aplicabilidade, exatamente

pela multiposicionalidade da sua utilização entre as diversas instâncias de governo. Justamente em face dessa amplitude, portanto, houve desde o seu nascedouro discussões entre os vários campos de conhecimento com vista a sua instrumentação e operacionalização, por exemplo, economia, matemática, ciência política, geografia, demografia, saúde e entre tantas outras áreas onde poderia ser aplicado o conceito. Ou seja, em virtude dessa plasticidade, também, a política pública passou a ter um conceito elástico, conforme explicita Celina Souza:

Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (SOUZA, 2006, p. 26)

Torna-se importantíssimo enfatizar esse caráter amplo acerca do refinamento teórico, assim sendo, verificando que o conceito serve como maestria para os diálogos suscitados no campo científico. Ainda, embora haja essa multidisciplinaridade, Souza demarca que a razão da existência da política pública, de fato, é "colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável

independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (2006, p. 27). Nesse sentido, mesmo possuindo esse caráter amplo, percebemos que o fio condutor das políticas a serem implementadas possui um artifício muito bem definido através da posição do governo e a sua aplicação para o sucesso da sua plataforma. Nesse gradiente, o governo, em conjunto com a diretriz política econômica impulsionado pelo seu mandato, será o protagonista das deliberações e estimularão os setores chaves que se definirão como os condutores das políticas governamentais.

A partir do exposto, refletindo sobre a aplicação de políticas públicas eficientes no nosso objeto de pesquisa, podemos pensar como sendo o instrumento das ações colocados em práticas pelo Estado e que conduzirão aos programas tecnológicos, às ações, às metas e as demais conduções de um determinado país no que concerne a C&T. Isso posto, as deliberações das políticas públicas acabam tendo um protagonismo muito importante na agenda de governo, pois seria o cérebro que conduziria os rumos e diretrizes dos países.

Alargando a discussão, pontuamos que a elaboração das políticas públicas para o campo científico não nasce espontaneamente a partir das linhas técnicas de burocratas estatais, pois realçamos que provém de um diálogo fecundo emanado tanto do plano político como do âmbito social, conforme já explicitado, situado historicamente. Igualmente, frisamos que deve ser observado as agendas oriundas das arenas legislativas e de grupos de interesses específicos que mobilizam a política para o setor científico, visto que conceituamos o Estado como uma relação de forças entre classes e frações de classe em processo constante de disputas internas (POULANTZAS, 1985)

Quanto aos grupos de interesses que formam o governo, devemos reiterar que um governo se constrói como reflexo de uma constelação de alianças, envolvendo tanto público quanto privado,

do mesmo modo sendo impulsionado por ideologias e ditames de grupos econômicos. Cada um, a seu modo, influenciando as determinantes das políticas governamentais a serem materializadas para o setor. A partir dessa reflexão, colocamos como essencial a visualização dos interesses das múltiplas arenas que formam o governo, que associadas acabam formatando uma política de Estado para o setor tecnológico.

Ou seja, a partir da teoria bourdiana colocamos como importantíssimo analisar a acerca dos grupos de interesses, os quais estrategicamente irão desenhar os diferentes cenários em que materializarão as políticas públicas de Estado. Também, devemos pesar a influência da sociedade organizada que dentro dos diferentes canais de comunicação fazem ressoar as suas distintas demandas, obviamente, cada camada da sociedade ou movimento social irá ter pesos distintos, isso posto, impulsionado as diretrizes políticas *pari passu* com a sua capacidade elaborativa e poder de chantagem dentro da arena pública. Retomando o conceito de Bourdieu, cada arena irá canalizar a suas demandas de acordo com condições de pressão da sua categoria, assim como com o peso histórico herdado que possuem, rivalizando com as demais instâncias que compõem os distintos grupos de interesse no grande *player* para os desenhos da agenda pública de C&T dentro do governo. Devemos demarcar bem esse diálogo, reiterando o peso histórico formativo e a constituição dos grupos de interesse, uma vez que as políticas públicas são demandas e reflexos de processos históricos previamente bem definidos.

Ainda, buscando uma síntese integradora do conceito e sobretudo refletindo como a C&T podem sofrer os reflexos das políticas de governo de acordo com o seu interesse e ideologia, Souza (2006, p. 29 *apud* Lowi, 1964; 1972) tipologiza política públicas na seguinte modulação: 1) políticas distributivas, que possui como função principal contemplar grupos sociais ou regiões, em detrimento dos demais. 2) políticas regulatórias, que envolve a

burocracia, políticos ou grupos de interesses. 3) políticas redistributivas, que englobam um maior número de pessoas e são enfocadas como políticas sociais universais, extremamente conflitivas pois alijam e desacomodam grupos historicamente consolidados. E, por fim, 4) políticas constitutivas que vai trabalhar com os procedimentos. A partir desses quatro modelos, irão definir as políticas públicas de um determinado país, podendo essas serem mais abrangentes e inclusivas de modo a democratizar os acessos e o diálogo com a sociedade; ou encerrando com políticas com um forte viés de classe e sendo destinadas para setores específicos com a rubrica do governo que as implementam.

Também, devemos analisar que para a elaboração de determinadas diretrizes a serem seguidas irão responder não somente a uma agenda previamente deliberadas pelos gestores públicos, haja vista que é necessário a manutenção de ciclo de análise decisórios e avaliativos, justamente a fim de mensurar a abrangência e otimização das deliberações acerca da agenda. Nessa perspectiva, caso houver prejuízo ou resultado não esperado, conseqüentemente, será pertinente uma correção de rota e novos estudos prospectivos. Em síntese, a política pública mesmo tendo o seu caráter multidimensional e dotado de diferentes áreas que formatam a sua expertise, possuem rigor de análise e métodos acerca do seu marco regulatório e modelos, exatamente por isso torna-se pertinente uma análise longitudinal da condução da agenda aplicada no campo científico.

Em síntese, a fim de capturar as discussões mais premente sobre campo científico e seu diálogo com o conceito em tela tratado, percebemos que a política de C&T é reflexo direto das conjunturas e das políticas públicas a serem implementadas, com igual ênfase do alinhamento econômico e estímulo (ou inibição) de grupos de interesses posicionados junto a máquina do Estado com os seus distintos *inputs* e *outputs*. Sumarizando, a C&T nesse jogo de força recebe os reflexos das conjunturas nacionais e internacionais que o

condicionam, logo, sendo produto e objeto em disputa de diferentes mercados no jogo concorrencial do campo científico. Ainda, fechando a análise nessa seção destacamos que a ciência sofrerá diretamente os reflexos das políticas públicas a serem implementadas e ambicionadas pelo amplo campo político, por conseguinte, sendo reflexo dessa constelação de força dos agentes institucionais.

Conclusão

A presente estudo tinha como intuito o exame da C&T e os seus condicionantes formativos. A fim de reconstituir o cenário, primeiramente, devemos enfatizar que buscamos trazer em tela a importância da evolução tecnológica e científica *pari passu* com o próprio desenvolvimento da Revolução Industrial, conforme indicado nas referências teóricas e históricas propostas por Hobsbawm (1977; 1988; 1995). Tributário desse diálogo, também, o autor evidencia a importância dessa combinação entre a indústria, o capital estatal e a ciência para o próprio desenvolvimento nações do capitalismo avançado.

Essa combinação de *input* e *output* entre o mercado e o valor de incentivo do Estado para o desenvolvimento da C&T, de forma muito clara, pode ser visualizado através do avanço que os países do capitalismo avançado tiveram no pós II Guerra Mundial, pontualmente por meio das políticas públicas específicas para o setor. Conforme estudo, sendo pensando de maneira muito precisa na geopolítica daquele momento e dando os contornos para a arrancada definitiva dos países desenvolvidos, conseqüentemente, colocando em posição deficitárias os países que vieram a se estagnar como subdesenvolvidos.

No mesmo cenário de estudo, enfocamos a evolução do campo científico, enfatizando que o mesmo não é um campo único, muito pelo contrário, haja vista ser um universo belicoso e em contínuo processo de disputa. O capital de distinção angariado

nesse lócus torna-se, por conseguinte, um trunfo para buscar novos espaços, mercados e arenas para o desenvolvimento das pesquisas, tanto junto com as instâncias públicas quanto privadas, com vista a sustentar redes de pesquisa.

Fechando a análise de estudo, procuremos evidenciar a importância das políticas públicas de Estado para a sustentação e manutenção do campo da C&T. Para tanto, em face de ser um conceito extremamente amplo, portanto, carecia de melhor refino teórico por meio dos autores evidenciados (SOUZA, 2006), focando a evolução do conceito e as diferentes modalidades utilizadas pelos governos. Nessa discussão, materializa-se a importância direta do Estado como entreimpulsionador das diretrizes com vista a definir os destinos do campo científico, uma vez que será apenas com uma política consequente e exequível que haverá um desenvolvimento eficaz da pesquisa.

Concluindo, a partir dos indicativos teóricos e pensando os seus apontamentos com a evolução histórica da ciência, a constituição do campo científico, suas múltiplas arenas e, por fim, das políticas públicas estatais como elemento indutor da C&T, podemos analisar como indicativo de pesquisas futuras *cases* específicos de Estado-nações e examinar como foi o seu processo de desenvolvimento. Precisamente, investigando a sua evolução em face de determinadas apostas políticas destinadas ao setor da ciência e podendo examinar, inclusive, os sucessos, ou até mesmo fracassos, de diferentes países no setor tecnológico mediante suas escolhas.

Referências

- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século 20: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. São Paulo: UNESP: Contraponto, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In.: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: ed. Ática, 1983.

_____, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

FREITAG, Bárbara. (Prefácio). In.: MOREL, Regina Lúcia. **Ciência e Estado: a política científica e tecnológica do Brasil**. São Paulo: Queroz Ltda, 1979.

GIDDENS, Anthony. **A estrutura de classes das sociedades avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____, Eric. **A era dos extremos: O Breve século XX**. São Paulo: Cia da Letras, 1995.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. XI, nº 2, Out, p. 249-286, 2005. Disponível em:

<

<https://www.scielo.br/j/op/a/9MxGbtBskSyCqp37JKBWfbH/abstract/?lang=pt>> Acesso em 29/05/2022.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985

NUNES, João Arriscado. Entre comunidade de práticas e comunidades virtuais: os mundos da ciência e suas mediações. In.: **Oficina do CES** – Centro de Estudos Sociais. Coimbra, n. 70, mar. 1996.

MOREL, Regina Lúcia. **Ciência e Estado**: a política científica e tecnológica do Brasil. São Paulo: Queiroz Ltda, 1979.

PIERSON, Paul. **Politics in time**: history, institutions and social analysis. Princeton: Princeton University Press, 2004.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978

_____, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____, Nicos. **Poder político e classes sociais**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

SALERNO, Mário Sergio; KUBOTA, Luís Cláudio. Estado e Inovação. In: DE NEGRI, João Alberto; KUBOTA, Luís Cláudio (Ed.) **Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica no Brasil**. Brasília: IPEA, 2008.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologia**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-4, 2006. Disponível em:

<

<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 29/05/2022.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL: Uma análise dos gestores estaduais sobre a política pública de turismo das estâncias turísticas do Estado de São Paulo

Aracelis Gois Morales Rigoldi

Introdução

As cidades estâncias no estado de São Paulo, Brasil, são consideradas municípios com atrações de recursos naturais, culturais, históricos, religiosos, paisagísticos, que fomentam o crescimento e o desenvolvimento turístico do local (Aulicino, 2001; Fino & Queiroz, 2012; Raimundo et al., 2010). São criadas por projetos de lei com o objetivo de estimular o turismo, por meio dos recursos financeiros recebidos pelo Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos (FUMTUR), do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR) da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, com a finalidade de desenvolver programas de urbanização, melhoria e preservação ambiental das

estâncias de qualquer natureza existentes no território do Estado de São Paulo.

A atual legislação do Estado de São Paulo de nº 1.261/2015, é vista como um grande passo para a administração das políticas públicas em turismo para as estâncias paulistas (Rigoldi *et al.*, 2020a), no consentimento de um ranqueamento “saudável” para as melhores cidades decretadas estâncias paulistas, porém, falha nos critérios e nos instrumentos legais apresentados, sem definição clara da interação desses municípios no desenvolvimento e crescimento real do turismo no Estado (Raimundo *et al.*, 2010), favorecendo o turismo local e regional.

Ressalta-se ainda que é necessário melhorar essas legislações, enfatizando a importância das obras turísticas para o desenvolvimento sustentável, nas quais o turismo só será bom para o turista quando primeiramente for benéfico à população local. A atividade turística nem sempre está cercada de uma gestão capacitada, revelando profissionais atuando em empresas turísticas, organizações da sociedade civil e em órgãos públicos, com uma grande fragilidade em relação aos conhecimentos técnicos e teóricos da atividade turística sustentável (Rigoldi *et al.*, 2020b).

Diante disso, acredita-se que a maior dificuldade de se analisar as políticas públicas de turismo de uma localidade, e aqui, a do Estado de São Paulo relacionado às estâncias, está na verificação e divulgação dos fatos, motivo este de a Secretaria Estadual de Turismo ter passados por vários comandos de gestão de secretários, sem conhecimento técnico turístico e sem continuidade dos projetos e dos profissionais, na qual só no ano de 2017 e 2018 foram nomeados quatro secretários estaduais para a pasta de turismo. O que se percebe são pessoas ligadas aos partidos políticos, amigos, familiares, interesses políticos, implicando na impermanência na ocupação destes cargos.

Nesse contexto, o estudo tem-se como objetivo analisar a importância que os gestores públicos e técnicos estaduais atribuem

ao conhecimento do turismo voltado para o olhar da compreensão da aplicação do dinheiro público no suposto desenvolvimento do turismo, utilizando como referência a política pública de turismo no Estado de São Paulo, Brasil.

Políticas públicas de turismo

Uma política pública implica em ações que devem ser estruturadas pelas informações, sociedade, vontades, atos públicos do governo que beneficiam um povo como um todo. May & Jochim (2013) salientam que as políticas públicas devem conter um conjunto de compromisso políticos que retificam a opinião dos principais atores sobre os objetivos do governo, compondo a sua linha de atuação. Nesse propósito, as políticas públicas devem ser elaboradas em resposta às necessidades da sociedade, por meio de estratégias previstas e avaliadas, planejadas por todos os setores da sociedade e do governo (Pereira, 2008; Souza, 2006).

Para Hill & Hupe (2010); Malta *et al*, 2019; Saravia (2006); Subirats (2006); Rua (2014), o acompanhamento das políticas públicas deve estar embasado com uma grande avaliação constante, que consiste no momento de verificar e assegurar a implantação da execução, avaliação e reavaliação que devem ser constantes para estudo e medição da aplicação das políticas públicas no que concernem os objetivos propostos iniciais.

Nesse contexto, o trabalho de formulação das políticas públicas de turismo deve ser participativo, envolvendo efetivamente e de forma democrática as lideranças comunitárias locais (Boullon, 2002; Cruz, 2016; Rivas & Magadán, 2012; Moreno & Villarreal, 2017). Scótoló & Panosso Netto (2015) salientam que a participação da comunidade possibilita um planejamento pautado no turismo local com o controle efetivo das decisões sobre o futuro do turismo, como as diretrizes do seu crescimento e desenvolvimento.

Cruz (2016) salienta que a questão principal do planejamento é envolver as comunidades locais, priorizando ações que combatam a exclusão social, fortalecendo o futuro sustentável em todas suas vertentes. Para os autores, o futuro das políticas públicas de turismo depende da integração das políticas de turismo com as demais políticas setoriais. Assim, as políticas públicas de turismo de uma cidade devem ser direcionadas para o fortalecimento do setor, entrelaçadas com as políticas estaduais e nacionais, garantindo um percurso de crescimento e desenvolvimento entre o turismo e as demais atividades locais. (Beni 2012, Dwyer & Kim, 2003; Rivas & Magadán, M. 2012).

Metodologia

A pesquisa é resultado de uma construção social, onde a realidade é formada de maneira coletiva que abarca o epistemológico interpretativista construtivista, em que os significados não são descobertos e sim construídos, para entender como o conhecimento é gerado (Creswel, 2014). A base metodológica do estudo é pautada na pesquisa qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva com análise interpretativa. Godoi; Mello & Silva (2010) evidenciam que a pesquisa qualitativa se preocupa com a percepção de uma organização, um grupo social, podendo ser enfatizada em poucas amostras que, aborda um universo de valores, significados, atitudes e crenças.

Para o objetivo em questão, o estudo utilizou-se dos instrumentos de triangulação de análises da coleta de dados e da técnica de análise de Bardín (2016). As entrevistas foram realizadas no período de 2017 a 2021, com treze participantes, sob forma de agendamento, contato presenciais e telefônicos, com anuência de todos selecionados.

Os participantes selecionados foram os secretários de estado de turismo de São Paulo que ocuparam o cargo no período da pesquisa de 2017 a 2021, por possuírem o “poder” de realizar,

coordenar e planejar ações de políticas públicas de turismo no Estado; o presidente do Conselho de Orientação e Controle (COC), que junto com os demais membros do COC são os responsáveis de avaliar e aprovar os pleitos das estâncias turísticas; os engenheiros selecionados pela superintendente da CPOS que prestam serviço na Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS), que obtém o conhecimento técnico dos andamentos dos processos dos pleitos das estâncias turísticas durante o período analisado além da superintendente da CPOS; o deputado estadual autor da lei n. 1.261; e, o presidente da Associação das Prefeituras das cidades Estâncias do estado de São Paulo (APRECESP) que ocupa o cargo no período da pesquisa.

Para melhor apreciação, a pesquisa apresentou os resultados categorizados por gestores técnicos e gestores políticos, que direta ou indiretamente ambos têm o conhecimento das legislações de turismo e da aplicação de recursos financeiros nas estancias turísticas paulistas. Para melhor ilustração, o Quadro 1 apresenta a divisão dos participantes selecionados por gestão política e por gestão considerada técnica.

Quadro 1 - Participantes técnicos e políticos

Entrevi- stado	Seleção	Entrevi- stado	Seleção
S1	Participantes selecionados como gestores políticos	E1	Participantes selecionados como gestores técnicos
S2		E2	
S3		E3	
S4		E4	
P1		E5	
P2		E5	
D1		E5	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados da análise das entrevistas foram copilados e direcionados por meio das categorias que surgiram a *posteriori* da análise do estudo, ou seja, na composição da semelhança e na diferença de pensamentos por meio das respostas com os termos pesquisados (Bardin, 2016). As categorias e as subcategorias emergiram-se através da análise da discussão dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pautado na análise Bardin (2016) por meio da análise semântica, ou seja, aquela agrupada por temas com características existentes entre elas na consolidação dos objetivos da pesquisa, as categorias foram elencadas em dois grupos: a) pleitos para o DADETUR; e b) ranqueamento. Todavia, na análise das categorias por meio dos relatos dos sujeitos surgiram as subcategorias, conforme ilustra o Quadro 2.

Quadro 2 - Categorias e subcategoria de análise para as entrevistas

Categorias	Subcategoria	Análise
A) Pleitos para o DADETUR	- Conceito de estância - Distribuição de recursos	- Concepção de uma estância turística. - Conhecimento dos pleitos para o direcionamento do fomento do turismo para as estâncias turísticas.
B) Ranqueamento	- Legislação do turismo (lei nº1.261)	- Indicação de evolução da

	<ul style="list-style-type: none"> - Profissionalização da gestão do turismo no estado de São Paulo - Critérios para regulamentação 	<p>política pública de turismo do Estado.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de gestão do turismo. - Critérios de regulamentação como diferenciação
--	--	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

A) Categoria: Pleitos para o DADETUR

Essa categoria reflete as subcategorias denominadas de conceito de estâncias e a distribuição de recursos, na dimensão da importância de uma estância turística com a aplicação dos pleitos que estão sendo direcionados para o turismo com os recursos do DADETUR. Compreendem-se os pleitos com seus pontos fortes e fracos na visão dos gestores políticos e dos gestores técnicos para o fomento do turismo do estado de São Paulo.

Dentro dessa categoria durante a análise dos dados, percebe-se que a concepção de estâncias pôde ser considerada de comum conceito para todos os participantes, refletindo o pensamento de que uma estância é um lugar que atrai pessoas, contendo atrativos que possa atrair turistas para esses destinos. Nota-se que, o termo atrativo turístico é evidente nas falas de todos os sujeitos quando perguntado sobre a concepção de uma estância turística paulista, destacando que a concepção de uma estância está atrelada a concepção de atrativos. Enfatiza-se que para um município ser considerado estância é importante e necessário que a cidade tenha atrativos a oferecer (Aulicino, 2001).

A importância de um município apresentar atrativos para ser considerada estância, pode ser constatada por meio da verbalização de todos os sujeitos selecionados, conforme ilustra o Quadro 3.

Quadro 3 - Verbalização dos sujeitos na concepção de estâncias atreladas a atrativo

Estância turística	Gestores políticos	<p>S1 - Cada cidade tem sua característica, seu atrativo.</p> <p>S2 - São locais privilegiados que oferecem atrativos.</p> <p>S3 - Estância turística é uma localidade que escolheu o turismo como principal atividade econômica, gerando emprego e renda. Além de objetivar a valorização dos atrativos e incentivar diversas modalidades de visitação.</p> <p>S4- São municípios com grandes potencialidades, com diferencial e com atrativos a oferecer aos visitantes.</p> <p>P1- As estâncias precisam ter vocação e algo que chame a atenção, um atrativo.</p> <p>P2 – As estâncias são cidade com atrativos quês estão se preparando para a economia, emprego, estão em nível de aperfeiçoamento.</p>
	Gestores técnicos	<p>E1 – São cidades diferenciadas, com algum atrativo.</p> <p>E2 – Acredito que nem todas têm, mas o certo de uma estância é ter atrativos turísticos.</p> <p>E3- As estâncias têm que ter algo para oferecer, um atrativo.</p> <p>E4 – A cidade precisa ter atrativos em todos os aspectos, tem que ter boas estadias, boa recepção.</p> <p>E5- Eu acho para ser uma estância ela tem que ter atrativo turístico.</p>

		E6- Eu acho que primeiramente ela tem que ter atrativo turístico e tem que ter infraestrutura.
--	--	---

Fonte: Elaborado pelos autores (*grifos nossos*).

Diante da importância de atrativos para uma estância, torna-se importante a compreensão da aplicação dos recursos do DADETUR, que supostamente deveriam ser para infraestrutura dos atrativos nos municípios considerados estâncias turísticas. Beni (2012) e Barreto (2001) salientam que um destino turístico deve oferecer infraestrutura e atrativos que consolidam o deslocamento de pessoas. Corroborando, Beni (2012) e Swarbrooke & Horner (2002) salientam que quanto mais bens, serviços turísticos e atrativos um local oferecer com qualidade maior será a sua demanda turística. Todavia, sobre a legislação de destinação de recursos financeiros para as estâncias no Estado, nota-se que todos os entrevistados têm o entendimento de que a legislação estadual rege para o fomento do turismo.

Os sujeitos elencados como gestores políticos demonstram que esse entendimento de fomento do turismo é realizado com obras de infraestrutura que dão estrutura para um município ser considerada uma estância. A fala do P1 de que “os recursos são para estruturação dos municípios, para atender bem ao turismo, para deixar o município preparado”, e a complementação do S3 em que “os projetos são apresentados e utilizados para a realização de obras com o objetivo de fomentar a atividade turística” evidencia que os participantes compreenderem a legislação atual do turismo no Estado.

Entretanto, na visão dos gestores técnicos, apesar da legislação mais atual a de nº 1.261/2015 descrever que os recursos do DADETUR são destinados para programas de melhoria, urbanização, serviços e equipamentos para o fomento do turismo,

nota-se um grande descontentamento nas aplicações dos recursos, como relata o E4:

[...] boa parte pra mim não desenvolvem o turismo, estão mais preocupados em pavimentação, e a maioria do tempo que eu tô aqui a obra é de pavimentação. Lógico que tem exceções, mas boa parte dos municípios segue essa linha de pavimentar ou recapear, que no meu entendimento se o turista vai ao local, se ele vai de carro eu acho que vai querer sim as ruas bem cuidadas, mas acredito que essa parte compete ao município manter. Em relação à verba que do DADETUR eles deveriam investir em atrativos para ao turista, tipo eu tenho exemplos muito bons como foi feito a construção de um aquário, que no meu entendimento atrai o turista, o turista vai lá visitar.

Revela-se que apesar do conhecimento dos entrevistados sobre a importância de atrativos para o desenvolvimento de uma estância, em que o principal conceito de uma cidade ser considerada estância é oferecer atrativos turísticos que desencadeiam o deslocamento de pessoas para esses destinos turísticos, a aplicabilidade dos recursos do DADETUR não condiz com obras focadas aos atrativos das estâncias para os gestores técnicos selecionados.

Identifica-se que para os gestores políticos os pleitos estão sim sendo direcionados para o fomento do turismo, e a execução das obras para infraestrutura é merecedora da aplicação dos recursos do DADETUR, na qual toda cidade tem que ter uma estrutura mínima de infraestrutura para oferecer ao turista, conforme releva o P2 em sua verbalização de que "todas as estâncias estão

desenvolvendo bem seus pleitos com a melhor forma possível”. O sujeito S2 descreve que as obras que estão sendo realizadas pelo DADETUR “têm interesse turístico efetivamente”. O S1 ainda complementa que, “cada cidade faz da sua maneira, mas você tem, por exemplo, quando você urbaniza, põe uma calçada, uma ciclovia, uma iluminação, você traz benefícios claros para turismo”.

Nessa atuação, o entrevistado P2 descreve que a estruturação em infraestrutura urbana é importante e cita o exemplo de Gramado, que “demorou 30 anos para se estruturar” confirmando a importância em obras de infraestrutura urbana. Enfatiza-se que apesar do P2 apresentar o exemplo do município de Gramado na afirmação de que as obras de infraestrutura urbana são importantes, o estudo salienta que há estâncias que está há mais de 30 anos recebendo os recursos do DADETUR para direcionar o turismo e ainda não conseguiram nem estruturar uma demanda turística local, como observado na fala do gestor técnico E6 que salienta que “a gente tem municípios que tem o título de estância, mas não tem nenhum atrativo turístico há anos para ter esse título, e elas não se empenham em promover isso”.

A presente pesquisa alicerçada em autores como Barreto (2001), Beni (2012), Boullón (2002) Lohmann & Panosso Netto (2008), enfatiza que apesar da infraestrutura ser indispensável ao desenvolvimento do turismo ela não pode ser considerada um atrativo, em que atrativo é o que atrai e não o que auxilia e/ou complementa o produto turístico. Releva-se que apesar dos gestores políticos e técnicos compreenderem o que é um atrativo para uma estância, a maioria das obras resultantes da política pública de turismo do Estado de incentivo ao fomento do turismo por meio dos incentivos financeiros do DADETUR, não estão sendo destinadas para o desenvolvimento do atrativo, sobressaindo interesses de infraestrutura que abarcam o desenvolvimento do turismo, como ilustrado pela repetição de verbalização do termo de pavimentação, recapeamento e revitalização urbana e iluminação no Quadro 4.

Quadro 4 - Repetição das palavras pavimentação, recapeamento, revitalização urbana e iluminação nos sujeitos da pesquisa

Palavra solta ou no entendimento de uma frase	Número de vezes repetidas
Pavimentação	21
Recapeamento	18
Revitalização	15
Iluminação	10

Fonte: Elaborado pelos autores.

É notório considerar que apesar dos entrevistados terem a consciência que uma estância tem que oferecer atrativo turístico e que a lei tem como objetivo principal o fomento do turismo no Estado, a maioria das estâncias não conseguem se preparar, estruturar seus atrativos, ou seja, realizar um planejamento para que o município possa não só estar estruturado, mas que possa oferecer atrativos com estrutura para o turista.

Muitas estâncias têm a cultura de que o dinheiro do DADETUR é direito delas, e elas se acomodaram com essa informação, usando os recursos para pleitos de infraestrutura urbana. A fala do sujeito E6 reflete muito bem essa constatação, na qual “eu tenho um exemplo que uma prefeitura utilizou todo o recurso do turismo para iluminação pública na cidade inteira com a justificativa que a cidade inteira é turística, e a gente sabe que não é bem assim”.

A pesquisa concorda efetivamente que essas obras de infraestrutura são essenciais para o turismo, mas não desenvolvem a principal obra das estâncias que são os atrativos turísticos. Beni (2012) e Boullón (2002) relatam que o atrativo é o elemento principal do processo turístico para uma destinação na composição do produto turístico. As obras de infraestrutura são fundamentais, mas

não podem ser consideradas obras de efetividade turística, ou seja, obras de atrativo turístico que reflete um fluxo turístico.

A falta de obras que dão visibilidade ao fomento do turismo realizadas com os recursos do DADETUR, pôde ser constata nas falas dos gestores técnicos, relevando que a maior parte dos pleitos realizados com os recursos financeiros estão sendo mais direcionados para as obras de infraestrutura urbana, do que para obras de concepção de atrativo turístico, conforme ilustrado na verbalização dos gestores técnicos por meio do Quadro 6.

Quadro 6 - Verbalização dos gestores técnicos sobre o uso dos recursos do DADETUR

Sujeitos	Verbalizações
E1	[...] tem muitos pleitos desde que a gente entende que não são totalmente com fomento turístico de fato né! [...] agora tem muita coisa que a gente vê a parte da infraestrutura puro e simples, sem o objetivo de finalidade turística , e a gente encontra muito disso sabe, que não agrega [...] isso não vai ser um atrativo né, não vai somar, mas eles não entendem.
E2	Então algumas prefeituras sabem aproveitar os recursos, outras já não sabem nem o que fazer para melhorar o turismo .
E3	Existem projetos para o turismo, mas existe uma maioria terrível!
E4	Boa parte pra mim não desenvolvem o turismo , estão mais preocupado em pavimentação, e a maioria do tempo que eu tô aqui a obra é de pavimentação. [...] lógico que tem exceções, mas boa parte dos municípios segue essa linha de pavimentar ou recapear.

E5	<p>Tem muito objetos para a gente aqui de coisa que eu entendo que não são turísticos, são para melhorar a cidade, mas não que isso vai atrair turista, tem-se muito reforma em uma praça. Eu não entendo que uma pessoa vá até lá para ir para essa praça a não ser que seja uma praça história.</p> <p>[...] nas gestões passadas se falou muito em pavimentação e recapeamento, eles usam o termo estrutura de interesse turístico, mas muitas vezes que você chega lá e não tem interesse turístico nenhum, que não leva a nada de turismo.</p> <p>[...] os prefeitos não sabem o que quer, então é preferível usar o dinheiro para fazer uma pracinha, usar a verba para suprir as necessidades que eles têm lá, mas que não são destinadas ao turismo</p>
E6	<p>[...] eu acho que a grande maioria usa apenas com infraestrutura, que não é necessariamente turística.</p> <p>[...] a gente tem um grande número de recapeamento, que ainda bem que vem diminuindo né!</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (*grifos nossos*).

Vale destacar que, apesar da legislação estar escrita para o uso dos recursos que fomentam o turismo, a realidade não condiz com o objetivo da política pública de turismo do Estado. No entanto, os gestores políticos e técnicos evidenciaram obras voltadas para a efetivação do turismo como a revitalização de orlas, parques naturais, monumentos culturais, entre outros. Nota-se que apesar de serem poucas estâncias, algumas estão realmente focadas no turismo, criando pontos turísticos e desenvolvendo obras de acordo com seus atrativos, como cidades que tem rios e está fazendo mirante para poder apreciar o rio; cidades que estão fazendo balneários e parques naturais, no objetivo de fomentar o turismo sabendo aproveitar seus recursos naturais e culturais.

Nessa linha de pensamento, é importante salientar que a política pública de turismo do Estado para as estâncias deve ser repensada, na composição de execução de gestão de obras de efetividade para o turismo. O gestor político S4 argumenta que está na hora de haver uma mudança não só de execução de obras, mas de comportamento e de gestão no Estado. As estâncias estão realmente desenvolvendo os recursos com obras de infraestrutura urbana básica, que na verdade devem ser consideradas obras de deveres básicos e não obras de fomento ao turismo, como verbalizado pelo S4:

Nós estamos tratando de mudar, porque você não pode dizer que o recapeamento na zona central de uma cidade é contra o turismo, seria ilógico dizer isso. Você tem uma cidade e o centro da cidade é parte do receptivo do turismo. Sempre vai ter uma praça central na região da igreja Catedral que realmente está ligado ao turismo. Então seria o preconceito dizer que recapeamento, por exemplo, revitalização de praças e melhoria é contra o turismo. Não é contra, mas é certo imaginar a afirmação de que é possível que haja obras mais indutoras do turismo do que esses chavões, cabendo então criar critérios para isso, e é o que estamos tentando fazer e estamos debruçados (S4).

Para obras mais indutoras do turismo, a pesquisa evidencia os atrativos naturais, culturais, artificial, científicos, de eventos, entre outros, que considerados como indutores do turismo tem o papel fundamental de atrair o turista ao local (Barreto, 2001; Beni, 2001). Para essa atuação de projetos indutores do turismo é importante a

clareza do planejamento turístico com todas suas etapas (Molina, 2005), e a não interferência de grupos de interesses que possam atrapalhar o verdadeiro desenvolvimento do turismo (Cruz, 2016). Refletindo a importância do planejamento turístico, evidencia-se o conhecimento e a relevância de projetos que possam agregar potencialidades regionais, com pleitos que visam o planejamento e o desenvolvimento regional. O desenvolvimento regional pautado com projetos de visão regional pôde ser notado na discussão dos resultados tanto na visão técnica como na visão política, considerado até o grande pulo do gato pelo sujeito E1. Os participantes S4, P2, S6 e E1 salientam a regionalização em suas verbalizações, na qual:

O estado está muito municipalista, precisa passar para o regionalista de turismo. Precisa-se falar em roteiro, desenvolvimento regional de políticas de desenvolvimento (S4).

[...] a regionalização eu acho um aspecto muito importante, a gente tem que trabalhar para que a gente possa completar a regionalização no estado inteiro (P2).

Os municípios não se conversam [...] eu também acho que foi interessante revitalização de orla, que eu acho que é necessário apesar de elas não serem padronizados que eu acho que foi um erro. Se a gente tivesse um plano do governo estadual para utilizar o dinheiro para padronizar e fazer todas as orlas das praias seria um plano legal (E6).

Então eu acho que falta é aquela coisa mais regionalizada. [...] essa coisa meio de consorciada de fazer um investimento mais

regionalizado. Acho que é o grande pulo do gato, às vezes investir individualmente não dá um retorno que se fizesse conjuntamente (E1).

Ressalta-se que a políticas públicas de turismo deve ser entrelaçada, ou seja, é importante que a política pública de turismo do Governo Estadual se integre com os planos turísticos do Governo Federal, para que juntos possam ter resultados eficazes de uma política efetiva de turismo no país. Fratucci (2008) salienta que quando se cria circuitos, roteiros entre os municípios se agregam valor e estruturação do turismo, consolida equipamentos, serviços e atrativos regionais proporcionando maior demanda turística.

Por fim, é evidente observar que a maior parte da aplicação dos pleitos realizados com os recursos do DADETUR não está tendo planejamento turístico, sendo direcionadas “a toque de caixa” de maneira isolada, sem comprometimento com o futuro turístico local. Salienta-se que apesar dos gestores terem o domínio da situação, até o presente momento da pesquisa nada se tem feito para mudar esse cenário, e os recursos disponibilizados pelo DADETUR que estão sendo direcionados para as obras de infraestrutura são valores altíssimos, que apesar de melhorar a estrutura urbana do município não podem ser considerados de obras turísticas, conforme o entendimento da pesquisa pautado nos autores de Barreto (2001), Beni (2001), Boullon (2002), Cooper *et al.* (2001), Lohmann & Panosso Netto (2008), Ruschumann (2016). Destarte, o Quadro 6 ilustra os pontos fortes e fracos evidenciados na análise da categoria dos pleitos para o DADETUR, diferenciados pela visão dos gestores políticos e dos gestores técnicos.

Quadro 6 - Pontos fortes e fracos da categoria – pleitos para o DADETUR

	Pontos fortes	Pontos fracos
Gestores políticos	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento do conceito de estância turística e a importância de um atrativo. - Conhecimento das legislações que fomentam o turismo no Estado de São Paulo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pleitos estão sendo direcionados para obras de infraestrutura há anos. - Acreditam que as obras de infraestrutura fazem parte dos atrativos turísticos.
Gestores técnicos	<ul style="list-style-type: none"> - Concepção do conceito de estância e da importância de começarem a direcionar os pleitos para atrativos turísticos. - Tem total conhecimento dos pleitos realizados no Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> - São apenas técnicos e não podem interferir na conceituação e formatação dos pleitos. - Faltam conceitos técnicos na abordagem do turismo

Fonte: Elaborado pelos autores.

B) Categoria: Ranqueamento

Essa categoria contempla a dimensão do conhecimento da nova lei nº 1.261 de 2015, com seus critérios de análise e a percepção da visão dos gestores para a adequação da nova legislação como construção, readequação, organização e gestão da política pública de turismo do estado de São Paulo. Destaca-se que

a legislação de fomento ao turismo por meio da distribuição de recursos financeiros pelo DADETUR é uma política pública de turismo realizado somente pelo estado de São Paulo. O estado de São Paulo é a única Unidade da Federação no Brasil que tem uma política de estado e não uma política de governo, que independente do governador a lei de fomento para as estâncias faz parte do cenário político estadual.

A nova legislação nº 1.261/2015 tem um efeito positivo e inovador, no sentido de fazer com que as estâncias saiam do comodismo e se organizam com pleitos que dão resolutividade para o fomento e crescimento do turismo no Estado. A lei retrata critérios que direciona aos gestores a aplicação da estruturação dos atrativos, pautado no planejamento participativo por meio da atuação deliberativa dos conselhos municipais e da atuação do plano diretor de turismo. Beni (2012), Boullon (2002), Castilho *et al*, (2021), Cruz (2012), Dwyer & Kim (2003), Moreno & Villarreal (2017) e Rivas & Magadán (2012) enfatizam que a participação da sociedade civil na implantação das políticas públicas é indispensável por conhecerem a realidade do local e dos fatos turísticos.

A nova legislação além de exigir conselhos municipais de turismo deliberativos, elenca as 70 estâncias turísticas e traz a publicação de mais 140 cidades consideradas Município de Interesse Turístico (MIts) para uma competição de ranqueamento para a liberação dos recursos do DADETUR, fazendo com que as estâncias que estavam paradas no tempo em relação ao desenvolvimento do turismo se movimentam para o desenvolvimento do turismo. A pesquisa considera que a lei além de conseguir fazer o tema turismo ser visto nas gestões públicas municipais, tem o efeito de fazer com que as obras com os recursos do DADETUR possam ser mais direcionadas para a gestão do turismo, consideradas na pesquisa de obras de infraestrutura turística, de atrativos naturais e de atrativos culturais.

A fala do P2 sobre esse assunto de que “as estâncias que estavam paradas no tempo, terão que se mexer” e a do sujeito S2 de que a “o efeito da lei é fantástico, pois havia certo comodismo na situação, porque você vira uma estância por lei e ninguém tira” deixa evidente que o efeito da lei traz uma corrida saudável para a atividade do turismo, em que em tempo de crise econômica e falta de recursos financeiros dos municípios, os valores do DADETUR são extremamente significativos, conseguindo fazer com o passar dos anos e dos pleitos escolhidos a realização de obras que fomentam o turismo.

Apesar de a pesquisa considerar que a lei traz vantagens positivas para o fomento do turismo, a preocupação em relação à aplicabilidade da regulamentação da legislação é evidente, evidenciado principalmente pelos gestores técnicos, que consideram que a política, ou melhor, a politicagem pode se sobressair sobre a parte técnica na aplicação da lei. A fala do sujeito E6 de que “[...] se ela tiver uma boa fiscalização e se ela for bem construída sem envolver a parte política, eu acho que ela vai ser na verdade um marco”; o relato do E5 de que “não acredito que vai ser eficiente não, eu acho que ainda gera muito politicamente, mas vamos ver se o ranqueamento será sempre sério ou se as cidades vão acordar”; e, a fala do entrevistado E4 de que “a criação das estâncias é mais política, não tenho nem dúvida! Agora vamos ver o andamento da nova lei” deixa evidente a preocupação e a falta de crédito nas políticas públicas de turismo do Estado.

Nessa síntese, o autor da legislação enfatiza que apesar da lei ter seu lado político, ela visa à participação da sociedade, em que um município para ser considerada estância tem que:

[...] fazer o seu plano diretor, seu inventário turístico, ata da reunião do conselho municipal de turismo, tem que conseguir completar toda uma documentação, aí sim, que ele vai pedir para o deputado, porque o

projeto de lei Deputado precisa ver instruído com toda essa documentação que a lei exige. [...] a essência da lei é fazer os prefeitos se mobilizarem, fazerem a lição de casa, trazer a participação da sociedade civil (D1).

Nessa linha de pensamento, enfatiza-se que o plano diretor de turismo por meio do planejamento participativo é caminho que deve ser percorrido, elaborado e discutido com a sociedade civil, consolidando os objetivos propostos para a concretização do turismo (Beni, 2001, 2012; Bissoli, 2001; Boullón, 2002; Dias, 2012; Gastal & Moesch, 2007; Goeldner; Ritchie & McIntosh, 2002; Molina, 2005; Rigoldi *et al*, 2020b; Ruschmann, 2016; Solha, 2004).

Todavia, apesar da lei solicitar um plano diretor e enfatizar a participação da sociedade observa-se que muitas prefeituras ainda não conseguiram se estruturar no planejamento dos seus pleitos. O participante E3 retrata que “eles não sabem nunca em nenhum ano o que eles vão querer. Se você perguntar o que vai fazer de turismo no ano, eles não sabem, escolhe o pleito em cima da hora. Precisa de uma conscientização de turismo! “. A fala do sujeito E5 retrata a falta de uma cultura e conscientização turística.

[...] tem cidade aí que tem aquelas pedras na pavimentação antiga. Eles estão tirando para colocar bloquete, e quando você pergunta por que estão tirando as pedras e colocando bloquete, eles respondem que quando o caminhão passa balança a casa. Então em vez de eles preservarem aquilo eles estão tirando para colocar bloquete, e o pior é que o Estado está pagando eles tirarem (E5).

Lemos (1999) e Almeida *et al* (2017) salientam que no mundo do turismo o mais difícil é mudar comportamentos, conscientizar e

sensibilizar sobre que há muito para se fazer para o desenvolvimento e planejamento do turismo. Essa afirmação é extremamente perceptível nas falas dos gestores técnicos que abordam a falta de projetos com direcionamentos para o fomento do turismo, em que “existem situações de prefeituras que não fizeram nada com os recursos, nada de turístico e acha que a culpa é da gestão passada, mas ela tem 8 anos ou 4 anos para fazer e também não faz nada”, como relatado pelo sujeito E6.

Vale destacar que essa política de estado aplicada no estado de São Paulo deve ser repensada na questão da relação do Estado com as prefeituras, ou seja, a gestão de ambas as partes deve ser mais bem analisada e dialogada para um crescimento real do fomento do turismo. A implementação da legislação nº 1.261/2015 deve vir seguida de uma profissionalização de gestão, na qual se verifica que o nível de entendimento de gestão para o fomento do turismo das prefeituras é muito desigual. A fala do E1 retrata que “tem bons administradores que conhecem bem a gestão para o turismo, e outros que imaginam coisas até ingênuas para dizer que aquilo vai gerar algum benefício para o turismo”.

Complementando o sujeito S4 salienta:

[...] a concepção da lei é muito boa, mas o abandono do elemento de gestão fase ao elemento político acaba fazendo com que haja um reconhecimento dos próprios prefeitos de hoje que não é bem isso. Isso se reflete na situação da secretaria aonde você vê claramente o quanto isso tirou o foco da secretaria, em que a Secretaria de Turismo do Estado se transformou em uma secretaria de obras. [...] eu não condeno os prefeitos, porque eu considero que isso é um caminho, é um aprimoramento de uma política, porque a política não surge perfeita.

Para o autor da lei, a nova legislação embasada no ranqueamento foi feita para moralizar os municípios que apesar de serem consideradas estâncias não estavam fazendo nada pelo turismo. O participante D1 relata que a lei veio para “moralizar, preservar o programa e também fazer justiça, dar a César O que é de César”, pois na visão dele a política pública de turismo do Estado estava uma verdadeira banalização.

Considera-se que na estruturação dos conceitos para um ranqueamento das estâncias é importante primeiramente haver diálogo entre os municípios e o Governo Estadual, na perpetuação para a conjuntura de critérios profissionais, na qual a parte técnica fica evidente sobressaindo a questão política. O sujeito S2 expressa que para o ranqueamento é importante a participação de órgãos imparciais que possam repassar informações turísticas, “[...] tem que acontecer primeiro uma audiência pública. Você tem que tornar público esse debate tão importante para que se tenha efetivamente aplicação dos investimentos no turismo”.

Solha (2004) enfatiza que nas políticas públicas de turismo é importante ter a necessidade da relação das esferas políticas, evidenciando que o melhor caminho para a construção de uma política pública de turismo está no saber dialogar no dicotômico governo e sociedade. Ressalta-se que apesar da legislação descrever as exigências para o ranqueamento, é necessário o diálogo da sociedade civil, dos gestores técnicos e dos gestores políticos para a elaboração dos critérios da regulamentação do ranqueamento, direcionados em mecanismos que atenda a capacidade dos municípios de grande e pequeno porte da atividade turística.

Nessa relação dicotômica do governo estadual e municipal, constata-se a falta de conhecimento das gestões municipais em relação à documentação demandada pelo DADETUR da Secretaria de Estado de Turismo em relação à elaboração dos projetos turísticos e dos processos depois de conveniados. Verifica-se que

muitos gestores não detêm do conhecimento do manual do DADETUR que deve ser seguido. Para tanto, é necessário que as prefeituras se profissionalizem na gestão de convênios, organizando a documentação necessária e extensa para a formalização de projetos que é composta por várias titulações e comprovações, que após a entrega dos documentos tem-se a análise técnica para aprovação e veracidade das informações apresentadas.

O E5 relata que “acontece muito devolução de dinheiro por falta de gestão da prefeitura, tá certo, porque existe uma regra a ser seguida, mas não se lê o manual, os prefeitos não conhecem o manual”. Essa falta de gestão dos convênios dos governos municipais perante os recursos oriundos do DADETUR é verbalizada por todos os gestores técnicos em vários momentos das entrevistas, conforme ilustra o Quadro 7.

Quadro 7- Verbalização dos gestores técnicos sobre a falta da gestão dos convênios

Sujeitos	Verbalizações
E1	[...] em prefeitura que você pede cinco, seis, sete vezes e demora oito meses para vir o documento né, então isso contribui também para não ter êxito de dentro de um prazo razoável. [...] eu falo para você que nós temos convênio aqui de 2008 ainda que não foi fechado, nós estamos falando de 11 anos!
E2	[...] tem prefeituras que demoram a licitar e depois ainda muda objeto e acaba não realizando. Aí depois no outro ano ele pede dinheiro para fazer outra coisa, mas aí não realizou o anterior; [...] eu acho que aí já era um ponto para mim para ele perder o direito de conveniar outros projetos. [...] algumas prefeituras a gente até entende, que eles não têm equipe. Tem cidades pequenas que tem um

	profissional de engenheiro que faz licitação, obra e faz convênio e ele ainda atende a população, uma pessoa só.
E3	[...] o que falta é gestão, muitas vezes a prefeitura se perde muito, falta profissionais, pessoas para a gestão das obras. [...] nem sei te falar de alguma prefeitura que tem começo, meio e fim certinho, sem problema de obra, nem tenho para te citar.
E4	[...] o prefeito entra e era tudo obra do prefeito anterior e eles não fazem né, a gente tem que ficar cobrando, a gente tem que ficar em cima cobrando e chega uma hora que a gente tem que solicitar devolução, encerrar o convenio. É mais ou menos na pressão. [...] algumas cidades precisam contratar por fora, aí sim ela consegue fazer alguma coisa.
E5	[..] tem também muitos projetos ruins, sem continuidade e que fazem por fases e não conseguem concluir a fase um e aquilo vai ficando abandonado. [...] boa parte falta corpo técnico.
E6	[...] a gente vê que alguns prefeitos falam - ah, não era minha gestão! Mas não interessa, pois é o município que responde como estância.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Vale salientar que não cabe somente a melhoria da gestão por parte dos municípios, havendo a necessidade da profissionalização e da seriedade por parte da Secretaria de Turismo do Estado, em que com as mudanças de secretários estaduais e diretores do DADETUR tem-se também toda uma paralisação de processo e mudanças de equipes que atrapalham o andamento dos convênios, como nas respostas de retorno de documentos e

assinaturas de convênios aos municípios, entre outras demandas. Verifica-se que no andamento da pesquisa de 2017 a 2021 a Secretaria de Turismo do estado de São Paulo passou por 4 secretários estaduais, ocasionando muita mudança de equipe e de comportamento de gestão do turismo do Estado.

Secchi (2010) salienta que se o ambiente das políticas públicas de turismo reflete interesses políticos, a política pública de turismo ideal torna-se uma utopia. Corroborando com Secchi (2010), o sujeito S4 frisa que:

[...] não é surpreendente que no Brasil as coisas desentendem, é uma tendência nossa, uma espécie de antropofagia da lógica das coisas em políticas públicas. Então você acaba fazendo outra coisa da coisa, a coisa era para ser uma coisa, e acaba sendo outra coisa.

Nessa atuação é importante trabalhos em equipe, concepção de políticas públicas integradas, o que não é fácil, pois desenvolvimento turístico não é fácil. Desenvolvimento turístico é consciência, é transformação profunda de mostrar que é bom para que todos possam fazer. É importante revelar às pessoas as coisas para que elas possam compreender e começar a atuar na direção que dá mais resultado em desenvolvimento, e conseqüentemente no turismo. A mudança de comportamento para o turismo deve ser da própria gestão do prefeito, conforme observado na fala do E4 de que "o chefe é o chefe! Ele é a cabeça, é ele que dá as diretrizes, então quando ele quer, ele consegue. Também quando ele não quer fica na mesma ou até pior".

Destarte, dentro da categoria de ranqueamento atreladas às subcategorias discutidas para a análise dos critérios da nova legislação nº 1.261/2015, o Quadro 9 ilustra os pontos fortes e fracos

evidenciados pela visão dos gestores políticos e dos gestores técnicos.

Quadro 9 - Pontos fortes e fracos dos entrevistados na categoria – ranqueamento

	Pontos fortes	Pontos fracos
Gestores políticos	<ul style="list-style-type: none"> - Podem fazer a aplicabilidade da lei regulamentando os critérios visando o fomento do turismo. - São os responsáveis pela estruturação da regulamentação do ranqueamento - Compreendem o movimento do turismo no Estado 	<ul style="list-style-type: none"> - Poder de atuação mais política do que técnico. - Ingerências políticas podem atrapalhar a fundamentação da lei. - Falta de capacidade de gestão atrelada aos convênios do turismo
Gestores técnicos	<ul style="list-style-type: none"> - Critérios de pontuação sobre o histórico de obras do DADETUR das prefeituras e das gestões atuais. - Poder de diálogo e capacitação de execução de convênios com os gestores 	<ul style="list-style-type: none"> - Devido ao grande conhecimento técnico das gestões das estâncias, é importante o ponderamento no momento do repasse da situação real das prefeituras, elencando as situações municipais e do Estado na composição da execução das obras.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dentro da análise das categorias elencadas, a pesquisa aborda a conceituação de Cruz (2016) que é necessário investir em conscientização e sensibilização política para termos mudanças significativas na aplicabilidade das políticas públicas de turismo, pois a transformação de uma política pública de turismo depende da cultura política de um país. Assim, acreditar na aplicação da regulamentação das legislações políticas no Brasil é um ato heroico, e o que se pode é apenas acreditar e confiar.

Considerações finais

Diante da conceituação de uma política pública de turismo de Estado observou-se que cabe aos gestores do turismo se adequar as formatações das legislações, saindo do amadorismo e alcançando ares que fortaleçam o crescimento da atividade, garantindo políticas públicas que envolvam todos os atores do processo turístico, direcionado no planejamento das necessidades e peculiaridades de cada município. Considera-se que, apesar da teoria das legislações serem bem redigidas, a prática depende do esforço de todos gestores que participam diretamente no processo das legislações, e que não basta apenas a lei, mas também de refletir no desenvolvimento sustentável do turismo na aplicação dos recursos financeiros.

Dentre os gestores técnicos e políticos observou-se que ambos têm a compreensão da conceituação de uma estância turística, e a importância da aplicação da política pública de turismo no Estado de direcionar pleitos para obras indutoras do turismo. Todavia, a falta de diálogo entre os gestores na aplicação da legislação, ponderando uma análise política e técnica das gestões é evidente na verbalização dos gestores técnicos. A pesquisa observou ainda que, para os gestores políticos a realização dos pleitos denominados como infraestrutura básica é vista para a concretização do fomento do turismo. Entretanto, ressalta-se que, apesar desses

projetos serem essenciais para o turismo, não abordam o verdadeiro crescimento e fomento da atividade turística.

A análise das entrevistas reafirma o pressuposto de que a principal política pública de turismo do estado de São Paulo não cumpre os objetivos da proposta de fomentar o turismo para o desenvolvimento do turismo no Estado. As evidências na análise de que falta continuidade de gestão nos projetos e a falta de conceituação do turismo na prática da atuação dos pleitos realizados no Estado, reafirma que, os projetos não estão direcionados para o fomento do turismo. Observou-se ainda a preocupação com o futuro da política pública de turismo no Estado, para com as estâncias em relação às ingerências políticas, perante o futuro das legislações estaduais no que se refere ao ranqueamento das estâncias paulistas. Nessa perspectiva, considera-se que apesar dos gestores técnicos e políticos estarem envolvidos no desenvolvimento do setor, é preciso que aspectos conceituais do turismo se sobressaem nos resultados finais, trazendo maior participação, diálogo, efetividade da atividade, projetos com melhor indução ao turismo, importância do planejamento, valorização de fomento ao turismo perante o autóctone, o turista, e a apreciação do turismo regional e estadual, fomentando o poder de gestão e a tomada de decisão participativa para o crescimento da atividade no Estado e no Brasil.

Ressalta-se que, apesar das pesquisas sobre o tema turismo e políticas públicas de turismo no Brasil ser um assunto de difícil análise de aplicabilidade, considera-se que a discussão sobre o tema possa alimentar outros estudos, alicerçando futuros trabalhos no rol das pesquisas sobre gestões e gestores das políticas públicas de turismo.

Referências

Almeida, F. A. B.; Castro, J. F. Planejamento do turismo de base comunitária: perspectivas críticas. *Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro*, 17(3), 2017, 66-81.

Aulicino, M. P. *Turismo e estâncias*: impactos e benefícios para os municípios. São Paulo: Futura, 2001.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70., 2016.

Barretto, M. (2000). *Planejamento e organização do turismo*. 5. ed. Campinas: Papirus, 2000.

Beni, M. C. (2001). *Análise estrutural do turismo*. 5. ed. São Paulo: Senac, 2001.

Beni, M. C. *Planejamento estratégico e capacidade de gestão*. Manole, São Paulo, 2012.

Boullon, R. C. *Planejamento do espaço turístico*. EDUSC, Bauru, 2002.

Castilho, R. A. A.; Bonfim, I. O. B.; Oliveira Neto, A. F.; Chaves, E. S. Representações sociais nas políticas públicas de turismo de Aquidauana, Brasil. *Revista Rosa dos Ventos*, v 13, n 2, 2021.

Creswell, W. J. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa*. Pensa, Porto Alegre, 2014.

Cruz, R. C. Políticas públicas de turismo no Brasil e pesquisa interdisciplinar: uma análise sobre o passado e o presente e reflexões sobre o futuro. In: Azevedo, M. I.; Calabre, L.; Bartholo, R. Lima, M. A. G.; Moraes, E.A.; Egrejas, M; Lima, D. R.. (Orgs). *Turismo, natureza e cultura*: diálogos interdisciplinares e políticas públicas. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. (Ebook).

Dias, R. & Matos, F. *Políticas públicas princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas, 2012.

Dwyer, L. & Kim, C. Destination competitiveness: determinants and indicators. *Current Issues in Tourism* 6(5): 369-414, 2003.

Fino, P. & Queiroz, O. Políticas públicas de turismo no estado de São Paulo: evolução da legislação no caso das estâncias". 5º Congresso latino-americano de investigação turística, 2012, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: EACH/USP, p. 1-15, 2012.

Fratucci, A. C. *A dimensão especial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo*. 2008. 310f. [Tese de Doutorado em Geografia - Universidade Federal Fluminense].

Gastal, S. & Moesch, M. *Turismo, políticas públicas e cidadania*. Aleph, São Paulo, 2007.

Godoi, C. K.; Mello, R. B & Silva, A. B. (Org.) *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 2010.

Goeldner, C. R.; Ritchie, B. & McIntosh, R. W. *Turismo princípios, práticas e filosofias*. Porto Alegre: Bookman, 2002.

Hill, M. & Hupe, P. *Implementing public policy*. SAGE, London, 2010.

Lemos, L de. *Turismo que negócio é esse? Uma análise da economia do turismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

Lohmann, G. & Panosso Netto, A. *Teoria do turismo conceitos, modelos e sistemas*. São Paulo: Aleph, 2008.

Maggiolo, I. & Perozo Maggiolo, J. Políticas públicas: proceso de concertación Estado-Sociedad. *Revista Venezolana de Gestão. Venezuela*, v. 12, n. 39, p. 373-392, 2007.

Malta, G. A. P.; Faria, D. M. C. P; Braga, S. de S. & Barbosa, F. P. Evaluación de la política pública para el desarrollo del turismo. *Estudios y Perspectivas en Turismo* 28(1): 149-166, 2019.

May, P. J. & Jochim, A. E. Policy regime perspectives: policies, politics, and governing. *The Policy Studies Journal*, 41(3): 426-452, 2013.

Molina, S. *Turismo metodologia e planejamento*. Bauru: EDUSC, 2005.

Moreno, I. A. & Villarreal, L. Z. Alcances de la política social y el turismo rural para el desarrollo local en San Mateo Almomoloa–México. *Estudios y Perspectivas en Turismo* 26(4): 944-963, 2017.

Pereira, P. A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: Behring, E. R; Boschetti, I.; Santos, S. M. de M. & Mito, R. C. T. (Org.) *Política social no capitalismo tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

Rigoldi, A. G. M; Oste, G. C. G; Rueda, V. E. S. & Vieira, M. T. A legislação das políticas públicas de turismo no brasil: uma análise do cenário no Estado de São Paulo. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 29 (2),647-666, 2020a.

Rigoldi, A. G. M; Oste, G. C. G; Solha, K. T.; Rueda, V. E. S. & Vieira, M. T. O bacharel em turismo e as políticas públicas de turismo: o caso das estâncias turísticas no Estado de São Paulo, brasil. *Revista Rosa dos Ventos*, v 12, n 1, 2020b.

Rivas, J. & Magadán, M. Planificación y gestión sostenible del turismo. Septem Ediciones, Oviedo, 2012.

Rua, M das G. *Políticas públicas*. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

Ruschmann, D. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Papyrus, São Paulo, 2016.

Saravia, E. Introdução à teoria da política pública. In: Saravia, E. & Ferrarezi, E. (2006). *Políticas públicas*. Coletânea / Organizadores: – Brasília: ENAP, 2006.

Scótoló, D. & Panosso Neto, A. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. *CULTUR* 9(1): 36-59, 2015.

Secchi, L. *Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

Souza, C. A Introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

Subirats, J. Definición del problema. Relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos. In: Saravia, E. % Ferrarezi, E. *Políticas públicas*. Coletânea / Organizadores: – 2 v. Brasília: ENAP, 2006.

APLICAÇÃO DA LEI 8.666/93 NA GESTÃO DE PROJETOS DA FUNDAÇÃO DE APOIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO TOCANTINS-FAPTO

Léo Araújo da Silva, Marli Terezinha Vieira, Francisco Gilson Rebouças Porto Junior, Valéria Rueda Elias Spers e Aracelis Gois Morales Rigoldi

Introdução

A licitação surgiu no direito público brasileiro há aproximadamente cento e quarenta anos, através do Decreto nº 2.926, de 14.05.1862, que regulamentou as arrematações dos serviços do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Após o surgimento de outras leis que tratavam de processos licitatórios consolidou-se em âmbito federal, com o Decreto nº 4.536, de 28.01.22, que organizou o Código de Contabilidade da União.

Licitar está totalmente ligado aos princípios da publicidade e supremacia do interesse público que direcionam a atividade estatal, sendo para o ordenamento jurídico de extrema importância.

Inclusa na Constituição Federal no art. 37, Inciso XXI a Lei 8.666, de 21.06.93 (regulamentada pelas Leis 8.883/94, 9.648/98 e 9.854/99), rege as licitações e contratos da Administração Pública, sendo que esta Lei estabelece cinco tipos de modalidades licitatórias: concorrência, tomada de preços, convite, leilão e concurso, todas definidas no art. 22 da Lei Federal nº 8.666/93.

Este estudo propõe-se a fazer uma análise da aplicação da Lei 8.666/93 na Gestão de Projetos da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins-FAPTO, instituição de direito privado, sem fins lucrativos e de apoio a Universidade Federal do Tocantins criada em junho de 2004, por um grupo composto por docentes e técnicos administrativos da Universidade Federal do Tocantins - UFT possui personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, como está determinado em seu estatuto.

De acordo com Soares (2002, p.193)

As fundações de apoio às universidades federais, no Brasil, começaram a ser criadas na década de 70, visando a obtenção de maior autonomia administrativa principalmente no gerenciamento de atividades de pesquisa [...] nesta época, o papel facilitador destas fundações se restringia ao fato de poderem atuar com mais liberdade na área de compras, inclusive importações, contratação de pessoal celetista e prestação de contas e que, a partir dos anos 90, sua importância se estendeu à captação de recursos financeiros para as universidades.

As fundações de apoio são mais flexíveis para a coleta de recursos e possuem e atuam na diversidade necessária em busca de uma cooperação benéfica entre universidade e sociedade, sendo o seu principal objetivo colaborar com a universidade ou com parte dela para os projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições.

A Lei 8.666/93 - Licitações e Contratos Administrativos é aplicada nas esferas, federal, estadual e municipal, exceto naqueles casos em que há dispensa e inexigibilidade, mas que obrigatoriamente serão realizadas por processo licitatório. Independente da sua área de atuação, na gestão de recursos públicos exige-se sempre que sejam observados os princípios da eficiência, publicidade e moralidade.

Através deste estudo pretende-se tratar nos principais preceitos relacionados à aplicação da Lei 8.666/93 na gestão de projetos da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (FAPTO); descrever como ocorre a aplicação da Lei 8.666/93 na Gestão de Projetos gerenciados pela FAPTO. Através deste estudo será possível trazer uma contribuição na análise da legislação vigente, na esfera federal e na proposição de sugestões para tornar sua aplicação possível na execução de projetos financiados com recursos públicos.

A aplicação da Lei 8.666/93 nos procedimentos de aquisição de bens e serviços é de utilidade e necessidade, para assegurar o cumprimento dos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo. Neste sentido, o estudo teórico do tema sobre licitação, e a sua aplicação sugerida neste trabalho, poderá contribuir para a condução da gestão de projetos na FAPTO.

Referencial teórico

Fundação de Apoio

As fundações são criadas com o apoio do direito privado com objetivo de desenvolver atividades próprias do Estado, auxiliando desta forma o poder público, executando atividades ligadas a saúde, ensino, pesquisa, entre outras áreas correlatas.

De acordo com Silva (2007, p.03) fundação “é uma instituição de personalidade jurídica ligada a um patrimônio, destinada a uma finalidade social. É um acervo de bens que recebe ordens legais, tendo autonomia de agir no mundo jurídico e de realizar as finalidades a que visou o seu instituidor.”

As fundações consistem em instituições que não possuem fins lucrativos, desta forma são inseridas no terceiro setor.

Para Ribas (2004, p.2) “o terceiro setor brasileiro do ponto de vista organizacional, é caracterizado como entidades sociais e filantrópicas, e também organizações não- governamentais, que vem agregando-se a um número crescente de fundações e institutos sem fins lucrativos”.

Já para Coelho (2002, p.19), “Nesse segmento da sociedade, as atividades não têm características coercitiva ou lucrativa, objetivando o atendimento de necessidades coletivas ou públicas”.

Soares (2002, p.193) explica a origem das fundações:

As fundações de apoio às universidades federais, no Brasil, começaram a ser criadas na década de 70, visando à obtenção de maior autonomia administrativa principalmente no gerenciamento de atividades de pesquisa [...] nesta época, o

papel facilitador destas fundações se restringia ao fato de poderem atuar com mais liberdade na área de compras, inclusive importações, contratação de pessoal celetista e prestação de contas e que, a partir dos anos 90, sua importância se estendeu à captação de recursos financeiros para as universidades.

E de acordo com Mancebo (2004, p.854), as fundações de apoio geralmente “dispõem de mais agilidade e flexibilidade para coletar recursos e realizar desembolsos e permitem aumentar a captação de recursos, gerenciar com mais eficiência e previsibilidade os recursos que conseguirem captar”.

Para Pegoraro (2007, p.117) “as organizações de terceiro setor e as fundações de apoio são semelhantes, pois desenvolvem atividades que são de prerrogativa do Estado, sendo suas ações de esfera pública, porém não-estatal”.

Dentre as características das fundações, Plonski (2000, p.17) “destaca que as fundações de apoio científico e pesquisa atuam na diversidade necessária para uma cooperação benéfica entre universidade e sociedade, e que sua missão institucional é colaborar com a universidade ou com parte dela”.

Assim, Sguissardi (2003, p.12) “aponta como finalidade destas fundações o apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições”.

Diante da estrutura insuficiente da educação superior pública e do número reduzido de profissionais, as fundações privadas de apoio constituem-se numa resposta rápida e eficiente proposta pela fração dos setores dominantes em

relação às demandas do capital, em especial do capital financeiro.

A Lei 8.666/1993

A Lei nº 8.666, de 1993, ao regulamentar o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabeleceu normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 1993)

Para Marçal Justen Filho (2005, p.309):

A licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção de proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica.

Entende-se que todas as disposições da lei 8.666/93 são aplicáveis indistintamente às licitações e contratos da União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, bem como de seus desmembramentos autárquicos e paraestatais. Continua com os Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios a faculdade de editar normas peculiares para suas licitações e contratos administrativos de obras, serviços, compras e alienações, como o fizeram na vigência do Dec.-lei 200/67 e da Lei 5.456/68, que estendeu as normas gerais sobre a matéria a todas as entidades estatais e autárquicas de todos os níveis de governo, orientação que continua mantida pelo Dec.-lei 2.300/86 em tudo que não contrariar suas normas gerais, notadamente no

procedimento da licitação, na formalização e execução dos contratos, nos prazos e nos recursos admissíveis. (MEIRELLES, 1999, p.54)

Para Hely Lopes Meirelles (1999, p.54) licitação é conceituada como:

O procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. Essa dupla finalidade - obtenção do contrato mais vantajoso e resguardo dos direitos de possíveis contratantes - é preocupação que vem desde a Idade Média e leva os Estados modernos a aprimorarem cada vez mais o procedimento licitatório, hoje sujeito a determinados princípios, cujo descumprimento descaracteriza o instituto e invalida seu resultado seletivo.

A Lei 8.666/93, portanto consiste em um processo administrativo seguido de atos e fases, sendo que existem alguns sujeitos participantes neste processo que possuem direitos, deveres, ônus e sujeições, diante disto pretende-se abaixo identificar quais as modalidades de licitação em que estes sujeitos podem estar inseridos.

Modalidades de Licitação

A Lei 8.666/93 é a Lei de Licitações que possui estabelecidas as regras e princípios que regem as licitações no Brasil. Os Princípios são elencados conforme relação:

1. Procedimento formal;
2. Publicidade de seus atos;
3. Igualdade entre os licitantes;
4. Sigilo na apresentação das propostas;
5. Vinculação ao edital ou convite;
6. Julgamento objetivo;
7. Adjudicação compulsória ao vencedor;
8. Probidade Administrativa.

A licitação de obras, serviços, compras e alienações passou a ser uma exigência constitucional para toda a Administração Pública, direta, indireta e fundacional, ressalvados os casos especificados na legislação pertinente (CF, art. 37).

Para o Tribunal de Contas da União – TCU (1999), as modalidades de licitação são:

- 1. Concorrência** - modalidade da qual podem participar quaisquer interessados que na fase de habilitação preliminar comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução do objeto da licitação;
- 2. Tomada de Preços** - modalidade realizada entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;
- 3. Convite** - modalidade realizada entre interessados do ramo de que trata o objeto da licitação, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela Administração. O convite é a

modalidade de licitação mais simples. A Administração escolhe quem quer convidar, entre os possíveis interessados, cadastrados ou não. A divulgação deve ser feita mediante afixação de cópia do convite em quadro de avisos do órgão ou entidade, localizado em lugar de ampla divulgação;

- 4. Pregão** - modalidade de licitação instituída pela Lei nº 10.520, de 2002, em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública. Pode ser presencial ou na forma eletrônica. A modalidade presencial é regulamentada pelo Decreto 3.555, de 2000; A modalidade eletrônica é regulamentada pelo Decreto 5.450, de 2005. A utilização do pregão destina-se, exclusivamente, à contratação de bens e serviços comuns, conforme disposições contidas na legislação citada. Nessa modalidade de licitação, os licitantes apresentam suas propostas de preço por escrito e por lances - que podem ser verbais ou na forma eletrônica independentemente do valor estimado da contratação

Para Meirelles (1999, p.57) a administração pode ou deve deixar de realizar licitação, tornando-a dispensada, dispensável, inexigível e até mesmo vedada por lei, sendo assim a Licitação pode ser dispensada nos seguintes casos:

Obras e serviços de Engenharia até determinado valor máximo; Outros serviços e compras até determinado valor máximo e nas alienações; Guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública são situações que admitem dispensa de licitação para os contratos relacionados com o evento; Emergência também dispensa licitação e caracteriza-se pela urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízos ou comprometer a

incolumidade ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, exigindo rápidas providências da Administração para debelar ou minorar suas consequências lesivas à coletividade. Complementação de obra, serviço ou fornecimento, em determinadas circunstâncias, autoriza a dispensa de licitação, ou seja, quando houver comprovada conveniência administrativa na contratação direta com o mesmo contratado anterior; Desinteresse pela licitação anterior é também motivo para a contratação direta, mantidas as condições preestabelecidas no edital ou no convite. Caracteriza-se o desinteresse quando não acode ao chamamento anterior nenhum licitante, ou todos são desqualificados ou nenhuma proposta classificada; Contratação com concessionário de serviço público pode também dispensar a licitação desde que o objeto do contrato seja pertinente ao da concessão e só haja um concessionário em condições de contratar. Se houver mais de um concessionário interessado, ou terceiro que também possa participar do certame, é necessária a licitação.

A lei não diz, mas é de entender-se que a dispensa é viável não só entre o concedente e seu concessionário como o de qualquer outra entidade. Não se confunda concessionário com permissionário ou autorizatário, pois o Estatuto só admite a dispensa de licitação no contrato com aquele, e não com esta

Intervenção no domínio econômico também autoriza a União – e somente a União - a dispensar licitação, para regular preços ou normalizar o abastecimento. Em tais casos não se fará licitação, mas sim, na aquisição amigável ou mediante desapropriação, bem como requisição de serviços para atendimento público; Propostas com preços excessivos podem ser rejeitadas na licitação, para contratação direta do mesmo objeto, produto ou serviço com quem os venda por preço inferior. Essa disposição legal é altamente moralizadora das aquisições da Administração, pois evita conchavos de fornecedores para elevar, acima do mercado ou do preço tabelado, suas ofertas em licitação.

Para Meirelles (1999), para as entidades estatais, autárquicas, fundacionais e paraestatais, é dispensável a licitação quando a operação envolver exclusivamente pessoas jurídicas estatais, autárquicas ou paraestatais ou, ainda, aquelas sujeitas ao controle majoritário estatal, exceto se houver empresas privadas que possam prestar ou fornecer os mesmos bens ou serviços, hipótese em que todas ficarão sujeitas a licitação. E compreende-se esta restrição porque, havendo possibilidade de competição entre empresas, deverá haver, obrigatoriamente, licitação, na modalidade cabível. Também produtos padronizados. A licitação também é dispensável para a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros padronizados ou uniformizados por órgão oficial, desde que não seja possível a fixação de critério objetivo para o julgamento das propostas.

No que se refere a lei, 14.133/21, trouxe melhorias para o processo licitatório por meio eletrônico, em relação a compras ou contratação de bens e serviços, para uma maior celeridade, transparência, eficiência e eficácia aos procedimentos. A referida lei traz uma nova modalidade de licitação que é o Diálogo competitivo, em processos licitatórios que sejam envolvidos inovações tecnológicas para casos específicos apontados pelo

referido dispositivo legal. Na sequência será abordado assunto relacionado a gestão de projetos.

Gestão de Projetos

Para Pietro (2008, p.01) para melhor compreensão sobre a Gestão de Projetos é importante conceituar projetos, que segundo a sua concepção é “uma iniciativa única de tanto no produto que gera, ou no cliente do projeto, na localização, nas pessoas envolvidas, ou em outro fator”.

A norma ISO 10006 (1997) define projeto como sendo

“um processo único, consistindo de um grupo de atividades coordenadas e controladas com datas para início e término, empreendido para o alcance de um objetivo conforme requisitos específicos, incluindo limitações de tempo, custo e recursos”.

Sobre a Gestão de Projetos Tuman (1983) *apud* Mota *et al* (2001, p.99) afirma:

Um projeto pode ser entendido como uma organização de pessoas dedicadas visando atingir um propósito e objetivo específico. Projetos geralmente envolvem gastos, ações únicas ou empreendimentos de altos riscos no qual tem que ser completado numa certa data por um montante de dinheiro, dentro de alguma expectativa de desempenho. No mínimo todos projetos necessitam de objetivos bem definidos e recursos

suficientes para poderem desenvolver as tarefas requeridas.

Para Maximiano (2008, p.159) falar em Gestão de projetos significa: “Decidir uma atividade” Ou seja, administrar, designar um gerente de projeto e uma equipe para cuidar dessa atividade ou preparar e executar um plano. Segundo Reis Filho (2006) “a gestão de projetos compreende um conjunto de processos que contém áreas que constituem o corpo do conhecimento da gestão de projetos, o quadro 01 demonstra as suas fases:

	Planejamento	Execução	C o n t r o l e
Integração	Desenvolvimento Plano do Projeto	Execução do plano de projeto	Controle integrado de mudanças
Escopo	Planejamento do escopo		Verificação do escopo
	Detalhamento do escopo		Controle de mudança do escopo
Tempo	Definição das atividades		Controle do cronograma
	Sequenciamento das atividades		

	Estimativa da duração das atividades		
	Desenvolvimento do cronograma		
Custo	Planejamento dos recursos		Controle de custos
	Estimativa dos custos		
	Orçamentação		
Qualidade	Planejamento da qualidade	Garantia da qualidade	Controle de qualidade
Recursos Humanos	Planejamento organizacional	Desenvolvimento da equipe	
	Montagem da equipe		
Comunicações	Planejamento das comunicações	Distribuição das informações	Relato de desempenho
Risco	Planejamento dos riscos		Controle e monitoração dos riscos
	Identificação dos riscos		
	Análise Qualitativa dos riscos		
	Análise Quantitativa dos riscos		
	Planejamento de		
	respostas a riscos		

Aquisições	Planejamento das aquisições	Pedido de propostas	
	Preparação das aquisições	Seleção de fornecedores	
		Administração dos contratos	

Quadro 1: Fases da Gestão de Projetos

Fonte: Filho (2006)

A Gestão de Projetos nas universidades públicas de acordo com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo a Pesquisa no Rio de Janeiro - FAPERJ (2007) “tem como objetivo estimular novas práticas a partir da inovação em processos educacionais de pesquisa”.

Segundo Motta *et al.* (2001, p.97) alguns estudos e pesquisas “têm apontado a importância da gestão de projetos, seja em uma organização privada ou pública que neste caso existem alguns fatores que constituem entraves para a qualidade de seus projetos”. A estrutura da administração que limita o poder de decisão das chefias; A mudança periódica da administração central, o que por vezes acarreta a falta de continuidade do planejamento, prejudicando também, o andamento de Projetos e obras; Os interesses políticos que, por vezes, alteram as prioridades de projetos que já tiveram início, acarretando desperdício de tempo dos profissionais e insatisfação do usuário.

A lei 8.666/93 que rege a contratação de obras e serviços de engenharia da Administração pública, instituindo normas para licitações e contratos, dentre outras providências; onde prevalece

a licitação pelo menor preço. E a referida lei aponta às diretrizes que devem ser seguidas na Gestão de projetos, em seu artigo 12, da Lei 8.666/93:

Segurança; funcionalidade e interesse ao serviço público; economia na execução, conservação e operação; possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias primas existentes no local para execução, conservação e operação; facilidade de execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou serviço; adoção de normas técnicas adequadas; impacto ambiental.

Já, Melhado (2001, p.19) observa que:

Trata-se essencialmente de reconhecer que o projeto é um processo iterativo e coletivo, exigindo assim uma coordenação do conjunto das atividades envolvidas, compreendendo momentos de análise crítica e de validação das soluções, sem no entanto impedir o trabalho especializado de cada um dos seus participantes[...]

Pode-se destacar que a Gestão de Projetos é um tipo de atividade que planeja a execução de estudos e projetos contratados pelas fundações ou por outro tipo de organização que tem como objetivo alcançar resultados planejados com qualidade e custos reduzidos.

Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins: FAPTO

A Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins-FAPTO é uma entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, instituída por um grupo de 56 servidores da UFT, dentre professores e técnicos administrativos, que se reuniram no dia 30 de março de 2004 para aprovar a criação da instituição e o seu Estatuto.

A FAPTO foi criada com a finalidade de estimular, apoiar e incentivar as atividades inerentes ao ensino, à pesquisa, à extensão, à cultura, ao desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e artístico de interesse da Universidade Federal do Tocantins (UFT), de outras instituições governamentais, não-governamentais e privadas, de interesse da sociedade, bem como interagir e cooperar com outras entidades congêneres.

A FAPTO foi criada com base na Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Novo Código Civil). O vínculo com a Universidade Federal do Tocantins está previsto na Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, sendo regulamentada pelo Decreto 7.423/2010 que revogou o Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004.

A instituição foi criada com a finalidade de apoiar e incentivar as atividades inerentes ao ensino, à pesquisa, à extensão, à cultura, ao desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e artístico de interesse da UFT, de outras instituições governamentais, não-governamentais e privadas, de interesse da sociedade, bem como interagir e cooperar com outras entidades congêneres.

A fundação foi registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ junto à Receita Federal em 28 de junho de 2004, data considerada como marco inicial de suas atividades.

Para exercer suas atividades a FAPTO está credenciada junto ao Ministério da Educação - MEC e Ministério da Ciência e

Tecnologia - MCT e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq. A partir de sua regularização, a Fundação tem trabalhado intensamente na captação de recursos via convênios e contratos, visando apoiar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional da UFT.

As ações da FAPTO são executadas com a participação de profissionais especializados da UFT e de outras instituições públicas, organizações não-governamentais, empresas privadas, bem como dos funcionários da Fundação.

Por ser uma entidade privada, sem fins lucrativos, a fundação não visa lucro, apenas cobra dos projetos de pesquisa e dos serviços prestados, o ressarcimento das despesas administrativas conforme determina a Portaria Interministerial nº 127/2008.

Para atender a demanda de projetos e convênios em que os concedentes dos recursos financeiros são instituições públicas é necessária a abertura de processo licitatório, em que a escolha do fornecedor é feita de acordo com a Lei 8.666/93 e demais legislações correlatas. Os pedidos de compras são feitos pelos coordenadores dos projetos, através do site www.fapto.uft.edu.br/portaldocoordenador, ao setor de compras da instituição, que verifica se abre processo licitatório ou se dispensa a licitação, e a partir daí passa a adotar os procedimentos de acordo Lei de Licitações e Contratos.

As atividades (produtos) da fundação são aquelas previstas em seu Estatuto, quais sejam: Implementar e apoiar a pesquisa, a extensão e a cultura; Selecionar, treinar e contratar pessoal de apoio, técnico-administrativo e acadêmico; Promover a realização de cursos, inclusive de pós-graduação, pesquisas, estudos, consultorias e prestação de serviços; Realizar concursos públicos, congressos, seminários, simpósios e outros eventos similares; Celebrar convênios, acordos, ajustes, contratos e outros instrumentos jurídicos, com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; Viabilizar a concessão de

prêmios a profissionais que comprovadamente tenham contribuído para o desenvolvimento e fortalecimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da cultura; Apoiar os hospitais universitários e participar da elaboração e implantação de planos de saúde; Viabilizar a concessão de bolsas de estudo; Poderá explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens e seus serviços auxiliares nas atividades inerentes à Cultura. (FAPTO, 2011)

Metodologia

O método para a presente pesquisa é do tipo exploratório-descritivo, que para obtenção dos dados, utilizou-se o levantamento bibliográfico e a aplicação de questionários na fundação pesquisada.

Para a coleta de dados foi realizada revisão de literatura em bancos de dados como Scielo, Google Acadêmico, Site Jurídicos e na área de Administração; sendo selecionados artigos publicados, abordando a Lei 8.666/93, Administração Pública, Contratos e Modalidades de Licitação. Os seguintes termos de pesquisa (palavras-chaves e delimitadores) foram utilizados em várias combinações: 1) Contratos e Licitações; 2) Fundação de Apoio; 3) Lei 8.666/93) e 4) Gestão de Projetos.

A revisão de literatura incluiu artigos originais, artigos de revisão, editoriais e diretrizes escritos em português. Para a coleta de dados primários utilizou-se a revisão de literatura referente ao assunto proposto, em livros, jornais, internet e outras fontes que forneçam as informações necessárias.

Para Gil (2002, p.61), "o levantamento bibliográfico preliminar é que irá possibilitar que a área de estudo seja delimitada".

Segundo Silva e Menezes (2005) a revisão de literatura consiste em: À fundamentação teórica que você irá adotar para tratar o tema e o problema de pesquisa. Através da literatura publicada pode-se traçar um quadro teórico e fará a estruturação

conceitual que dará sustentação ao desenvolvimento da pesquisa. A revisão de literatura resultará do processo de levantamento e análise do que já foi publicado sobre o tema e o problema de pesquisa escolhidos. Permitirá um mapeamento de quem já escreveu e o que já foi escrito sobre o tema e/ou problema da pesquisa.

Para Yin (2005 p.50-52), é essencial que se desenvolva uma teoria antes que se faça a coleta de dados para qualquer estudo, pois será preciso um preparo para o mesmo, revisando a literatura relacionada ao que se pretende estudar.

Para Luna (1997), a revisão de literatura em um trabalho de pesquisa pode ser realizada com “o objetivo de mostrar através da literatura já publicada o que já sabe sobre o tema, quais as lacunas existentes e onde se encontram os principais entraves teóricos ou metodológicos”.

As fontes utilizadas para a coleta de dados secundários foram: observação e entrevista. Yin (2001) menciona que as evidências observacionais geralmente são úteis para fornecer informações sobre o tópico que está sendo estudado, possibilitando que o pesquisador possa inferir conclusões, também, sob o seu ponto de vista e não somente sob o ponto de vista dos pesquisados.

Para Ruiz (1996, p.53), “entrevista consiste no diálogo com o objetivo de colher, de determinada fonte, de determinada pessoa ou informante, dados relevantes para a pesquisa em andamento”.

Análise das entrevistas e resultados

Foi realizada uma pesquisa intencional com quatro professores que trabalham diretamente com a Gestão de Projetos. O critério adotado foi a escolha de 2 projetos com recursos de aproximadamente de R\$ 100.000,00 (cem mil) reais considerados pequenos e 2 projetos com volume de recursos na ordem de R\$

3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil) reais, considerados projetos de maior porte, chegando-se aos seguintes resultados:

De acordo com os dados coletados através da entrevista, observou-se que dos quatro entrevistados, dois acreditam que a aplicação da Lei 8.666/93 deveria ser reformulada para atender melhor as pesquisas de interesse do país. Já um dos pesquisados respondeu que a Lei tem que ser aplicada para melhorar a gestão dos recursos públicos, e o outro pesquisado disse que a aplicação da Lei é desnecessária, pois não evita os desvios que ocorrem em relação aos recursos públicos.

Acerca do nível de conhecimento sobre a Lei 8.666/93, três entrevistados disseram que conhecem o básico, enquanto que o quarto entrevistado afirmou que conhece o suficiente para a aplicação na Gestão de Projetos.

A questão três perguntou aos entrevistados se os mesmos teriam algum interesse em fazer uma capacitação para conhecerem melhor a Lei 8.666/93, onde todos os entrevistados disseram ter interesse, mas pela falta de tempo não podem dedicar-se a isso.

Com relação à pergunta quatro os entrevistados se manifestaram da seguinte forma: dois disseram que a maior dificuldade na aplicação da Lei 8.666/93 é levantar orçamentos para aquisição de produtos e serviços, enquanto que um afirmou que a maior dificuldade é esperar o cumprimento de todas as etapas do processo licitatório, e o quarto professor disse que a maior dificuldade é não poder citar nas especificações marca e modelo do produto a ser adquirido.

A respeito de uma possível reformulação na Lei 8.666/93, três professores afirmaram que é necessário haver uma reformulação, pois a mesma já não atende mais os interesses do país, enquanto apenas um afirmou que a Lei não precisa de reformulação, mas sim de ser melhor aplicada.

Entre os fatos que mais desfavorecem a execução de um projeto de pesquisa, dois professores disseram ser o atraso na

entrega dos produtos. Um terceiro professor disse ser a falta de interesse das empresas fabricantes em participar do processo licitatório e já o último pesquisado afirmou que não sabe responder sobre tal questionamento.

Diante das opções de alterações na Lei 8.666/93, os entrevistados mantiveram-se praticamente divididos cada um dos quatro entrevistados optaram por pelo menos uma das alternativas oferecidas, um acredita que o valor limite da dispensa deveria aumentar, enquanto outro acredita que os projetos financiados com recursos públicos deveriam ser excluídos da aplicação da Lei, o terceiro optou pelo critério de cotação de no mínimo 3 orçamentos e o quarto pela redução das exigências da Lei quando se tratar de projetos de pesquisa.

Através da pesquisa realizada, analisando-se os questionamentos feitos, observou-se que para dois dos quatro entrevistados a Lei 8.666/93 é adequada para a Gestão de Projetos, porém deveria talvez ser reformulada, enquanto o restante acredita que para a Gestão é totalmente dispensável. Nota-se uma divisão de opiniões, pois para alguns coordenadores a Lei está sendo aplicada corretamente e para o restante deveria melhorar em alguns aspectos.

Outro fator relevante que se observou na coleta de dados está no fato dos entrevistados terem conhecimento sobre a Lei 8.666/93, não um tipo de conhecimento aprofundando, mas o suficiente para saberem onde deve ser e onde está sendo aplicada na FAPTO.

Relacionando-se a uma fundação de apoio à Universidade Federal do Tocantins, identificou-se que existem projetos relacionados ao ensino, a pesquisa, a extensão e ao desenvolvimento institucional. Outro fato que os entrevistados relataram e que pessoalmente é observado é com relação a execução dos projetos de pesquisa, que devido a burocracia da

legislação brasileira, os produtos para essa execução geralmente demoram para serem entregues, fazendo com que as atividades de pesquisa atrasem os resultados.

O que se pode constatar é que com relação a aplicação da Lei 8.666/93 na Gestão de Projetos da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins, a fundação trabalha sempre em busca do cumprimento da legislação, acatando todas as normas e procedimentos impostos por ela, seguindo seus princípios em todos os projetos executados.

Considerações finais

Diante do exposto nesta pesquisa e com o propósito de analisar a aplicação da Lei 8.666/93 buscou-se levantar informações sobre as fundações de apoio e Gestão de Projetos. Partindo dos seus objetivos geral e específicos, este trabalho chegou aos seguintes resultados:

Através dos autores pesquisados e pelo questionário aplicado aos coordenadores de projetos observou-se que a Fundação tem trabalhado focada na metódica aplicação da Lei, demonstrando assim a execução dos princípios da publicidade, legalidade, eficiência moralidade e impessoalidade.

Para melhor aplicação da Lei 8.666/93 nos projetos financiados com recursos públicos e gerenciados pela FAPTO, sugerimos:

Que a FAPTO capacite seus funcionários da área de compras para que os mesmos elaborem a especificação de produtos e serviços necessários a abertura de processos licitatórios, cotação junto aos fornecedores, tirando essa tarefa do coordenador, passando o mesmo a atuar apenas na execução das metas previstas no projeto.

Que a fundação crie um banco de dados com especificação de produtos de maneira a reduzir o tempo gasto com a elaboração de especificações, conseqüentemente reduzindo o grau de

insatisfação dos pesquisadores, com as longas esperas para realização dos processos licitatórios.

Outra sugestão seria que a FAPTO apresentasse por meio do Conselho Nacional das Fundações de Apoio as Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica - CONFIES uma proposta de reformulação na Lei 8.666/93 que permita as fundações privadas que atuem na gestão de recursos públicos a adoção de procedimentos de simples cotação, com mínimo de 3 orçamentos, independente do valor, para aquisição de bens e serviços comuns que atendam as demandas dos projetos.

Com este caso apresentado, e diante das análises realizadas através do questionário aplicado, aliados a revisão bibliográfica, pode-se constatar que a temática desenvolvida está totalmente relacionada com os objetivos propostos cumprindo, assim, a finalidade deste estudo.

Não se pretende encerrar por aqui este estudo, recomenda-se que sejam feitos trabalhos futuros expandindo-se assim os conhecimentos acerca do assunto tratado nesta pesquisa.

Sugere-se que novos trabalhos sejam realizados destacando-se as seguintes recomendações: Realizar estudos sobre o retorno à expectativa das fundações pelo cumprimento dos requisitos de outras legislações; Realizar estudos referentes à aplicação da Lei 8.666/93 em outras fundações e demais instituições sem fins lucrativos existentes no Estado do Tocantins.

Referências

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. <www.abnt.org.br> Acessado em 10 de março de 2010.
BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Edunesp, 2004.

BRASIL.[s.d] **Constituição Federal da República Federativa do Brasil.**
Texto promulgado
em 05 de outubro de 1988. Disponível em
<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/> acesso em:
10/04/2011.

_____. **Lei 8.958/1994.** Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Brasília, 1994. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L8958.htm>. Acesso em 23/04/11.

_____. **Lei 8.666,** DE 21 DE JUNHO DE 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

_____. **Lei 10.406,** DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Vide Lei nº 11.698, de 2008.

_____. **Decreto 6.170,** DE 25 DE JULHO DE 2007. Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.

_____. **Decreto 4536/22** | Decreto nº 4.536, de 28 de janeiro de 1922. Organiza o Código de Contabilidade da União.

COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro Setor – um estudo comparado entre Brasil e Estado Unidos.* São Paulo: Senac, 2002.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2008. FAPTO – Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins. Disponível em: <www.fapto.uft.edu.br> Acesso em: 18 maio de 2011.

FILHO, R.M. *O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e Terceiro Setor*. São Paulo: Gente, 2006.

FILHO, Marçal Justen. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2005.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LUNA, Sergio Vasconcelos. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: SEDUC, 1997.

MANCENO, Deise. **Artigo: Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento**. Educação & Sociedade, volume 25 número 88, Especial Campinas, 2004.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. *Teoria Geral da Administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada*. São Paulo: Atlas, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 19. ed. atual. São Paulo: Malheiros Editores, 1994.

MELHADO, Silvio Burratino – **Gestão, Cooperação e Integração para um Novo Modelo Voltado à Qualidade do Processo de Projeto na Construção de Edifícios**, EPUSP, SP, 2001 – Tese de Livre Docência.

MOTTA, V L M; POUBEL, M F G; QUALHARINI, E L – A Gestão do Processo de Projeto e a Qualidade da Obra Pública – In. **V Congresso de Engenharia Civil**, UFJF, Juiz de Fora, MG, 2002.

PEGORARO, Ludimar. **Terceiro setor e a educação superior no Brasil: compromisso social das fundações em Santa Catarina, o caso da Universidade do Contestado**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

PLONSKI, Guilherme Ary. **"Fundações de apoio e financiamento público na USP"** Revista **ADUSP**. Dezembro 2000. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/revista/21/r21a04.pdf>> Acesso em: 25 de março de 2011.

PORTER, Michael Eugene. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

RIBAS, Fábio Junior. **O conceito de Terceiro Setor**. Prattein, Consultoria em educação e desenvolvimento social, 2004. Disponível em: <<http://prattein.publier.com.br/dados/anexos/67.pdf>> Acesso em: 10 de março de 2010.

RUIZ, J. A. Estudo pela Leitura trabalhada. In: **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1996.p.42-47.

SGUISSARDI, Valdemar. **A Universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva**. GT: Política de Educação Superior /n.11, 2003. Disponível em: <

<http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/valdemarsguissardi.rtf>> Acesso em: 10 de março de 2011.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 16. ed. Revista e Atualizada nos termos da Reforma Constitucional até a emenda constitucional nº 20/98. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p. Disponível em:

<<http://www.portaldeconhecimentos.org.br/index.php/por/conten t/view/full/10232>>. Acesso em: 6 maio 2011.

SOARES, Maria Susana Arroza *et al.* **Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

TUMAN, G.J. Desenvolvimento e Implementação do Controle de Gastos na Administração Pública, In: CLELAND, D. I.; KING, W, R. **Project Management Handbook**. Van Nostrand Reinhold, New York, 1983. *apud* MOTTA, V L M; POUBEL, M F G; QUALHARINI, E L – A Gestão do Processo de Projeto e a Qualidade da Obra Pública – In. **V Congresso de Engenharia Civil**, UFJF, Juiz de Fora, MG, 2002
YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LIDERANÇA E MUDANÇA ORGANIZACIONAL: um estudo na perspectiva de paradigma intangível

Marli Terezinha Vieira, Francisco Gilson Rebouças Porto Junior,
Valéria Rueda Elias Spers e Aracelis Gois Morales Rigoldi

Introdução

Liderança e mudança organizacional são varáveis intangíveis de criação de valor para as organizações. No estudo desenvolvido por Sant'Anna et al (2010), os resultados apontam desafios em torno da temática liderança e seu desenvolvimento e sugerem que também sejam estudadas as práticas vivenciais dos pesquisados. Nesse entendimento, verificam-se os principais atributos de competência e estilo de liderança necessária para corresponder ao atual contexto das organizações relacionado à mudança organizacional, na perspectiva da intangibilidade da valoração subjetiva.

Para Bergamini (2004), quando o líder é influente os seguidores têm confiança e, percepção de que seus objetivos

individuais harmonizam-se aos da organização e dedicam-se ao trabalho em equipe. O seguidor necessita que o líder lhe dê condições de trabalho, sinalize o caminho e aponte a direção a ser seguida constituindo um vínculo de confiabilidade.

Na visão de Grey (2004) os líderes são capazes de utilizar bases sociais de poder e, a capacidade de um líder de ser carismático depende da forma como ele é visto pelos seguidores e de como suas ações são interpretadas. Na visão do autor a liderança surge como resultante de uma relação de confiança entre as pessoas que atribuem ao líder o seu papel. O autor destaca implementações imperfeitas de gerenciamento da mudança continuam a ocorrer, mesmo existindo o cuidado na transferência de ambientes.

Para tanto, a ciência administrativa não consegue sozinha explicar o fenômeno mudança organizacional, necessita de outras abordagens científicas para tentar entender as causas daquilo que é observado nas organizações. Mudança organizacional é um processo complexo e por isso deve ser visto através de diversas lentes do conhecimento. Acerca dos paradigmas, tanto Burrell (1998) quanto Morgan (1997) enfatizam que é possível enxergar o conhecimento da realidade por diferentes olhares: o funcionalista, o interpretativista, o humanismo radical e o estruturalismo radical. Cada um deles com metodologias diferenciadas e, estas, sendo utilizadas para elucidar as causas dos fenômenos sociais.

Wood & Caldas (2001) fazem uma crítica ao pensamento reducionista e mostram que esse pensamento predomina nos estudos relacionados à mudança organizacional porque a cultura ocidental é reducionista, a informação é limitada sobre transformação organizacional, as organizações têm dificuldade de absorver outras ideias que não sejam reducionistas por interesse de grupos de poder.

Barret et al. (1995), destacam nos campos de estudo que nas organizações como sistema de significados as informações são irradiadas por meio da linguagem. São criados através da prática, da ação nas interações num processo intersubjetivo. A base teórica que sustenta o pensamento de Barret et al. (1995) é o construcionismo social, cuja teoria evidencia que o ator é orientado pela práxis e pela autorreflexão. Tal pensamento ficou popularizado na literatura gerencial por cientistas sociais a exemplo de Marx e Habermas, na perspectiva da intangibilidade de valores subjetivos.

O processo de produção, envolvendo a terra, o capital e o trabalho, é fundamental para a continuação da sociedade. No entanto, vivemos em um ambiente de valoração e reconhecendo o intangível como novo fator de produção e gerador de inovações. A intangibilidade reflete valores organizacionais que podem ser observados à luz das diversas abordagens epistêmicas como um instrumento que poderia ser utilizado para regular e modificar as relações entre indivíduos, organizações, instituições e sociedades (Agle & Cadwell, 1999). No entanto, há um consenso na literatura de que esse processo gera valor para as organizações.

O termo intangível, para Schmidt e Santos (2009), é originado do latim *tangere*, na qual os intangíveis são elementos que não podem ser tocados, porque não possuem corpo físico. A literatura refere-se a uma perspectiva relacionada a valores morais, éticos e inovação, por exemplo. Os valores não são individuais ou intrínsecos a um indivíduo apenas pela natureza biológica do ser, mas, sobretudo, compartilhados pelo grupo social. Na mesma perspectiva Conner e Becker (1975) salientam que os valores intangíveis podem ser considerados como crenças sobre desejáveis processos atitudinais e comportamentais. Esses procedimentos resultam em uma gestão eficiente e eficaz voltada ao resultado esperado pelas organizações.

Nesse sentido, pretende-se com essa pesquisa realizar uma contribuição para a área do conhecimento sobre o tema Liderança, Mudança Organizacional e Intangíveis. Assim, a presente pesquisa apresenta como objetivo: analisar publicações acadêmicas relacionadas ao tema liderança, mudança organizacional e intangível, nas principais revistas acadêmicas de alto impacto, na área de Administração por meio de pesquisa bibliométrica entre os anos de 1993 a 2011. Considerando-se aqui, que o uso da bibliometria pode ser visualizado como uma atividade promotora da geração do conhecimento que auxilia a gestão da informação sobre o tema estudado.

Para tanto, o presente trabalho está estruturado em quatro partes: i) contempla a fundamentação teórica, com uma breve revisão conceitual sobre o tema; ii) trata sobre a metodologia empregada na pesquisa; iii) apresenta os resultados alcançados; e, iv) apresenta as considerações finais. Desta forma espera-se oferecer uma contribuição para a comunidade científica sobre o tema abordado, tomando como referência a natureza da liderança, a mudança organizacional sob o olhar do valor intangível nas organizações. partes.

Fundamentação Teórica

Liderança e mudança organizacional

Para Triches e Fagherazzi (2015) ao se tratar sobre o tema liderança verifica-se que ao mesmo tempo em que há complexidade neste assunto, existe também o interesse em se aprofundar porque este é imprescindível ao professor, ao pai de família, ao administrador ou a qualquer outro indivíduo que queira se aperfeiçoar nos estudos sobre relações humanas. As pessoas nasceram para conviver em sociedade e é nela que se realiza a

constante interdependência social, que pode ser influenciada ou exercer a influência sobre as pessoas, para que coloquem a criatividade a serviço dos objetivos.

Na visão de Bergamini (2004) a influência é a essência da liderança. Para o autor para se adquirir confiança os líderes necessitam demonstrar para seus seguidores o trabalho compartilhado, autoconfiança, integridade, honestidade, desejo de poder, que são exemplos de traços diferenciadores que ampliam a probabilidade de sucesso como líder e conseqüentemente influenciando nas mudanças organizacionais.

Ospina e Foldy (2010) salienta que as organizações tentam estimular essas mudanças em duas contribuições. A primeira reorienta a atenção dos comportamentos e características dos líderes para o trabalho de liderança, em oposição aos agentes através dos quais é realizada. A segunda opera o processo intangível de criação de significado dividindo-o em unidades que são equivalentes e, portanto, comparáveis, fornecendo uma maneira sistemática de analisar e mapear processos de liderança cognitiva.

Em se tratando dos diversos modelos que buscam explicar o fenômeno mudança nas organizações, Tushman e Romanelli (1994) desenvolveram o modelo de equilíbrio pontuado de evolução organizacional que tem elementos dos três principais modelos que são: ecologia, adaptação e transformação. Segundo os autores, o progresso da organização acontece através de períodos pontuados por reorientações que demarcam e definem limites para novos períodos convergentes. Para os autores convergência é um processo interdependente que altera atividades e decisões e que buscam alcançar grande consistência em atividades internas com orientação estratégica, assim operando para impedir mudanças radicais sem continuidade.

Posto isso, Barret et al (1995), descrevem as organizações como sistema de significados que são irradiados por meio da linguagem. Esses significados não são encontrados nas próprias palavras, mas, criados através da prática, da ação nas interações nos processos intersubjetivos. Lewis (2000) explicita que ao se tratar de estudos organizacionais, frequentemente descreve conflitos, perspectivas opostas ou questões ilógicas. Os elementos do paradoxo são contraditórios e inter-relacionados que parecem lógicos quando isolados, mas absurdos e irracionais quando aparecem simultaneamente.

Os pesquisadores vão além de noções simplificadoras e polarizadas para reconhecer a complexidade, a diversidade e a ambiguidade da vida organizacional. O paradoxo é um processo para examinar os impactos da pluralidade e da mudança. Para Lewis (2000) os pesquisadores devem abandonar as noções de que a mudança é uma jornada suave, linear e planejada, e devem examinar como as contradições podem tanto encorajar como impedir o desenvolvimento organizacional.

Tushman e Romanelli (1994) separam os tipos de decisões organizacionais a serem tomadas para se manter uma organização em funcionamento de acordo com os domínios de atividade: político ou econômico, externo ou interno, conforme o Quadro 1 a seguir.

	EXTERNO	INTERNA
POLÍTICA	Objetivo - Legitimação externa Aceitação de valores sociais, legais, competitivos;	Objetivo - legitimação interna Estabelecimento de valores e decisões são fundamentais e; Desenvolvimento das crenças, mitos, e;

	Desenvolvimento do papel na sociedade local e; Posições com as agências reguladoras	Influência e relações de poder.
ECONÔMICA	Objetivo – Eficácia Produto, mercado, tecnologia, competitividade tomada de decisão e; Aquisição de recursos	Objetivo – Eficiência Escolha da estrutura; Desenvolvimento de sistemas de incentivo de controle de recompensa, e; Recrutamento e práticas de seleção

Quadro 1- Domínios de atividade que afetam a organização

Fonte: Adaptado de Tushman e Romanelli (1985)

Assim, observa-se que a legitimação externa corresponde ao quadrante político-externo, em que as decisões são no sentido dos valores a demonstrar para a sociedade. Legitimação interna corresponde ao quadrante político-interno, devido às decisões relacionadas aos valores centrais, mitos e crenças dentro da organização e aos grupos de poder que influenciam nesses aspectos no início e ao longo da história de vida organizacional. Eficácia refere-se ao quadrante econômico-externo, em que a organização na figura dos executivos e fundadores define seus fins e descobre onde estão os recursos necessários à execução de seus projetos e, a eficiência se encontra no quadrante econômico-interno, no qual a organização escolhe os meios físicos, humanos e de processo para chegar aos objetivos propostos no quadrante anterior.

Os autores ainda definem formalmente os conceitos de orientação estratégica, convergência mudança incremental na direção da orientação estratégica, reorientação mudanças do nível estratégico para baixo para em seguida começarem as proposições. Quando a mudança se dá do nível dos valores para baixo, os autores denominaram de recriação.

Para Hernandez e Caldas (2001), poucos agentes de mudança analisam quem poderia resistir à iniciativa de transformação específica e por quais motivos. Considerando comportamentos diversificados que os indivíduos podem assumir, sendo que uma análise pode não ser intuitiva nem óbvia. A visão de Clegg e Hardy (1999) considera os estudos organizacionais como uma série de conversações progressivas que permitem representar as organizações por meio de paradigmas, métodos e suposições e que as pessoas se tornam organizacional, no sentido de que o sujeito vê o mundo social no microcontexto de interações comunicativas e através do significado que isto representa e é negociado.

Thomas et al (2010) entendem que o processo de mudança é moldado por microinterações entre os atores, situadas em seus trabalhos, em que a mudança é endêmica, natural e contínua. As organizações são moldadas por estruturas e processos mantidos pela linguagem. Os autores destacam que dependem de uma nova linguagem, cujo significado é negociado entre os atores em suas interações comunicativas.

Assim, as proposições envolvem premissas sobre desempenho, domínios de atividade, aumento da complexidade interna, entre outros fatores. Organizações eficientes alinham a mudança organizacional com as mudanças no ambiente externo. Assim, quanto maior a complexidade na direção de consistência com a orientação estratégica, maior a resistência à mudança descontínua processo de convergência mudança incremental ou

inércia. Quanto maior o período de convergência, maior a complexidade associada e maior a inércia. Quanto mais turbulento o período de convergência, menor a inércia.

Para Grey (2004) o gerenciamento da mudança é falha, apesar da quantidade de tratados acadêmicos, que ainda há práticas do tipo “eu fiz do meu jeito”, que se estende a prática de executivos na busca textual dos livros gerencialistas de gurus, para gerenciar a mudança. Tushman e Romanelli (1985) destacam que dado um mesmo ambiente externo ou um ambiente previsível, quanto maior e estável o período de convergência, mais eficaz a organização. Para os autores em períodos convergentes, há confiança no plano de carreira e nas decisões do time executivo da empresa.

De acordo com os autores, para que uma organização seja eficiente, as reorientações devem estar alinhadas com mudanças no ambiente, regidas pela incerteza organizações ineficientes se reorientariam num ritmo excessivo ou insuficiente em relação ao ambiente externo. Empresas eficientes com produtos estáveis mudam com baixa frequência, empresas eficientes com produtos dinâmicos mudam com alta frequência.

Em relação ao papel dos executivos, verifica-se através da literatura que é reservada aos altos executivos a responsabilidade pelas reorientações e manutenção dos símbolos e valores em períodos de convergência. Aos gerentes médios cabe a manutenção e o aperfeiçoamento das rotinas em períodos convergentes. As reorientações são melhores preconizadas por executivos internos, mas devido a questões políticas e de inércia, pode ser necessária à troca de executivos para que a reorientação ocorra.

Greenwood e Hinings (1996) colocam como hipóteses fatores precipitadores da dinâmica intraorganizacional: os conflitos

de interesses e os padrões de comprometimento de valores. Os conflitos se remetem a diferenças relacionadas ao poder entre setores da mesma organização e por razões mercadológicas que variam com o tempo, por exemplo, o setor de logística pode ser mais importante em um determinado momento; em outro, pode ser o de *marketing* ou o setor de gestão de pessoas. No entanto, somente o conflito de interesses não precipita a mudança, pois não fornece uma direção, a não ser que os grupos com menos poder tenham consciência de que a estrutura vigente gera a situação desfavorecida.

Para Bergmini (2004) o argumento social e construtivista da mudança acelerada se dá pela construção por meio de esforços para conceituar a mudança de uma nova forma, como forma de confrontar argumentos tolos sobre o mundo contemporâneo. E, outras formas que existem de explicar o fetiche da mudança na direção de que não há alternativas no mercado e sim de que se adapte ou morra.

Segundo Greenwood e Hinings (1996) a direção e a velocidade da mudança são os padrões de valores tais como: comprometimento com *status quo*, empresas antigas e com alto desempenho; comprometimento indiferente, comprometimento competitivo, diferenciação entre especialidades dentro da organização; comprometimento reformista, mudança de líder por pressões e, a mudança radical está associada aos comprometerimentos competitivo e reformista. Para que as mudanças ocorram efetivamente, também são necessários os fatores possibilitadores tais como: estabilidade da conjuntura de poder na organização por consenso ou por perda de poder de uma das coalisões; capacidade para ação desse grupo de poder, proveniente de experiências anteriores de mudança.

As formas modernas de organização da produção desenvolvidas por Taylor e posteriormente por Ford, tinham como lente a intensificação da divisão do trabalho e da produção e consumo de massa, respectivamente. O que estava presente nas ideias de Ford era a necessidade de se criar um sistema de trabalho democrático, racionalizado, modernista e populista (Harvey, 2010).

Valores da perspectiva intangível

Os valores são intangíveis e têm um caráter regulador dos desejos, das vontades dos indivíduos e da sociedade, uma vez que eles instigam o comportamento humano para atingir objetivos. Quanto à definição do constructo intangível, Rohan (2000, p. 259) “fez uma discussão acerca do mesmo e mostrou que eles estão organizados dentro de um sistema de valores”. Para Rohan (2000), valores são princípios analógicos implícitos e construídos que julgam coisas, pessoas, ações e atividades para permitir a melhor vida possível ao ser humano.

Nessa definição está implícita a idéia de que os intangíveis estão enraizados no indivíduo e no momento em que estes têm capacidade cognitiva de julgar e de fazer escolhas determinarão a melhor forma de se viver. Ao fazerem tais escolhas, o comportamento humano e as ações individuais não estão livres da interferência do sistema de valores sociais e pessoais, das crenças e da ideologia. Esse conjunto determinará o comportamento e ação dos indivíduos e o resultado dessas ações provocam a mudança nas organizações.

Para Schwartz (2005), estudiosos tais como sociólogos, psicólogos, antropólogos colocam valores no centro do debate e, entendem que estes são vistos como mecanismos para analisar as ações dos indivíduos. Ao observar tais características, percebe-se que os autores também defendem a ideia de que os valores moldam o comportamento humano. Nesse sentido, as ações dos

indivíduos e do grupo social que expressam valores têm consequências práticas, fisiológicas e sociais, de modo que escolher uma ação alternativa que promova um tipo motivacional pode ir de encontro ou violar um tipo motivacional antagônico. Está implícita a ideia de que os tipos motivacionais estão numa ordem hierárquica e padronizada aceita pela sociedade. Ao que parece, essa padronização serve para orientar as escolhas e o julgamento que os indivíduos fazem ao realizar a ação.

Segundo Kluckhohn (1951), os valores são instigadores do comportamento dos indivíduos, logo, são internalizados pelos atores via processo de socialização. A aceitação desses valores, torna a vida mais fácil e a sociedade mais harmoniosa e possivelmente distante das crises que derivam das mudanças organizacionais.

Ao observar as diversas definições do constructo de intangibilidade, percebe-se que independentemente das abordagens apresentadas sejam histórica, interacionismo simbólico, estruturalista e evolucionária, o cerne da questão está em relacionar intangíveis na perspectiva dos valores relacionados ao comportamento e ação dos indivíduos. Tal tentativa busca compreender o funcionamento da sociedade e a partir desse entendimento apresentar antídotos para o que não é desejável.

Schwartz (2005), enquanto representante da corrente evolucionária, relaciona os valores aos aspectos motivacionais que por sua vez estão relacionados à existência humana. Ao identificar e tentar agrupar tipos motivacionais dos valores, o autor pretende demonstrar que as escolhas e o comportamento dos indivíduos na sociedade devem ser convergentes, uma vez que sozinhos, os indivíduos não conseguem lidar com os requisitos biológicos, de interação social coordenada e a necessidade de bem-estar dos grupos.

Para Guth & Tagiuri (1967) existem seis tipos de “consciência humana” que são utilizados na orientação dos valores. A existência do homem teórico permite orientar os valores para a busca da verdade, o homem econômico é orientado para o que é útil, ou seja, para resultados o estético encontra o seu principal interesse nos aspectos artísticos da vida, o amor é orientado pelo homem social, o político é caracteristicamente orientado para o poder, não necessariamente na política, mas em qualquer área. Por fim, o homem religioso cuja estrutura mental é permanentemente direcionada para a criação das maiores e absolutas experiências de valor, ou seja, ele procura relacionar-se com o universo em uma maneira significativa e tem orientação mística.

Metodologia da Pesquisa

O objetivo do presente trabalho é analisar a produção científica sobre Liderança, Mudança Organizacional e Intangíveis. O artigo é de natureza empírico-teórico, buscando-se abordagens teóricas sobre o desenvolvimento do tema liderança e mudança organizacional na perspectiva dos intangíveis e identificá-las na produção científica. Para realização do estudo foram realizadas pesquisas na base de dados da CAPES. Buscou-se a base *Scopus Elsevier*, por ser uma das maiores bases de dados em nível nacional e internacional (SCOPUS, 2016). O período de realização da pesquisa foi abril e agosto de 2017.

Assim, realizou-se uma busca de artigos, na base de dados que se inicia com as palavras: *leadership, chance and intangible*. É importante ressaltar que no primeiro momento não foi realizado nenhum corte transversal, ou seja, foi realizada uma pesquisa considerando todos os anos disponíveis, aparecendo artigos nos anos de 1993 a 2011, bem como todas as áreas do conhecimento. Para tanto, foram encontrados cinquenta e dois artigos de variadas áreas do conhecimento. Posteriormente, realizou-se um filtro para

a área de ciências sociais aplicadas, gestão de negócios e contabilidade e foram encontrados seis artigos na base *Scopus Elsevier*, todos internacionais. Assim, os seis artigos foram traduzidos do Inglês para o português e, posteriormente realizada uma leitura e análise, conforme nos ensina Bardin (2011) com a finalidade de obter por meio de procedimentos de verificação e compreensão de conteúdo que possibilite conhecimento das condições produzidas no texto.

Tendo em vista o objetivo do trabalho, os artigos foram classificados à luz das dimensões da natureza da ciência objetivo-subjetiva. Para Burrell (1998), a natureza da ciência social pode ser observada pelas dimensões subjetiva-objetiva. Foram analisados e classificados conforme abordagens realizadas no campo epistemológico e metodológico. Considera-se que há limitações do trabalho, tendo em vista o número reduzido de publicações e a não produção científica no Brasil a respeito do assunto.

Resultados e Discussões

A Análise aqui apresentada se dá por meio dos seis artigos encontrados dentro da perspectiva do objetivo da busca dos resultados. Nessa síntese, observa-se a produção científica e os autores encontrados sobre o tema liderança, mudança organizacional e intangível conforme Quadro 1 a seguir.

Para tanto, salienta-se que, dos seis artigos encontrados nos anais da base de dados escolhido com a busca de palavras de liderança, mudança organizacional e intangível, pôde-se verificar que, dos periódicos encontrados três são considerados de alto impacto na avaliação denominada Qualis na Classificação de periódicos 2016 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, considerando a análise de impacto

resultantes da classificação de A1, A2 e B1, conforme demonstra o Quadro1.

Autor	Periódico	Fator de Impacto*
Martincic, A., Dovey, K.	<u>International Journal of Learning and Intellectual Capital</u> 8(1), pp. 108-122	A2
Yeo, R.K., Ajam, M.Y.	<u>International Journal of Organizational Analysis</u> 18(3), pp. 295-320	A2
Busari, O	<u>International of Knowledge, and Change Journal Culture Management</u> 10(3), pp. 145-158	B1
DahlgaardPark, S.	<u>Measuring Business Excellence</u> 13(1), pp. 3-22	-
Razeghi, A	<u>StrategyandLeadership</u> 34(5), pp. 49-51	-
Chapman, T.W	<u>Frontiers of health services management</u> 10(2), pp. 3-26; discussion 41	-

*Fator de impacto de acordo com a classificação *Qualis* da CAPES

Quadro 1 – Periódico publicado dos artigos selecionados e o fator de impacto Fonte: Elaborado pelas autoras

Nesse diapasão, é possível verificar que os periódicos destacados são da área de Administração pública e de empresas, Ciências Contábeis e Turismo. Assim, os autores Martincic e Dovey tiveram seu artigo publicado *International Journal of Learning and*

Intellectual Capital, que é avaliado pelo *Qualis* da CAPES como uma revista A2, proporcionando um alto fator de impacto positivo para a pesquisa. Para tanto, o artigo dos autores Yeo e Ajam também são avaliados com um alto impacto, considerado que o periódico da publicação *International Journal of Organizational Analysis* é considerado também uma classificação A2.

O periódico *International Journal of Knowledge, Culture and Change Management* que teve a publicação do autor Busari também revela um impacto de classificação importante na avaliação da *Qualis*, revelando a avaliação B1. No entanto, as demais publicações de Dahlgard no periódico *Measuring Business Excellence*; a de Razeghi no periódico *Strategy and Leadership*, e; o artigo de Chapman na revista *Frontier Sofhealth Services Management*; não são encontrados na lista de classificação *Qualis* da CAPES.

Ressalta-se que, quando considerado o ano de publicação é possível observar uma lacuna de publicação, tendo o artigo *Challenges of leadership in an era of health care reform* publicado no ano de 1993 e o próximo estudo é visto apenas no ano de 2006, com o artigo *Leading through belief: Managing the power of hope*, salientando uma lacuna de 13 anos, sem publicação na base de dados da *Scopus*, conforme demonstra o Quadro 2 a seguir.

Título	Ano de publicação	Nº citações
<u>Action research as a knowledge generating change methodology</u>	2011	6
<u>Designing the future: The knowledge agenda at Trans-Caledon Tunnel Authority</u>	2010	3
<u>Technological development and challenges in strategizing</u>	2010	1

<u>organizational change</u>		
<u>Towards a humanoriented metrology for improvement and change</u>	2009	4
<u>Leading through belief: Managing the power of hope</u>	2006	0
Challenges of leadership in an era of health care reform	1993	1

Quadro 2– Ano de publicação e número de citações dos artigos selecionados

Fonte: Elaborado pelas autoras

Observa-se que, quanto ao fator de impacto no que se refere a citações dos artigos na base de dados *Scopus*, o artigo mais atual no ano de 2011, é o que apresenta maior número de citações, revelando a quantidade de seis citações do artigo titulado: Pesquisa-ação como uma metodologia de mudança geradora de conhecimento. Em seguida, observa-se o artigo: Rumo a uma metrologia orientada a humanos para melhoria e mudança, no ano de 2009 com quatro citações e, o estudo: Projetando o futuro: A agenda do conhecimento na Autoridade do Túnel Trans-Caledon com três citações demonstrada na base de dados pesquisa. Salienta-se que, a partir do ano de 2011, não foram encontradas publicações sobre o tema.

Nesse contexto, verifica-se também os locais das publicações desses seis artigos selecionado, evidenciado a Austrália como o país que apresentou duas publicações, conforme demonstra o Quadro 3.

Local de publicação	Assunto abordado
Estados Unidos	Capital intangível, conhecimento, democracia
Canadá	Conhecimento e inovação
Austrália (2)	Comportamento, motivação, poder, valores
Kuwait	Valores, desempenho, mudança
România	Risco, incerteza, conhecimento de si mesmo valores, visão

Quadro 3 – Local de publicação e assuntos abordados

Fonte: Elaborado pelos autores

Ao analisar os dados apontados na pesquisa nota-se que há destaque para o termo “valores”. Na Austrália foi abordado nas duas publicações encontradas, no Kuwait também houve destaque do termo e na România, onde foi publicado o primeiro artigo científico em que constam os agrupamentos referidos, também destaca o termo valores. Assim, verifica-se que também foram abordados nos artigos publicados o termo intangível, conhecimento, inovação, comportamento, poder desempenho, incerteza, conhecimento de si mesmo risco e visão. Para tanto, o Quadro 4 revela o tema de estudo e a relação com os achados na pesquisa.

Temas de estudo	Relação à pesquisa
Pesquisa ação e mudança geradora do conhecimento	Capital intangível conhecimento, colaboração e democracia
Projetando o futuro: Agenda do conhecimento	Conhecimento e inovação

Desenvolvimento tecnológico e desafios na estratégia de mudança organizacional	Comportamento, motivação, poder e valores
Metrologia orientada para o homem melhorar e mudar	Valores e desempenho
Conduzindo através da crença e gerenciando o poder da esperança	Crença e valores
Desafios da liderança na era da reforma dos cuidados de saúde	Risco, incerteza conhecimento de si mesmo, valores e visão

Quadro 4- Temas de estudos relacionados a liderança e mudança organizacional e intangíveis

Fonte: Elaborado pelos autores

Assim, é possível evidenciar que diferentes autores e países publicaram artigos sobre liderança, mudança organizacional e intangível no período pesquisado. No entanto os temas de estudo convergem em relação a pesquisa tais como: Mudança geradora do conhecimento se inter-relaciona com a abordagem capital intangível do conhecimento, colaboração e democracia. Já o tema Projetando o futuro trata de uma agenda do conhecimento e inovação. Para o artigo que trata de Desafios na estratégia de mudança organizacional a abordagem é comportamento, motivação, poder e valores.

Em relação ao tema Metrologia orientada para o homem melhorar e mudar são tratados conceitos de valores e desempenho organizacional. Conduzindo através da crença e gerenciando o poder da esperança, destacado as crenças e os valores. E, para o

estudo dos Desafios da liderança na era da reforma dos cuidados de saúde a abordagem é risco, incerteza, conhecimento de si mesmo, valores e visão. Assim, verifica-se que os autores tiveram a visão do termo intangível na perspectiva do intangível.

Considerações Finais

O objetivo da pesquisa de analisar artigos nacionais e internacionais sobre liderança, mudança organizacional e intangíveis na área das ciências sociais aplicadas e na subárea do conhecimento de administração e contabilidade despertou interesse em publicações a nível nacional, considerando que não foram encontrados estudos no Brasil. Por isso, pressupõe-se que a amplitude da temática dificulta o resultado das pesquisas, tendo em vista que a pesquisa realizada de forma individual das palavras é possível evidenciar um elevado número de publicações.

Os resultados da bibliometria apontam que a produção científica é realizada por pesquisadores oriundos de apenas quatro países e, os dados salientam ainda que os autores tratam a intangibilidade como valores, conhecimento, colaboração, democracia, risco, incerteza, comportamento, motivação, poder e crença. Verifica-se também que os autores tratam a inovação como resultado do conhecimento.

Assim, dos resultados encontrados verifica-se que é necessário analisar na prática a percepção de gestores das organizações em relação ao tema, tendo em vista o baixo número de publicações, das quais somente seis foram encontrados, sendo todos artigos internacionais e nenhum publicado no Brasil. Por outro lado, apesar das restrições, os artigos publicados são relacionados ao tema e apresentam relevância sobre o assunto do objeto do estudo, tendo em vista que foram realizadas publicações internacionais em periódicos de alto impacto na avaliação de Qualis da CAPES.

Assim, sugere-se que seja desenvolvida pesquisas que envolvam práticas e percepção sobre estudo abordado, realizando uma agenda de atividades que venha desenvolver esse importante campo de investigação para estudos organizacionais, contribuindo dessa forma para com o conhecimento científico.

Referências

Agle, B. R; Caldwell, C. B. Understanding research on values in business. Business and Society, v.38, n.3; p. 326-387.

1999. Disponível <http://www.sciencedirect.com/science/article>. Acesso em: 23 de maio. 2017.

Bardin, L. Análise de conteúdo. 1ª edição, São Paulo: Edições 70, 2011.
Barrett, F. J.; Thomas, G.F.; Hocevar, S.P. The central role of discourse in large-scale change: a social construction perspective. The Journal of Applied Behavioral Science, v.31, n.3, 1995.

Bergamini, C. W. A importância da credibilidade na liderança eficaz. Revista de Economia e Administração, 2004. Disponível em: <http://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-44-num-1-ano-2004-nid-4599>. Acesso em: 20 de maio, 2017.

Berger, P.; Luckmann, T. A construção social da realidade. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

Burrerl, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: Clegg, S.R.; Hardy, C.; Nord, W.R. Handbook de estudos organizacionais. Volume 1. São Paulo: Atlas, 1998.

Capes. Disponível em: www.capes.gov.br/periódicos. Acesso em 10 de abril. 2017.

Clegg, S; Hardy C. (eds). *Studying organizations: Theory and method* London: Sage Publications, 464 pp., ISBN 0 7619 6045 7, 1999.

Denzin, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Fonseca, A. M. de O.; Porto, J.B.; Barroso, A. C. (2012). O efeito de valores pessoais nas atitudes perante estilos de liderança. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, v. 13, n. 3, p. 122-149, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 10 de junho.2017.

Gouvêa, R. Q. Da filosofia dos valores a uma ciência dos valores. In: Teixeira, M.L.M. (org.). *Valores Humanos & Gestão: novas perspectivas*. São Paulo: Senac, 2008.

Greenwood R; Hinings C. R. Understanding Radical Organizational Change: Bringing together the Old and the New Institutionalism *The Academy of Management Review* Vol. 21, No. 4, pp. 1022-1054, 1996. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/259163?seq=1#page_scan_tab_contents. Accessed. Acesso em 15 de junho.2017.

Grey, C.(2004). O fetiche da mudança. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 44, n. 1, jan-mar, 2004. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37314>
. Acesso em 06 de junho.2017.

Guth, W.D.; Tagiuri, R. Personal values and corporate strategy. *Harvard Business Review*, v.43, 1965. Disponível em: <https://hbr.org/1965/09/personal-values-and-corporate-strateg>. Acesso em: 25 de maio.2017.

Harvey, D. *Condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Loyola, 2010.
Hernandez, J. M. Da C; Caldas, M. P. Resistência a mudança: uma revisão crítica. *Rev. adm. empres.* [online]. vol.41, n.2, pp.31-45, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902001000200004 . Acesso em: 10 de maio.2017.

Kluckhohn, C.K.M. Values and value orientation in the theory of action. In: Parsons, T.; Shlds, E. (eds). *Toward a general theory of action*. Cambridge, MA, Harvard University Press, p.388-433, 1951.
Lewis, M. W. Exploring paradox: toward a more comprehend sivegui. *Academy of Management Review*, v.25, n.4, p.760-776, 2000. Disponível em: <http://amr.aom.org/content/25/4/760.short> Acesso em 25 de arbil.2017.

Morgan, G. *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas, 1997.
Ospina, S. ; Foldy, E. Building bridges from the margins: The work of leadership in social change organizations. *The Leadership Quarterly* (21) 292–307, 2010. Disponível em:<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1048984310000275>. Acesso em: 29 de abril.2017.

Robyn T. Sargent L. Hardy C. *Managing Organization alhange: Negotiating Meaning and Power-Resistance Relations*, 2010. Disponível em:

<http://pubsonline.informs.org/doi/abs/10.1287/orsc.1090.0520>.
Acesso em 15 de maio.2017.

Rohan, M. J. A rose by any name? The values construct. *Personality and Social Psychology Review*, v. 4, n.3, p.255-277, 2000. Disponível em:

http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1207/S15327957PSPR0403_4. Acesso em 15 de maio.2017.

Sant'Anna, A. S; Campos, M. S.; Vaz, S. L. Liderança: o Que Pensam os Executivos Brasileiros sobre o Tema. XXXIV ENANPAD, Rio de Janeiro, Anais, 2010.

Schwartz, S. H. Valores humanos básicos: seu contexto e estrutura intercultural. In: Tamayo, A.; Porto, J. B.(orgs). Valores e comportamento nas organizações. Petrópolis: Vozes, 2005.

Scopus Base de dados Scopus. Disponível em: www.capes.periodicos.gov.br. Acesso em: 25 de maio.2017.

Spates, G. (2005). Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.45, n.1, p. 58-71, 2005. Disponível em:<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/3710>. Acesso em 18 de maio.2017.

Thomas. R.; Sargent L.; Hardy C. Managing Organizational Change: Negotiating Meaning and Power-Resistance Relations. Published Online: March 25, 2010 Disponível em: <http://pubsonline.informs.org/doi/abs/10.1287/orsc.1090.0520>. Acesso em 16 de maio.2017.

Triches, V.; Fagherazzi, O. J. Liderança eficaz pela perspectiva da motivação: um debate sobre a força da consciência motivadora. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas-ISSN 2176-5766, v. 3, n. 1, p. 89-104, 2015.

Tushman, M.; Romanelli, E. Organizational Transformation as Punctuated Equilibrium: An Empirical Test. Academy of Management Journal 37, no. 5, 1141–1166, 1994. Disponível em: <http://amj.aom.org/content/37/5/1141.full.pdf+htm>. Acesso em: 25 de maio.2017.

Wood T.; Caldas. Reductionism and complex thinking during ERP implementations. Business Process Management Journal 7 Issue: 5, pp.387-393, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/14637150110406777>. Acesso em:10 de maio.2017.

GAMIFICAÇÃO E A JORNADA DO HERÓI DE JOSEPH CAMPBELL: Uma Análise Epistemológica no Contexto da Inovação e Tecnologia

Igor Arnaldo de Alencar Feitoza e
Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

Introdução

A gamificação, uma técnica que aplica elementos e mecânicas de jogos em contextos não lúdicos, tem se destacado como uma abordagem inovadora para engajar e motivar indivíduos em diversos domínios. Paralelamente, a teoria da "Jornada do Herói" de Joseph Campbell oferece um arquétipo narrativo que transcende culturas e épocas.

A gamificação tem demonstrado sua eficácia na transformação de atividades cotidianas em experiências envolventes e motivadoras (Deterding et al., 2011). Ao incorporar elementos de jogos, como desafios, recompensas e competições, em contextos que vão desde a educação até o ambiente de trabalho, ela desperta o interesse e a participação ativa dos indivíduos. Essa abordagem

inovadora tem sido reconhecida como uma maneira promissora de enfrentar os desafios contemporâneos, nos quais a motivação e o engajamento são fatores cruciais (Hamari et al., 2014).

Por outro lado, a "Jornada do Herói" é uma estrutura narrativa arquetípica que transcende culturas e gerações. Proposta por Joseph Campbell, essa teoria explora os estágios através dos quais um herói passa ao embarcar em uma jornada épica, enfrentando desafios, obtendo conhecimento e, finalmente, alcançando uma transformação pessoal (Campbell, 1949). Essa narrativa tem sido aplicada em inúmeras histórias, desde mitos antigos até narrativas modernas, refletindo as aspirações humanas por crescimento, superação e autodescoberta.

A convergência entre a gamificação e a Jornada do Herói oferece uma oportunidade empolgante para explorar como esses dois conceitos podem se complementar e potencializar em ambientes que demandam inovação e tecnologia. Ao unir a motivação intrínseca induzida pela gamificação com a estrutura narrativa profunda da Jornada do Herói, pode-se criar experiências que não apenas envolvam, mas também inspirem e capacitem os participantes a se tornarem protagonistas de suas próprias jornadas de transformação.

Nesse contexto, este artigo propõe investigar a relação epistemológica entre a gamificação e a Jornada do Herói, destacando como essa convergência pode ser aplicada de maneira inovadora em cenários que envolvem tecnologia. A análise desses dois conceitos permitirá compreender como suas bases teóricas podem ser sinergicamente exploradas para promover o engajamento, a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal em um mundo cada vez mais digital e desafiador.

A Jornada do Herói: Uma Narrativa Universal

A "Jornada do Herói" proposta por Joseph Campbell em sua obra "O Herói de Mil Faces" é uma estrutura narrativa que transcende

culturas e eras, revelando-se uma narrativa universal que ressoa profundamente com a experiência humana. Campbell identifica uma série de etapas nesse percurso, cada uma representando um aspecto fundamental do processo de autodescoberta e transformação do herói. Entre essas etapas, destacam-se o Chamado à Aventura, a Recusa do Chamado, o Encontro com o Mentor, os Desafios e Provas, a Ressurreição e o Retorno Transformado (Campbell, 1949).

O Chamado à Aventura é o ponto de partida da jornada, representando o momento em que o herói é convocado a sair de sua zona de conforto e enfrentar o desconhecido. Nesse ponto, o herói pode sentir relutância ou até mesmo rejeitar o chamado, expressando a Recusa do Chamado. Essa hesitação é muitas vezes alimentada por medos e dúvidas internas, refletindo a luta entre o desejo de crescimento e a resistência à mudança.

O Encontro com o Mentor é um momento crucial, onde o herói encontra um guia sábio que oferece orientação, sabedoria e, às vezes, ferramentas para ajudar na jornada. Esse mentor desempenha um papel fundamental em fornecer insights e encorajamento, preparando o herói para os desafios vindouros. À medida que o herói enfrenta Desafios e Provas, ele é testado e forçado a superar obstáculos que exigem a aplicação de suas habilidades e aprendizados.

A Ressurreição marca o ponto culminante da jornada, onde o herói enfrenta seu maior desafio e experimenta uma espécie de morte simbólica, transformando-se no processo. Essa etapa simboliza a superação das limitações anteriores e o renascimento como uma versão mais autêntica e poderosa do herói. O Retorno Transformado encerra a jornada, quando o herói retorna ao mundo de origem, trazendo consigo o conhecimento adquirido e a capacidade de impactar seu ambiente de maneira positiva.

A "Jornada do Herói" ressoa tão profundamente com a psique humana porque reflete o ciclo contínuo de crescimento, desafio e transformação que todos nós experimentamos em nossas

vidas. É uma narrativa que transcende fronteiras culturais, temporais e individuais, conectando-se à nossa busca eterna por significado, evolução e realização pessoal.

Essa estrutura narrativa arquetípica da "Jornada do Herói" tem sido um pilar na construção de histórias há milênios. Conforme observado por Christopher Vogler em "A Jornada do Escritor", essa jornada é uma "ferramenta poderosa que pode ser usada para estruturar histórias em qualquer gênero e em qualquer formato". Ela captura a essência da jornada humana, desde os mitos antigos até as narrativas modernas, permeando culturas diversas e mantendo uma relevância atemporal (Vogler, 1992).

A universalidade da "Jornada do Herói" é evidenciada pelo fato de que suas etapas podem ser identificadas em contos e narrativas de diferentes partes do mundo. Por exemplo, o conto do Rei Arthur e a busca pelo Santo Graal compartilha muitas semelhanças com a jornada do herói, desde a chamada à aventura até a realização da busca e o retorno transformado (Campbell, 1949). Além disso, mitologias como a grega e a hindu também apresentam paralelos marcantes com essa narrativa (Barnes, 2018).

Ao se aprofundar na análise dessa estrutura, torna-se claro que ela não é apenas um padrão superficial de eventos, mas uma representação simbólica do desenvolvimento humano. Segundo Maureen Murdock, essa jornada não é exclusivamente masculina; as mulheres também podem embarcar em uma jornada heróica, enfrentando desafios e buscando autodescoberta (Murdock, 1990). Isso destaca que a "Jornada do Herói" transcende as barreiras de gênero, destacando a universalidade de seus temas fundamentais.

Ao examinar a convergência entre a "Jornada do Herói" e a gamificação no contexto da inovação e tecnologia, surge uma fascinante intersecção. A gamificação, ao incorporar elementos de jogos em atividades cotidianas, pode estruturar uma narrativa de crescimento pessoal para os participantes. A jornada do herói, por sua vez, pode ser usada como um modelo para criar experiências

gamificadas envolventes e significativas. Essa combinação oferece um potencial intrigante para envolver e capacitar as pessoas em ambientes que demandam aprendizado e adaptação constantes.

Ao finalizar essa exploração da "Jornada do Herói" como uma narrativa universal, torna-se evidente que ela vai além de uma simples fórmula de histórias. Ela é uma representação atemporal das aspirações humanas por crescimento, superação e transformação. Essa jornada transcende culturas, gerações e plataformas, oferecendo um mapa para a busca contínua de significado e evolução.

A Convergência Epistemológica

A interseção entre a gamificação e a Jornada do Herói é notável. Ambas as abordagens envolvem elementos de desafio, superação, recompensa e transformação. O uso da gamificação pode ser visto como uma aplicação prática dos estágios da Jornada do Herói, onde o indivíduo é convidado a enfrentar desafios, adquirir novas habilidades e atingir um estado transformado (Hamari et al., 2014).

Essa convergência vai além da superficialidade das mecânicas de jogos e se aprofunda na psicologia da motivação. A Jornada do Herói oferece um arquétipo poderoso que ressoa com os anseios humanos por crescimento pessoal e autoconhecimento. Ao combinar essa estrutura narrativa universal com as estratégias de engajamento da gamificação, é possível criar experiências que não apenas capturam a atenção, mas também estimulam o desejo de superar desafios e buscar a transformação.

A motivação intrínseca, um dos pilares da gamificação, encontra um paralelo no chamado à aventura da Jornada do Herói. Segundo Deci e Ryan (1985), a motivação intrínseca é alimentada pela busca do desafio e da maestria. De maneira semelhante, o chamado à aventura instiga o herói a sair de sua zona de conforto em busca de crescimento e realização. Essa correlação destaca como

a gamificação pode ser vista como uma moderna expressão da jornada épica que tem sido contada por culturas diversas ao longo da história.

Além disso, a gamificação pode ser percebida como uma ferramenta para induzir a experiência de "fluxo" (Csikszentmihalyi, 1990), um estado mental caracterizado por um profundo envolvimento e foco na atividade. Esse estado de fluxo é frequentemente alcançado quando os desafios da tarefa estão em equilíbrio com as habilidades do indivíduo. Essa ideia encontra paralelos na Jornada do Herói, onde o herói enfrenta desafios crescentes, mas também adquire habilidades e sabedoria ao longo da jornada.

A experiência de fluxo é reconhecida como um componente central do engajamento e da aprendizagem significativa. Quando os participantes estão imersos em uma atividade que desafia suas habilidades na medida certa, eles experimentam um estado de foco intenso e satisfação intrínseca. Csikszentmihalyi (1990) destaca que o fluxo é alcançado quando "as habilidades do indivíduo estão completamente envolvidas em enfrentar um desafio que é igual às suas habilidades." Nesse ponto de equilíbrio, a experiência se torna gratificante por si só, independentemente das recompensas externas.

A Jornada do Herói proporciona um roteiro narrativo que reflete esse processo de equilíbrio entre desafio e habilidade. À medida que o herói enfrenta desafios progressivamente maiores, ele também adquire conhecimento e poderes para superá-los. Essa progressão está alinhada com o conceito de fluxo, onde a experiência intensa é mantida pela interação harmoniosa entre o grau de desafio e as capacidades do indivíduo.

No contexto da gamificação, a criação de desafios balanceados é essencial para induzir o estado de fluxo. Quando os desafios são muito fáceis, os participantes podem sentir tédio; por outro lado, quando são muito difíceis, podem se frustrar. Como

afirma Hamari et al. (2014), "os jogadores preferem desafios que estejam ligeiramente acima de suas habilidades, para que possam experimentar o fluxo". Nesse sentido, a gamificação segue a mesma lógica da Jornada do Herói, oferecendo aos participantes a oportunidade de enfrentar desafios progressivos que os levem a alcançar um estado transformado.

A convergência desses dois conceitos revela uma abordagem poderosa para projetar experiências envolventes e significativas. Ao entender como a experiência de fluxo e a Jornada do Herói se entrelaçam, os designers de gamificação podem criar jornadas personalizadas para os participantes, guiando-os em direção à autotranscendência e à conquista de objetivos. Essa interligação ressalta que a gamificação não se trata apenas de aplicar mecânicas de jogos, mas de criar narrativas envolventes que ressoam com as aspirações humanas por crescimento, superação e realização pessoal.

A interseção entre a gamificação e a Jornada do Herói também tem implicações éticas e morais. Assim como o herói deve enfrentar dilemas éticos ao longo de sua jornada, os participantes de experiências gamificadas podem se deparar com escolhas que testam seus valores e princípios. Isso levanta a questão de como a estrutura narrativa da Jornada do Herói pode ser aplicada para promover a tomada de decisões éticas e a reflexão moral em contextos diversos.

Portanto, a convergência entre a gamificação e a Jornada do Herói não se limita apenas a uma aplicação superficial de mecânicas de jogos. Ela cria uma sinergia entre a psicologia da motivação, a estrutura narrativa profunda e as aspirações humanas por crescimento e transformação. Ao unir esses dois conceitos, abre-se um terreno vasto para a inovação e a criação de experiências que não apenas envolvam, mas também inspirem e capacitam os indivíduos a trilharem suas próprias jornadas épicas em busca de autodescoberta e realização.

Aplicações Práticas na Educação

A interseção entre a gamificação e a Jornada do Herói tem demonstrado ser particularmente relevante no campo da educação, onde a busca por métodos eficazes de engajamento e aprendizado é contínua. A gamificação oferece uma abordagem dinâmica para a educação, transformando conceitos muitas vezes considerados tradicionais em experiências interativas e envolventes (Deterding et al., 2011). A integração da estrutura narrativa da Jornada do Herói nesse cenário pode amplificar ainda mais o impacto, fornecendo uma estrutura emocionalmente ressonante para os alunos.

Ao aplicar a gamificação inspirada na Jornada do Herói na educação, os estudantes são convidados a embarcar em uma jornada de aprendizado que espelha o ciclo de desafios, superação e transformação do herói. Isso pode ser particularmente eficaz para motivar os alunos, pois a narrativa arquetípica da Jornada do Herói ressoa com suas próprias aspirações por crescimento pessoal e conquista (Seaborn & Fels, 2015).

Um dos principais benefícios dessa abordagem é a promoção do engajamento dos alunos. A gamificação introduz elementos lúdicos na aprendizagem, transformando a sala de aula em um ambiente onde a participação ativa é incentivada e recompensada. Isso é especialmente importante em um contexto educacional, onde a falta de engajamento dos alunos pode ser um desafio significativo (Hamari et al., 2014). Ao adicionar a estrutura narrativa da Jornada do Herói, os alunos são imersos em uma narrativa envolvente que os torna protagonistas de sua própria jornada de aprendizado.

Além disso, a gamificação na educação pode promover uma aprendizagem mais ativa e prática. Através da resolução de desafios, simulações e atividades práticas, os alunos podem aplicar o conhecimento de maneira concreta, o que tem sido associado a uma maior retenção e compreensão do conteúdo (Deterding et al., 2011). A estrutura da Jornada do Herói complementa essa abordagem,

fornecendo um contexto narrativo que incentiva os alunos a enfrentarem desafios como parte de sua busca por desenvolvimento pessoal.

Além disso, a gamificação na educação pode promover uma mentalidade de crescimento. Dweck (2006) introduziu o conceito de "mindset" de crescimento, que enfatiza a crença de que as habilidades e inteligência podem ser desenvolvidas por meio de esforço e aprendizado contínuos. A aplicação da gamificação alinhada à Jornada do Herói pode promover esse mindset ao reforçar a ideia de que os desafios enfrentados são oportunidades para crescimento e transformação, em vez de obstáculos intransponíveis.

Ademais, a gamificação na educação também pode melhorar a colaboração entre os alunos. A introdução de elementos competitivos ou colaborativos em atividades gamificadas pode incentivar os alunos a trabalharem juntos para atingir objetivos comuns (Seaborn & Fels, 2015). A Jornada do Herói, com seus estágios de encontro com mentores e auxílio de aliados, ressoa com a ideia de que o apoio mútuo é fundamental na jornada de aprendizado.

Por fim, a avaliação também é uma parte essencial do processo educacional. A gamificação inspirada na Jornada do Herói pode oferecer oportunidades criativas de avaliação, como desafios práticos, projetos individuais ou em grupo e reflexões sobre o progresso pessoal ao longo da jornada. Essa abordagem diversificada de avaliação pode proporcionar uma visão mais abrangente do aprendizado dos alunos (Deterding et al., 2011).

Em resumo, a aplicação da gamificação alinhada à estrutura narrativa da Jornada do Herói na educação oferece um campo promissor para a promoção do engajamento, aprendizado ativo e desenvolvimento de habilidades dos alunos. Ao criar uma narrativa envolvente que reflete os desafios e conquistas do herói, os educadores podem inspirar os alunos a embarcar em sua própria

jornada de aprendizado. Essa abordagem não apenas torna a educação mais emocionante, mas também fortalece a motivação intrínseca para aprender e crescer.

Medição de Impacto e Avaliação

A medição de impacto e avaliação desempenha um papel crucial na compreensão da eficácia da gamificação inspirada na Jornada do Herói no contexto da inovação e tecnologia. Para avaliar o sucesso dessas abordagens, é essencial adotar métodos sólidos de coleta de dados e análise, a fim de obter insights sobre o engajamento dos participantes, a aprendizagem alcançada e os resultados obtidos.

Uma das principais áreas de foco na medição de impacto é a avaliação do engajamento do usuário. Isso pode ser medido por meio de métricas como a frequência de participação, o tempo gasto nas atividades gamificadas e a taxa de conclusão de desafios (Hamari et al., 2014). Ao compreender o nível de envolvimento dos participantes, é possível determinar se a abordagem está sendo eficaz na manutenção do interesse e na motivação contínua.

A aprendizagem é outro aspecto crítico a ser avaliado. A gamificação e a Jornada do Herói devem ser projetadas de forma a promover a assimilação do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades. Para medir isso, podem ser utilizados métodos como avaliações de conhecimento pré e pós-participação, testes de retenção de informações e análise da aplicação prática das habilidades adquiridas (Deterding et al., 2011).

Além disso, a satisfação do usuário desempenha um papel importante na avaliação do impacto. Questionários de avaliação pós-participação podem fornecer insights valiosos sobre a percepção dos participantes em relação à experiência gamificada, incluindo pontos positivos, áreas de melhoria e sugestões para futuras iterações (Seaborn & Fels, 2015).

A análise quantitativa e qualitativa dos resultados também é essencial. Métricas numéricas, como taxas de conclusão e pontuações obtidas, podem ser combinadas com feedback qualitativo dos participantes para obter uma visão completa do impacto da gamificação inspirada na Jornada do Herói (Domínguez et al., 2013).

Vale ressaltar que a medição de impacto e avaliação não deve se limitar apenas ao curto prazo. A longo prazo, é importante acompanhar como a aplicação dessas abordagens influencia o desenvolvimento contínuo dos participantes, suas atitudes em relação ao aprendizado e sua capacidade de aplicar o conhecimento adquirido em situações do mundo real (Hamari et al., 2014).

A medição de impacto e avaliação é fundamental para validar a eficácia da convergência entre a gamificação e a Jornada do Herói. Ao coletar e analisar dados relevantes, é possível determinar se essas abordagens estão atingindo seus objetivos de engajamento, aprendizado e transformação pessoal. Esses insights não apenas orientam iterações futuras, mas também contribuem para a compreensão mais profunda de como as estratégias de gamificação alinhadas com a narrativa da Jornada do Herói podem catalisar o desenvolvimento em contextos de inovação e tecnologia.

Desenvolvimento de Habilidades e Aprendizado Experiencial

No cruzamento entre a gamificação e a Jornada do Herói, emerge uma oportunidade poderosa para o desenvolvimento de habilidades por meio do aprendizado experiencial. A gamificação, ao adotar elementos de desafio, recompensa e competição, cria um ambiente propício para que os participantes adquiram habilidades práticas de maneira envolvente (Deterding et al., 2011). Ao mesmo tempo, a Jornada do Herói oferece uma estrutura narrativa que reflete o ciclo de aquisição de habilidades, enfrentamento de desafios e transformação.

O desenvolvimento de habilidades por meio da gamificação inspirada na Jornada do Herói pode ser entendido como aprendizado experiencial. Kolb (1984) propôs um modelo de aprendizagem que enfatiza a experiência como um processo fundamental para a aquisição de conhecimento e habilidades. A gamificação cria um ambiente no qual os participantes podem experimentar situações desafiadoras, aplicar estratégias e receber feedback imediato, tudo o que promove uma aprendizagem mais profunda e duradoura.

Nesse contexto, a Jornada do Herói atua como um arcabouço narrativo que molda a jornada de aprendizado. Os estágios da jornada, desde o Chamado à Aventura até o Retorno Transformado, podem ser mapeados para o processo de aprendizagem experiencial. O Chamado à Aventura pode ser equiparado à introdução de uma nova habilidade, a Recusa do Chamado à incerteza inicial e hesitação em aprender, e os Desafios e Provas aos obstáculos a serem superados durante a prática (Campbell, 1949).

A aplicação prática das habilidades também é fundamental. A gamificação oferece a oportunidade de colocar em prática o conhecimento adquirido, muitas vezes em cenários simulados, onde os participantes podem experimentar diferentes abordagens e consequências (Seaborn & Fels, 2015). Esse aprendizado ativo e prático tem sido destacado como uma maneira eficaz de desenvolver habilidades em diversos campos.

Além disso, a gamificação pode promover a motivação intrínseca para o aprendizado, um fator crucial para o desenvolvimento de habilidades. A teoria da autodeterminação postula que a satisfação das necessidades psicológicas básicas de autonomia, competência e relacionamento está ligada a uma motivação intrínseca mais forte (Deci & Ryan, 1985). Ao oferecer desafios alinhados com o nível de competência dos participantes e permitir a escolha sobre como enfrentá-los, a gamificação pode

nutrir essa motivação, impulsionando o desejo de desenvolver habilidades.

O aprendizado experiencial também envolve a reflexão sobre as experiências vivenciadas. A gamificação pode incorporar momentos de reflexão por meio de feedbacks, discussões ou atividades de síntese. Esses momentos permitem que os participantes analisem o que aprenderam, como aplicarão as habilidades adquiridas e como a experiência os impactou (Kolb, 1984).

Em resumo, a convergência entre a gamificação e a Jornada do Herói cria um terreno fértil para o desenvolvimento de habilidades por meio do aprendizado experiencial. A combinação de desafios, recompensas e uma estrutura narrativa envolvente proporciona um ambiente no qual os participantes podem adquirir habilidades práticas, enfrentar desafios, refletir sobre suas experiências e se transformar ao longo do processo. Esse enfoque não apenas promove o aprendizado profundo, mas também equipa os indivíduos para enfrentar desafios no mundo real de maneira mais confiante e habilidosa.

Empoderamento do Indivíduo

No contexto da gamificação inspirada na Jornada do Herói, o empoderamento do indivíduo é um resultado significativo e desejável. A convergência desses dois conceitos pode oferecer um ambiente propício para que os participantes se sintam capacitados, fortalecendo sua autoeficácia, confiança e senso de controle sobre suas próprias jornadas.

A gamificação, ao introduzir desafios progressivos e recompensas, promove um senso de realização à medida que os participantes superam obstáculos e alcançam metas (Deterding et al., 2011). Esse senso de conquista está alinhado com a ideia de empoderamento, que envolve a capacidade de assumir o controle e influenciar os resultados de maneira positiva (Zimmerman, 2000). Ao

enfrentar desafios semelhantes aos enfrentados pelo herói em sua jornada, os participantes podem se sentir empoderados para superar dificuldades em suas próprias vidas.

A Jornada do Herói, por sua vez, é uma narrativa de transformação pessoal, na qual o herói adquire habilidades e sabedoria ao longo das adversidades enfrentadas. Isso espelha o conceito de empoderamento como um processo de aquisição de conhecimento e habilidades que permitem aos indivíduos tomar decisões informadas e eficazes (Zimmerman, 2000). Ao seguir os passos da jornada, os participantes podem perceber seu próprio crescimento e capacidade de lidar com desafios complexos.

A teoria da autodeterminação também se conecta ao empoderamento, visto que a satisfação das necessidades psicológicas básicas de autonomia, competência e relacionamento está associada ao senso de empoderamento intrínseco (Deci & Ryan, 1985). A gamificação inspirada na Jornada do Herói pode criar um ambiente que promove essas necessidades, permitindo que os participantes se sintam no controle de suas escolhas, desenvolvendo habilidades e interagindo com outros participantes.

A capacitação também pode ser entendida como a capacidade de aplicar o conhecimento adquirido na prática. A Jornada do Herói envolve não apenas a aquisição de conhecimento, mas também a aplicação desse conhecimento para superar desafios e alcançar transformações pessoais (Campbell, 1949). A gamificação pode facilitar essa aplicação por meio de desafios práticos e situações que requerem a utilização das habilidades aprendidas (Seaborn & Fels, 2015).

No entanto, é crucial abordar o empoderamento de maneira sensível e responsável. O empoderamento não deve ser visto como um processo unilateral, mas sim como uma abordagem colaborativa na qual os participantes são capacitados a tomar decisões informadas e influenciar suas próprias jornadas (Zimmerman, 2000). Além disso, é importante reconhecer que o empoderamento não é

uma solução única para todos os desafios, mas sim uma ferramenta que pode ser utilizada de maneira adaptativa em diferentes contextos.

A convergência entre a gamificação e a Jornada do Herói cria um ambiente propício para o empoderamento do indivíduo. Ao enfrentar desafios, adquirir habilidades e aplicar conhecimentos, os participantes podem se sentir capacitados a assumir um papel ativo em suas próprias jornadas de desenvolvimento e superação. No entanto, é essencial abordar o empoderamento com sensibilidade e responsabilidade, reconhecendo que é um processo colaborativo que deve respeitar as necessidades e preferências individuais.

Aspectos Psicológicos e Motivacionais

Os aspectos psicológicos e motivacionais são fundamentais para compreender o impacto da gamificação inspirada na Jornada do Herói no contexto da inovação e tecnologia. A interseção entre esses dois conceitos oferece uma visão profunda sobre como as experiências gamificadas podem influenciar a mente e o comportamento dos participantes, impulsionando a motivação, o engajamento e a aprendizagem.

A teoria da autodeterminação, proposta por Deci e Ryan (1985), é relevante para entender os fatores psicológicos envolvidos na gamificação. Essa teoria enfatiza a importância da satisfação das necessidades psicológicas básicas de autonomia, competência e relacionamento para a motivação intrínseca. Ao projetar sistemas gamificados que oferecem escolhas, desafios adequados e interações sociais, é possível ativar a motivação intrínseca dos participantes (Domínguez et al., 2013).

A Jornada do Herói, com sua estrutura narrativa rica em desafios e superações, também se conecta com aspectos psicológicos profundos. Ela ressoa com a necessidade humana de superar obstáculos e alcançar um senso de realização e autoestima. Como aponta Campbell (1949), "o herói traz o elixir, a experiência

transformadora, de volta à sociedade, proporcionando assim a cura e o crescimento". Isso reflete a motivação intrínseca de contribuir e fazer parte de algo maior.

No entanto, a motivação não é um conceito unidimensional. A teoria da autodeterminação também destaca a existência da motivação extrínseca, que envolve recompensas externas e pressões sociais. A gamificação pode alavancar essa motivação ao introduzir elementos como recompensas tangíveis e reconhecimento público (Deterding et al., 2011). No entanto, é importante equilibrar esses elementos para evitar que a motivação extrínseca prejudique a intrínseca, o que poderia levar à diminuição do interesse a longo prazo (Hamari et al., 2014).

A relação entre a gamificação e a Jornada do Herói também envolve a criação de um senso de propósito. A busca do herói por superação e transformação reflete a busca humana por um propósito maior. Ao projetar experiências gamificadas que permitem aos participantes ver seu progresso e contribuição para um objetivo maior, é possível aumentar o sentido de significado e realização (Seaborn & Fels, 2015).

A Psicologia Positiva, que se concentra no estudo dos aspectos saudáveis da experiência humana, também desempenha um papel crucial nessa convergência. A gamificação inspirada na Jornada do Herói pode criar oportunidades para experimentar estados de fluxo, um engajamento profundo e focado que está associado ao bem-estar e à satisfação (Csikszentmihalyi, 1990). A sensação de controle, progresso e desafio proporcionada pela gamificação pode contribuir para a promoção do bem-estar psicológico dos participantes (Seaborn & Fels, 2015).

No entanto, é importante reconhecer que a motivação e os aspectos psicológicos são influenciados por diferenças individuais. A personalidade, as preferências e as necessidades de cada participante podem impactar a forma como eles respondem à gamificação inspirada na Jornada do Herói. Portanto, é fundamental

oferecer escolhas e níveis de personalização que se alinhem com as características de cada indivíduo (Domínguez et al., 2013).

Em conclusão, os aspectos psicológicos e motivacionais desempenham um papel central na eficácia da gamificação inspirada na Jornada do Herói. Ao entender como a teoria da autodeterminação, a busca por propósito e a Psicologia Positiva se relacionam com a jornada do herói, é possível projetar experiências gamificadas que não apenas engajam, mas também transformam, promovendo a motivação intrínseca, o bem-estar psicológico e o desenvolvimento pessoal dos participantes.

Inovação e Tecnologia: Um Terreno Fértil

No contexto da inovação e tecnologia, a combinação da gamificação com os padrões narrativos da Jornada do Herói oferece um terreno fértil para a criação de experiências imersivas e impactantes. Através da aplicação de mecânicas de jogos, é possível guiar os participantes em uma jornada similar à do herói, motivando-os a explorar, aprender e alcançar objetivos (Seaborn & Fels, 2015). Isso pode ser particularmente valioso em processos de aprendizado, resolução de problemas e desenvolvimento pessoal.

A tecnologia moderna proporciona ferramentas poderosas para a implementação dessa combinação entre gamificação e a Jornada do Herói. Plataformas digitais, aplicativos móveis e realidade virtual oferecem meios de criar ambientes virtuais nos quais os participantes podem mergulhar nas narrativas e desafios propostos. Por exemplo, jogos educacionais podem incorporar elementos da Jornada do Herói, levando os alunos por jornadas de descoberta e crescimento enquanto enfrentam desafios temáticos (de Sousa Borges et al., 2019).

Além disso, a convergência desses conceitos pode ser especialmente valiosa para a inovação em empresas e organizações. Através da gamificação, os funcionários podem ser incentivados a explorar novas ideias, colaborar em projetos e buscar soluções

criativas (Hanus & Fox, 2015). Ao enquadrar esses processos dentro da estrutura da Jornada do Herói, os colaboradores são inspirados a se verem como protagonistas de suas próprias jornadas de inovação, buscando superar desafios e encontrar soluções transformadoras.

O design centrado no usuário desempenha um papel essencial nesse contexto. Combinar a gamificação e a Jornada do Herói exige uma compreensão profunda das motivações, necessidades e expectativas dos participantes (Seaborn & Fels, 2015). As fases da Jornada do Herói podem ser adaptadas para refletir os estágios de desenvolvimento e progresso dos usuários, tornando a experiência personalizada e relevante.

No entanto, a eficácia dessa abordagem depende não apenas da aplicação de elementos de jogos e narrativas, mas também da integração cuidadosa com os objetivos e valores da organização. A gamificação da Jornada do Herói deve ser uma extensão orgânica da cultura e da estratégia da empresa, motivando os colaboradores a alinharem-se com os valores da organização e a trabalharem em direção a objetivos compartilhados (Hanus & Fox, 2015).

A combinação da gamificação com os padrões narrativos da Jornada do Herói abre possibilidades significativas para a inovação e o desenvolvimento pessoal. Essa abordagem oferece não apenas um meio de engajar os indivíduos, mas também de capacitá-los a explorar territórios desconhecidos, adquirir novas habilidades e atingir metas ambiciosas. No coração dessa convergência está a ideia de que cada participante é o herói de sua própria jornada, com o potencial de transformar não apenas a si mesmo, mas também o mundo ao seu redor.

A aplicação da gamificação alinhada à Jornada do Herói também pode encontrar aplicações poderosas na educação. À medida que a educação se torna cada vez mais digital, a combinação desses conceitos pode oferecer uma abordagem mais envolvente e eficaz para o ensino. Plataformas de aprendizado online podem incorporar elementos de gamificação que seguem a estrutura da

Jornada do Herói, incentivando os alunos a se envolverem mais ativamente no processo de aprendizado e a se sentirem parte de uma narrativa de crescimento e superação (de Sousa Borges et al., 2019).

Além disso, a tecnologia moderna também permite a coleta de dados valiosos sobre o progresso e o engajamento dos participantes. Isso não apenas permite que os educadores e facilitadores ajustem às atividades de acordo com as necessidades individuais, mas também cria oportunidades para análises mais profundas sobre como a gamificação e a Jornada do Herói estão impactando o aprendizado e o desenvolvimento (Hanus & Fox, 2015).

Todavia, é importante reconhecer que a implementação bem-sucedida dessa abordagem requer cuidadosa consideração e planejamento. A combinação da gamificação e da Jornada do Herói não deve ser uma adição superficial, mas sim uma integração coesa e estratégica que ressoe com os participantes e os objetivos da iniciativa (Seaborn & Fels, 2015). As mecânicas de jogo e os elementos narrativos devem ser projetados com sensibilidade para evitar a sensação de artificialidade ou manipulação.

Em resumo, a união da gamificação com a Jornada do Herói no âmbito da inovação e tecnologia oferece uma abordagem promissora para engajar, motivar e capacitar indivíduos em diversas esferas. Ao criar experiências imersivas que seguem a estrutura da Jornada do Herói, é possível não apenas envolver os participantes, mas também guiá-los em uma jornada de crescimento, aprendizado e transformação. Por meio da combinação da psicologia da motivação com a profundidade da narrativa arquetípica, essa abordagem tem o potencial de catalisar a inovação e promover mudanças significativas em um mundo cada vez mais tecnológico e dinâmico.

Conclusão

A convergência entre a gamificação e a Jornada do Herói não apenas se situa no cruzamento de teorias, mas funde os elementos intrínsecos da motivação humana com a narrativa arquetípica universal. Essa síntese proporciona um terreno fértil para a promoção de experiências de aprendizado e desenvolvimento em um mundo cada vez mais impulsionado pela inovação e tecnologia. Nesse contexto, a abordagem gamificada inspirada na Jornada do Herói não apenas entretém, mas também capacita, incentivando os participantes a se tornarem protagonistas ativos em suas próprias jornadas de crescimento.

O poder dessa convergência se estende a diversos campos, como a educação, onde o desafio de manter os alunos engajados e motivados tem sido uma busca constante. A combinação da estrutura narrativa da Jornada do Herói com os elementos envolventes da gamificação pode transformar as salas de aula em terrenos de exploração e descoberta, onde os alunos assumem papéis de heróis, enfrentam desafios intelectuais e alcançam transformações pessoais significativas. Ao mesmo tempo, esse enfoque não só prepara os alunos para as demandas do século XXI, mas também os empodera a moldar ativamente seu próprio percurso educacional.

Outra dimensão importante a ser considerada é a influência da convergência entre gamificação e a Jornada do Herói no ambiente de trabalho. A aplicação desses conceitos pode transformar a forma como os funcionários abordam suas tarefas diárias, promovendo uma mentalidade de superação e crescimento contínuo. À medida que os desafios são enfrentados, as recompensas obtidas e as habilidades desenvolvidas, os profissionais podem não apenas se destacar em suas funções, mas também se sentirem parte integrante de uma narrativa maior, impulsionada por sua própria jornada de evolução.

Essa abordagem também tem o potencial de abordar desafios sociais mais amplos, como a motivação para a adoção de estilos de vida saudáveis. Através da integração de elementos gamificados que seguem a estrutura da Jornada do Herói, os indivíduos podem ser incentivados a abraçar mudanças positivas em suas vidas, enfrentando obstáculos, adquirindo conhecimento e alcançando uma transformação pessoal. Isso pode ter um impacto significativo na promoção da saúde e bem-estar da sociedade como um todo.

Em última análise, a convergência entre a gamificação e a Jornada do Herói é uma aliança entre a busca intrínseca por motivação e a narrativa universal da transformação. Essa união cria um ambiente no qual os indivíduos são capacitados a desafiar-se, a crescer e a se transformar em suas próprias jornadas. Seja na educação, no ambiente de trabalho ou em metas pessoais, essa abordagem oferece uma estrutura narrativa emocionalmente ressonante que guia os participantes em direção a um estado de autodescoberta e realização. No cerne dessa convergência está a capacidade de inspirar os indivíduos a abraçar os desafios do presente, com o espírito destemido de um herói em busca de transformação.

Referências

Barnes, J. (2018). *Myths and Legends of the World*. National Geographic Society.

Campbell, J. (1949). *The Hero with a Thousand Faces*. Pantheon.

Csikszentmihalyi, M. (1990). *Flow: The Psychology of Optimal Experience*. Harper & Row.

de Sousa Borges, S. R. Kuga, M. C., Passerino, L. M., & Ramalho, G. L. (2019). Gamificação e sua aplicabilidade na Educação a Distância. *Brazilian Journal of Development*, 5(5), 3297-3312.

Deci, E. L., & Ryan, R. M. (1985). *Intrinsic motivation and self-determination in human behavior*. Springer Science & Business Media.

Deterding, S., Dixon, D., Khaled, R., & Nacke, L. (2011). From game design elements to gamefulness: defining "gamification". In *Proceedings of the 15th international academic MindTrek conference: Envisioning future media environments* (pp. 9-15).

Domínguez, A., Saenz-de-Navarrete, J., De-Marcos, L., Fernández-Sanz, L., Pagés, C., & Martínez-Herráiz, J. J. (2013). Gamifying learning experiences: Practical implications and outcomes. *Computers & Education*, 63, 380-392.

Dweck, C. S. (2006). *Mindset: The new psychology of success*. Random House.

Hamari, J., Koivisto, J., & Sarsa, H. (2014). Does Gamification Work? - A Literature Review of Empirical Studies on Gamification. 2014 47th Hawaii International Conference on System Sciences.

Hanus, M. D., & Fox, J. (2015). Assessing the effects of gamification in the classroom: A longitudinal study on intrinsic motivation, social comparison, satisfaction, effort, and academic performance. *Computers & Education*, 80, 152-161.

Kolb, D. A. (1984). *Experiential learning: Experience as the source of learning and development*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

Murdock, M. (1990). *The Heroine's Journey: Woman's Quest for Wholeness*. Shambhala.

Seaborn, K., & Fels, D. I. (2015). Gamification in theory and action: A survey. *International journal of human-computer studies*, 74, 14-31.

Vogler, C. (1992). *The Writer's Journey: Mythic Structure for Writers*.

A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO SETOR PÚBLICO. O CASO DA PREFEITURA DE TERESÓPOLIS-RJ

Cleiton Evandro Corrêa Pimentel

Introdução

As constantes mudanças na sociedade humana são impulsionadas pelas rápidas transformações tecnológicas ao longo do tempo, e exigem significativas formas de conceber meios de facilidades para dar resposta às demandas sociais, especialmente, no trato com a coisa pública. Neste sentido, os órgãos públicos são espaços dinâmicos e de alternância para as mudanças necessárias do seu aparato tecnológico diante da transição do analógico para o digital.

A visão deste trabalho analisará a alteração dinâmica e necessária da cultura dos serviços públicos, consolidada pela prática do uso do papel burocrático e conceitualmente palpável. O objeto central faz uma análise crítica da operacionalidade da Prefeitura

Municipal de Teresópolis, na transformação dos serviços tradicionais analógicos numa transição para os serviços digitais.

Compreender a relação e as diferenças do analógico para o digital, mexe com estruturas tanto físicas, palpáveis, quanto filosóficas, intangíveis e muitas vezes inimagináveis. Quando visamos compreender essas relações, encontramos, no cerne dessa questão, o conflito de identidades culturais, associadas às diferentes tecnologias de ordem temporal na preservação de um passado que deu certo e num presente/futuro que desmonta paradigmas para construir outra identidade.

É importante destacar que a alma do setor público é o conjunto estrutural de pessoas de todas as idades, pertencimento, formações de saberes e práticas burocráticas que faz a máquina pública funcionar na sua essência. Nessa ótica, a ciência política vislumbra ao servidor público a identidade como a pessoa dotada de ética e moral para cuidar daquilo que pertence a todos.

Se o poder constituído (executivo), no trato conceitual da figura do estado, se configura como ordem jurídica amparada por uma estrutura administrativa num determinado território legalmente constituído, cabe a ele a instrumentalizar as condições necessárias para dar suporte e cuidado nos mais diferentes equipamentos sociais para o equilíbrio da sua sociedade.

Neste sentido, o poder público tem o dever de acompanhar a evolução das modernas e tendências tecnológicas, cada vez mais intensas no modo de vida das populações. É o que podemos conceituar de uma grande rede integrada e conectada no cotidiano social humano.

Num passado não muito distante, as incontroláveis e incontáveis filas para buscar a resposta de inúmeras demandas nos diversos espaços públicos, estão se tornando cada vez menores, porque a lógica da procura está possibilitada na tela dos meios de comunicação, principalmente nos smartphones.

As modernas tecnologias presentes na sociedade exigem do setor público um novo olhar para a inclusão digital⁶ e esforços concentrados para a democratização dos meios de acesso à informação e ao conhecimento, facilitando o controle, transparência e interação com o cidadão.

O saber humano no sentido amplo é sem dúvida, o ponto central dessa transição dos meios analógicos para os meios digitais. Não serão somente os aparatos tecnológicos que vão mudar o modo de fazer e agir. Esse modo, decerto, será impulsionado pelos seres humanos.

A sociedade humana age de forma contínua e dinâmica e reafirma o seu modo de vida para consolidar a sua identidade. Os diversos saberes, as culturas e os costumes estão em toda parte, implícitos em cada época e em cada grupo de pertencimento social para atenderem a uma necessidade de relações e sobrevivência.

Num conceito amplo, podemos destacar a evolução e revolução tecnológica, no sentido da praticidade, das novas ferramentas, do avanço dos aparatos mais modernos, de alternativas possíveis e de facilidades da convivência social. É o braço tecnológico da humanidade. Os hábitos, as necessidades, o compartilhamento e o pertencimento moderno do presente futurista⁷.

O setor público, por excelência, tem o dever de se configurar como espaço de convivência social, para oportunizar facilidades de quem busca soluções para as diversas e diferentes demandas sociais.

Gradativamente, os governos vêm compreendendo a necessidade de se adequarem a uma nova realidade, para reunir um conjunto de facilidades utilizando os meios tecnológicos

⁶ Destacamos como inclusão digital o processo de oportunizar e democratizar o acesso às novas tecnologias digitais com a conectividade de internet e compreensão de sua utilização.

⁷ Grifo conceitual de algo que se apresenta no presente com a visão de futuro

disponíveis, com a intenção de oferecer ao cidadão um espaço de serviços com menor burocracia e com a oportunidade de resolução mais assertiva e confiável.

Numa análise conceitual pragmática, podemos observar que as mudanças tecnológicas são impulsionadas pelo conjunto social, da maneira de agir, das diversas formas de construção na sociedade do conhecimento. Nessa ótica, a transformação digital no setor público é o processo de exigência de mudanças provocado pelo povo.

É um contínuo movimento das formas de agir do cidadão comum que, aliados aos hábitos da vida moderna digital, são protagonistas para a construção de caminhos interligados e conectados numa lógica de participação e interação com o governo.

Com os canais digitais na palma da mão⁸ do cidadão, ainda que não esteja completamente consolidado como inclusão social, há de se considerar que a sociedade digital já é uma realidade, principalmente na utilização de canais de atendimento conectados, para assegurar a obtenção de dados e informações, cada vez mais próximos da realidade cidadão-governo e governo-cidadão⁹.

Essas mudanças já estão presentes no dia a dia na cultura dos atendimentos e da experimentação da nova realidade sociocultural, e é o ponto central do processo de transformação digital.

O caso da Prefeitura de Teresópolis

Atualmente a infraestrutura digital (como um conjunto de aparatos tecnológicos modernos conectados à rede mundial de computadores — internet), todo o setor público se encontra em fase de melhorias e com modernas tecnologias. Dessa forma, é imperioso a adoção de medidas estruturais e estratégicas para suprirem às

⁸ Consideramos nessa citação, os celulares smartphones

⁹ Destaca-se neste conceito a participação do cidadão nas ações do governo, cujas atitudes de participação social para a construção de uma identidade democrática.

instalações de infraestrutura de conectividade, de rede de dados e, principalmente, na substituição de equipamentos obsoletos e defasados.

Para situar as discussões da transformação digital no município de Teresópolis, é plausível apresentar as suas características geopolítica e a sua estrutura administrativa.

Situado em região montanhosa, de clima ameno, no interior do Estado do Rio de Janeiro, o município possui uma área territorial de 760 km², estando a cerca de 90 km de distância da capital. Sua população estimada é de 166 mil habitantes, sendo grande parte na área urbana. Sua vocação econômica citada no plano diretor de desenvolvimento sustentável está embasada nas áreas de Agricultura, Turismo, Educação e Tecnologia.

Além do seu rico patrimônio natural de rara beleza cênica, vários atrativos turísticos na área de gastronomia, turismo de aventura, turismo rural e turismo ecológico, o município de Teresópolis é o lócus de grandes empreendimentos, sendo sede da maior empresa brasileira de tecnologia, a Alterdata Software, além mais de 100 iniciativas de médio e pequeno porte.

A transformação digital no município (como algo que transcende a ação da forma) vem se consolidando por plataformas web e sistemas informatizados, oportunizando aos seus usuários o protagonismo social.

Com isso, o governo espera contribuir expressivamente na eliminação de papéis burocráticos excessivos e impressões físicas, tornando-se cada vez mais ágil para as adequações de uma mudança cultural e operacional dos serviços, exigindo infraestrutura moderna para atender às permanentes necessidades.

A transformação digital surge, então, como um processo de adaptação a atual realidade digital. Aproveitando-se as oportunidades relativas aos avanços tecnológicos, torna-se

possível automatizar processos e obter ganhos de produtividade, aumentando a eficiência interna. Ao mesmo tempo, é possível modificar o relacionamento com os consumidores dos serviços, proporcionando agilidade na prestação do serviço, a partir de uma maior integração de processos e com simplificação dos procedimentos (COSTA, 2020, p.39)

Entender o processo da realidade dos serviços públicos é o fator primordial para o cidadão poder compreender, de fato, o fluxo e o desenvolvimento da gestão pública. Não basta somente exigir algo que não se conhece. O setor público precisa conhecer e compreender a pergunta (vinda de fora) para poder dar a resposta. Logo, entendemos haver uma necessidade clara que os serviços sistematizados é um passo primordial para a nova realidade digital.

A prefeitura de Teresópolis, na busca pela necessidade de acompanhar e se adaptar às modernas rotinas da tecnologia da informação e comunicação, iniciou em 2019 um trabalho amplo para reduzir a burocracia do papel físico e construir uma infraestrutura capaz de oferecer melhores e mais eficazes ambientes de trabalho, iniciando a implantação da cultura digital.

A Lei Federal 12.965, de 23 de abril de 2014, conhecida como o marco civil da internet, estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, conceituando claramente a importância da prestação dos serviços públicos para o atendimento ao cidadão. Esse tipo de atendimento, segundo o diploma legal, deve acontecer de forma integrada, eficiente, simplificada e por múltiplos canais de acesso, inclusive remotos.

A sociedade humana está cada vez mais envolvida num processo de interligação e integração com os meios tecnológicos na construção de uma grande rede de conexões. Surge, então, os

desafios para que a concretização do acesso e as conexões sejam viáveis, rápidas, fáceis e economicamente inclusivas.

Esses desafios devem estar na pauta dos governos daqui para a frente. Se há a intenção de ofertar serviços ao cidadão na utilização dos canais digitais, que sejam instrumentos reais dessa transformação, dando-lhes a real condição de acesso e conectividade para todos. Não há transformação digital sem conectividade.

O acesso à internet nos lares brasileiros é amplamente disseminado: 87% das pessoas reportaram ter acesso à internet por wi-fi em casa e 95% reportaram ter acesso móvel por celular. Dentre os que estão desconectados do wi-fi em casa, 30% afirmam que o fazem pelo alto custo, razão pela qual a internet móvel tornou-se um poderoso instrumento de inclusão digital, democratizando o acesso à internet. O acesso à internet por wi-fi em casa reflete uma brecha digital que penaliza a população de 60 anos ou mais, as pessoas com menor renda, menos escolarização formal e aquelas que moram nas cidades do interior (LAFUENTE et al., 2021, p.9)

Neste sentido, os setores públicos, especialmente as prefeituras, vêm se adequando às práticas de facilidades tanto para os seus servidores, quanto para o atendimento à sociedade. É preciso, antes de tudo, estruturar os serviços internamente para a entrega ao cidadão.

A Estratégia Nacional de Governo Digital, implementada pelo Governo Federal, é uma intenção de política pública, para incentivar

à adoção de medidas, para as unidades federativas assumirem o compromisso para implementarem serviços digitais ao cidadão.

As tecnologias digitais estão mudando radicalmente a maneira como os cidadãos vivem, trabalham, consomem serviços e interagem. A capacidade dos governos de responder à transformação digital em andamento e produzir processos e serviços mais inclusivos, convenientes e colaborativos é crucial para garantir a confiança dos cidadãos (EGD, Brasil, 2018).

É fato de que o modo de vida da população está em constante mudança. Não há outro caminho a não ser esse complexo mundo de conexões, de redes de interações, de velocidades da informação e comunicação e, conseqüentemente, de participação cidadã.

Ao encontro dessa intenção, a prefeitura de Teresópolis, começou a construção da identidade de transição, no momento em que a estrutura da ciência e tecnologia iniciou a sua prática, propiciando ambientes tecnológicos modernos e racionais para se adequar às novas realidades impostas pela sociedade.

Desde o ano de 2019, o município vem adotando medidas para o desenvolvimento de políticas de Ciência e Tecnologia, principalmente no que tange ao seu arcabouço normativo e jurídico para consolidar o governo como plataforma digital para o cidadão.

Aliados aos propósitos institucionais de responsabilidade política, houve nesse período (e persiste até a hoje) um rompimento conflituoso da cultura do governo estruturado em ações burocráticas do papel para a consolidação do governo digital, interativo, integrativo, facilitador e transparente com os serviços públicos.

Muito além de plataformas e equipamentos capazes de dar agilidade e facilidade no trato com os serviços públicos para reduzir o excesso de burocracia, a intenção dos governos devem se pautar pela capacitação de seus servidores para serem os principais agentes facilitadores de comunicação com o cidadão.

A competência da Secretaria Nacional de Governo Digital¹⁰ se consolida nos objetivos claros na busca da efetividade do país para se transformar num grande arcabouço de possibilidades de uma cultura de governo digital, estimulando a implementação de ações e medidas para se efetivarem como políticas públicas.

Neste sentido, a intenção se estabelece por meio de uma rede intersetorial buscando a comunicação entre os serviços das estruturas administrativas, centralizando ações e integrando serviços. Para a sua consolidação, o governo municipal constrói a sua proposta política digital.

O Programa Municipal de Governo Digital, intitulado “TerêGovDigital”¹¹ é a proposta legal sobre princípios e diretrizes para o aumento da eficiência da administração pública municipal, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão.

Integrar e coordenar iniciativas comuns de transformação digital no setor público; promover a aproximação do Estado com o cidadão, as empresas e a sociedade civil, por meio da priorização da oferta de serviços

¹⁰ Órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal (SISP), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (SEDGG), do Ministério da Economia

¹¹ Marca atribuída ao Programa de Governo Digital no município de Teresópolis, utilizando o acrônimo Terê (referir-se a Teresópolis); Gov (referir-se a Governo) e Digital (como proposta de transformar a cultura analógica em cultura digital)

públicos digitais de acordo com interesses e necessidades da sociedade; estimular a redução de custos e o aumento da agilidade na prestação de serviços públicos; promover e articular o desenvolvimento e o reuso de soluções colaborativas e de plataformas digitais; promover a realização de programas de formação e de desenvolvimento de habilidades relacionados à transformação digital para servidores públicos (Rede Gov.Br, Brasil, 2018)

E nesse propósito, os objetivos da rede nacional de governo digital apontam a integração, a promoção, o estímulo e a articulação de entes federados para a consolidação de um país conectado aos princípios da realidade digital.

Ancorada na Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021 e pelo Decreto Federal nº 11.260, de 22 de novembro de 2022¹², a transformação digital é o processo, a trajetória, o caminho percorrido. Em analogia, seria a formação de um rio até a sua chegada ao oceano. Transformar-se é algo de saltar a forma, de romper limites presos e muitas vezes numa realidade oculta, principalmente aos olhos da população.

Com a missão política em promover o desenvolvimento científico e tecnológico do município de Teresópolis, a partir de um conjunto de projetos, ações e serviços voltados para o incentivo e fomento à ciência, a tecnologia, a inovação e o empreendedorismo, além de possibilitar meios para a modernização tecnológica da administração municipal, a secretaria de ciência e tecnologia é a estrutura protagonista em buscar meios e recursos para a transformação desejada ser consolidada.

¹² Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública.

Neste sentido, a visão sistêmica da necessidade em se adequar às novas maneiras do comportamento da população, o governo de Teresópolis deve expandir e transcender o seu papel organizacional, para alocar recursos orçamentários e financeiros para propiciar a construção da sua plataforma digital para legitimar o processo de transformação.

A transformação digital requer uma evolução na cultura da organização. Essa evolução significa transformar o trabalho por meio de métodos mais modernos, além de ampliar o papel da liderança, alterando como a Administração Pública entrega valor ao cidadão. Os líderes assumem um papel fundamental — o de agentes de mudança em uma jornada de transformação da cultura organizacional, tornando as pessoas o centro deste processo (DIOGO, IBGP; 2020, p.155).

As rápidas transformações sociais da era digital são indutoras de respostas às demandas individuais e contribuem para o aceleração de uma cultura tecnológica cada vez mais intensa. Um exemplo real dessas demandas são as redes sociais, capazes de unir e reunir uma infinidade de possibilidades tanto para se comunicar, quanto para o compartilhamento de informações, ideias e comportamento do cotidiano.

Se existem redes sociais capazes de reunir e conectar um número expressivo de pessoas, há de se considerar que esse modelo de vida social também pode se adequar à criação de uma rede de governo, oferecendo interações, exigindo respostas dos problemas e sugerindo as prioridades na concretização de soluções.

Com o aceleração dessas tecnologias digitais cada vez mais presentes no DNA da sociedade humana, também se expande a necessidade do setor público em buscar meios para propiciar a

criação de novos ambientes, com modernas tecnologias, para se adequar às novas realidades impostas pela sociedade do conhecimento. Logo,

O Marco Civil da Internet materializa uma nova era de relações múltiplas e plurais tecnológicas relevantes neste contexto contemporâneo de informação, o qual redefine uma formação de interrelações entre os protagonistas legitimados, estado e sociedade, assegurados pelo Direito, tendo como fundamento o interesse público. Na razão principiológica, legitima-se a proteção do núcleo de direitos cooperativos em relação aos entes políticos e aos cidadãos, numa abrangência de alcance em ambientes físicos e lógicos, cuja ênfase recai sobre canais e mecanismos instrumentais de cidadania (LEITE e LEMOS, 2014, p.864)

Com a cultura digital cada vez mais intensa na sociedade humana, é preciso compreender as necessidades de estarmos vinculados a um mundo de possibilidades e responsabilidades dos órgãos públicos, em especial do poder executivo, onde as demandas são intensas. Cada necessidade aponta para o governo e exigem uma resposta assertiva ao cidadão. Desta forma, os canais de comunicação e informação devem ser estruturas instrumentais de cidadania.

O avanço técnico-científico ocorre em ritmo acelerado, forçando a sociedade a modificar como lida com a educação, a saúde, o trabalho, a cultura e o lazer. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), “visando modernizar a administração do Estado

brasileiro, o Governo Digital, através da TI, reconstrói processos e utiliza dados disponíveis para otimizar e transformar os serviços públicos aos olhos do cidadão, além de reduzir a burocracia” (NETO et al., 2020, p.182)

Neste sentido, o Governo Municipal, em consonância às propostas do Governo do Estado do Rio de Janeiro, vem concentrando esforços para alocar recursos e incentivos, para assegurar o seu compromisso de garantir a transformação social, por meio dos serviços modernos, possibilitando a interação com o cidadão de forma contínua, assertiva e direta.

A prefeitura de Teresópolis, em seu arcabouço institucional, estabelece o conceito de Governo como plataforma, a partir da construção de infraestrutura tecnológica digital, para facilitar ambientes internos (sua própria administração operacionalizada por servidores) e ambientes externos (sua população territorial) para propiciar o uso de dados de acesso público, possibilitando e promovendo a interação entre diversos agentes, de forma segura, eficiente e responsável, para estímulo à inovação, à exploração de atividade econômica e à prestação de serviços.

Todo esse aparato moderno, construído a partir da visão da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, é uma intenção integradora para iniciar uma plataforma de governo. A prefeitura de Teresópolis possui 23 estruturas administrativas¹³, contando com um quadro total de 3400 servidores ativos.

¹³ Procuradoria Geral, Ouvidoria Geral. Secretarias: Administração; Ciência e Tecnologia; Cultura, Controle Interno; Assistência Social; Direitos da Mulher; Planejamento; Projetos Especiais; Fazenda; Trabalho, Emprego e Economia Solidária; Defesa Civil; Meio Ambiente; Saúde; Educação; Obras e Serviços Públicos; Fiscalização de Obras Públicas; Segurança Pública; Esportes e Lazer; Turismo; Agricultura; e Governo e Coordenação

A estruturação de sua plataforma está primordialmente voltada para a visão de um processo de mudança interna, para a preparação de ambientes modernos com o objetivo inicial de reduzir a burocracia e dar mais celeridade na resposta e produção de obrigações do trato público.

Essa estrutura está consolidada em contratação de serviços de armazenagem e hospedagem em nuvem, sistemas de segurança digital, aquisição/locação de equipamentos de informática, estruturação de redes de internet, serviços de conectividade de alta velocidade, sinais de wi-fi livre para acesso público, implantação de sistema de processo eletrônico oficial (de acesso público), sistema de comunicação institucional; portal web institucional contendo vasto cardápio de serviços, dados e informações públicas. Sistema de protocolo/processo digital, sistemas de gestão integrados, sistema de repositórios de dados e leis municipais, sistema de gestão de saúde, gestão escolar, gestão de ouvidoria, gestão contábil e recursos humanos, sistemas de informações de controle social, entre outros.

Plataformas digitais, canais rápidos de participação cidadã, arcabouço jurídico, normas e regulamentos, modernos e robustos equipamentos de tecnologia e toda a intenção de mudança não fazem sentido se não colocarmos a identidade humana como protagonista desse processo.

Numa visão conceitual, fizemos um prévio diagnóstico com base nas orientações da estratégia do governo federal para a intencionalidade da transformação digital no município de Teresópolis.

A análise sob a ótica das propostas do Governo Federal.

O Governo Federal criou uma estratégia nacional para auxiliar os estados e municípios, listando 10 importantes passos a serem seguidos para consolidar a transformação digital, objeto da nossa

análise na evolução dessa trajetória na Prefeitura Municipal de Teresópolis:

1º passo — Monte um **time** dedicado e invista na **Governança**: Comece identificando aqueles servidores com competências fundamentais para a Transformação acontecer e estabeleça um fluxo de comunicação e de gestão de demandas e entraves.

Compreender um time dedicado e capacitado para exercer competências fundamentais, principalmente para compreender as demandas e a sua resposta tem sido o principal desafio. Não há um número expressivo de servidores com o conhecimento necessário reunindo políticas públicas e tecnologia. Os poucos servidores existentes ainda possuem o seu trabalho precarizado e com salários defasados.

A carga de trabalho excessiva e acúmulo de assuntos diversos é um dos grandes fatores de desgaste humano. Existem poucos para obedecerem a uma lógica de produzirem meios de resoluções tecnológicas, causando estresse e desmotivação para o comprometimento do trabalho.

Não há um claro e evidente investimento para o foco na governança das tecnologias da informação e comunicação. Para uma jornada de sucesso esse passo ainda é muito lento.

2º passo — Institucionalize a Estratégia: Publicar a estratégia de governo digital do estado ou município é uma forma de dar caráter legal às inovações que virão e também facilita a alocação de recursos. Também é importante ferramenta de transparência pública, pois dá a todos a

possibilidade de conhecer e acompanhar a transformação.

Nesta etapa, identificamos que, embora, haja a intenção clara do município em estabelecer a sua estratégia de governo digital, ainda se comporta com muita lentidão para a legitimação de programas institucionais a se consolidarem por Leis ordinárias. Há o desenho conceitual de uma ideia para esse passo, mas ainda os recursos orçamentários são escassos e muito restritos. As plataformas web existentes continuam em fase de ajustes e desenvolvimento para se consolidarem como ferramenta de transparência pública.

3º passo — Delimite o Universo: É fundamental conhecer a base de serviços que o ente público presta à sociedade. Uma boa forma de começar este trabalho é pela Carta de Serviços.

Esse universo é o mais fragilizado. Embora haja uma relação de serviços semiestruturados e divulgado no portal oficial do município, não há uma clareza substancial que se consolide a sua base de atendimento. Os setores (estruturas administrativas) ainda continuam fazendo o seu papel pelo papel sem muita divulgação de informação pública dos serviços que estão disponíveis para responderem às demandas de políticas de saúde, meio ambiente, assistência social, segurança, entre outros.

4º passo — Tenha um plano de longo prazo, mas comece pelos serviços pequenos: se o estado ou município já tem uma Carta de Serviços, identifique aqueles que podem ser rapidamente transformados.

Com a fragilidade da apresentação e identificação da base de atendimento, identificamos uma carta de serviços, ainda muito confusa. O ponto principal não deve se configurar como serviço pequeno ou grande, mas sim a sua aplicação. As estruturas precisam compreender os tipos de serviços que desenvolvem. Com a identificação de cada estrutura, os serviços públicos necessitam saltar da prática burocrática interna para se concretizarem como resposta às demandas sociais. Não se deve anular nenhuma prática interna naquilo que concerne aos fluxos racionais e responsáveis do compromisso da administração pública, mas é necessário compreender a aplicação de tudo que se faz para o cuidar da coisa que é de todos.

5º passo — Construa uma estratégia digital unificada (mas valorize as setoriais): É importante criar uma estratégia única e coesa, mas que considere as iniciativas já existentes.

A estratégia construída, apesar de estar sob a ótica da Secretaria de Ciência e Tecnologia, ainda é fragmentada e divide espaços de gestão de sistemas, causando distribuição de comandos e normas sem a clara definição de papéis. Fragmentar espaços de intenções de resolução de trabalho não é um bom constituinte para uma transformação digital. O que percebemos nesse caminho é a necessidade de um comando único para centralizar as informações, normas e procedimentos.

6º passo — Pense no todo, mas busque entregas rápidas: identifique nos projetos aquelas pequenas entregas que podem gerar a percepção de que as coisas estão

melhorando de forma contínua e incremental.

Os planos para a transformação digital no município de Teresópolis são estruturados em pequenos projetos escalonados em cada estrutura. Essa metodologia vem apresentando resultados. Gradativamente, os diversos tipos de serviços ganham uma identidade digital, mas continuam desconexos do conjunto geral de um comando único.

Nesta ótica, torna-se imprescindível e indispensável a construção de um plano diretor da tecnologia da informação e comunicação para ser o balizador para as normas e procedimentos unificados ganharem uma identidade.

7º passo — Abrace o Mínimo Viável e escute os usuários: A ideia de implementar o mínimo viável parte das metodologias de inovação e incentiva que as soluções criadas e viáveis sejam colocadas à disposição para o usuário contribuir para a sua evolução.

Não identificamos a participação dos cidadãos usuários dos serviços, com exceção as métricas estabelecidas de satisfação de atendimentos proporcionadas pelo sistema de processo eletrônico. Não há uma interação do cidadão opinando sobre os sistemas e serviços implementados.

8º passo — Priorize a nuvem: zelar pela segurança e privacidade dos dados e informações dos usuários é dever do setor público. Neste sentido, o armazenamento em nuvem pode ser um fator extra de segurança da informação.

Nessa etapa, o município teve significativo avanço. A contratação de plataformas com modernas tecnologias de armazenamento e hospedagem em nuvem foram decisivas para assegurar à integridade do portal oficial, dos sites de serviços vinculados, dos canais de informação ao cidadão e das plataformas mais seguras com a implementação de barreiras de segurança.

É plausível destacar a implementação de um departamento específico para a governança da tecnologia da informação e comunicação, gestão de dados e segurança da informação.

9º passo — Esteja aberto as parcerias: nesta jornada, contar com parcerias pode representar a aceleração de determinadas iniciativas ou a sua própria viabilização.

As importantes parcerias com instituições públicas e privadas continuam impulsionando ações de melhoria e maturidade para as ações mais assertivas. Empresas privadas de tecnologia, universidades e governo estadual por meio do programa de transformação digital se tornam pilares para o envolvimento para a evolução do governo digital do Estado do Rio de Janeiro (RJ Digital). Tais parcerias vêm sendo ativas em Teresópolis, principalmente com a colaboração dos prestadores de serviços das plataformas digitais contratadas.

10º passo — Comunique o tempo todo: A comunicação é fator-chave para manter os times cientes e motivados e para manter a sociedade ciente das melhorias que estão disponíveis e as que estão por vir.

Nessa perspectiva, a prefeitura de Teresópolis vem se destacando entre as demais de seu porte. A comunicação entre os

servidores e a população tem sido a grande chave para a divulgação e incentivo.

Em termos de políticas públicas, a atuação do setor público direciona a imbricação, no ciclo de conjugação de esforços para produção de bens e serviços de informação e de tecnologia, no setor empresarial, na sociedade civil e na comunidade acadêmica e com a participação do governo. Nessa era digital revela-se a pluralidade de prestação de serviços para otimização da infraestrutura das redes e, ao mesmo tempo, de desenvolvimento de ações com eficiência, eficácia e efetividade (LEITE e LEMOS, 2014, p.871)

Além desses passos sugeridos e incentivados pelo Governo Federal, observamos que a transformação digital no município adota metodologia própria para estruturar os seus setores com equipamentos modernos e sistemas atuais, capacitar os seus servidores para maior assertividade nas ações de trabalho, adoção de medidas corporativas intencionalmente comprometidas pelo governo para a preparação de bases sólidas para a construção de política pública permanente e consolidada por leis e regulamentos.

Considerações finais

O caso de Teresópolis não é muito diferente da realidade de outros municípios brasileiros. Mas o que se observa em seu contexto prático é a intenção e a responsabilidade de construir a sua identidade digital. Muitos avanços já foram obtidos e notoriamente consolidados.

O grande desafio ainda continua sendo a alocação de recursos para a expansão do seu aparato tecnológico, em todas as

áreas administrativas e operacionais, além da consolidação de uma cultura digital e valoração dos servidores públicos.

Assegurar recursos devidos para a modernização tecnológica (especificamente das tecnologias digitais), bem como na contratação de serviços em todas as áreas, deve estar na pauta finalística de todos os governos que buscam a transformação digital como política pública.

Conceituar o governo como plataforma, é reconhecer que a transformação digital se consolida enquanto os gestores públicos adotem estratégias contínuas, para assegurar uma identidade humana e tecnológica. Isso requer um processo contínuo com a integração de pessoas, principalmente ouvindo as demandas da população.

E essas mudanças devem ocorrer com a observância de fora para dentro, ou seja, as necessidades que surgem da população para um redesenho constante da estrutura do governo.

Muito além de uma identidade tecnológica, é preciso construir uma base sólida para as transformações necessárias ocorrerem. A transformação que se deve buscar, é na sua essência prática a preparação de pessoas para terem a noção real da utilização dos aparatos tecnológicos. Não se transforma máquina e muito menos a indução para o seu funcionamento ser algo sem a intervenção humana.

Legitimar um governo digital é, antes de tudo, dar oportunidades e capacitar pessoas (servidores e colaboradores), motivar e engajar equipes para a consolidação de resultados positivos. Nenhuma intenção política tem a eficácia necessária se não houver um olhar para as pessoas.

Neste sentido, há dois importantes caminhos a seguir. O primeiro é, sem dúvida, o olhar apurado do reconhecimento e valoração dos servidores públicos (como a peça chave fundamental para as transformações ocorrerem) e o segundo é o fortalecimento dos cidadãos para que eles sejam as ferramentas primordiais para

construírem identidades de interação com o governo (enquanto cidadão governo).

De forma prática, deve existir uma reestruturação de cargos, adequação nos ambientes de trabalho (além dos equipamentos modernos), espaços digitais capazes de oferecerem acesso rápido à internet (tanto dispositivos fixos, quanto móvel) e programas de incentivos pessoais para que esses seres humanos tenham a motivação necessárias para se adequarem a uma nova realidade.

Em suma, o caso da Prefeitura de Teresópolis se coaduna e se instrumentaliza com as ações intencionais fundamentadas pelo Governos Federal e Estadual e estratégias políticas, para possibilitar, assertiva e em permanente mudança, reunindo pessoas, processos e procedimentos para se estabelecer como governo digital.

Há um caminho contínuo para seguir e persistir e compreender a nova realidade do presente futurista. Tecnologias para humanos e não humanos para a tecnologia.

REFERÊNCIAS

COSTA, Breno. Reconstrução do Brasil pela Transformação Digital no Setor Público, IBGP, p. 39, Brasília-DF, 2020.

DIOGO, Sérgio Reconstrução do Brasil pela Transformação Digital no Setor Público, IBGP, p. 155, Brasília-DF, 2020.

BRASIL. 10 passos para a transformação digital. Secretaria de Governo Digital: Planalto, 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/transformacao-digital/10passos/trilha/>> acesso em 15 Set 2023.

____, Estratégia de Governo Digital. Disponível em < <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/EGD2020/estrategia-de-governo-digital-2020-2022> >. Acesso em 12 Set 2023.

____, Rede Gov.Br. Disponível em < <https://www.gov.br/pt-br> >. Acesso em 12 Set 2023.

TERESÓPOLIS, decreto nº 5772, de 24 de junho de 2022. Dispõe sobre a implantação do sistema de processo eletrônico no município.

LAFUENTE, Mariano; LEITE, Rafael; PORRÚA, Miguel, VALENTI, Pablo. Transformação digital dos governos brasileiros. 2021, BID.

LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo. Marco Civil da Internet. Atlas, p. 864; p.871; São Paulo, 2014.

NETO, Dr João Souza; CARVALHO, Laura Estela; PRADO, Maria Clotilde, COSTA, Anderson. Transformação digital dos governos brasileiros. BID, 2021.

INOVAÇÃO NOS SERVIÇOS CONTÁBEIS EM MERCADO DE AÇÕES PÓS PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS – TO

Gabriel Machado Santos, Francisco Gilson Rebouças Porto Junior,
Fausto dos Santos Braga Júnior e Marcos Antonio Dozza

Introdução

Com o isolamento, negociações cara a cara foram prejudicadas, no entanto, um mercado que não precisa desse tipo encontro, o mercado de capitais, pode ser uma solução para continuar a atividade financeira e ainda ganhar com isso. No entanto, não basta apenas investir, é necessário estar acompanhando o mercado e ter conhecimento do que faz, para não ter prejuízos.

O Mercado de ações é um dos principais investimentos do país em renda variável e vem crescendo o montante negociado na bolsa de valores.

Conforme aprovação do Decreto Legislativo n.º 6, de 2020, reconhecendo a situação de Calamidade Pública devido ao Coronavírus (Covid-19), as primeiras ações a serem tomadas foram os cuidados com a higiene e o isolamento social. A segunda solução

atingiu em cheio as principais economias do mundo, por ser um cenário globalizado, todas as pessoas sentirão esses efeitos.

Entende-se que a Economia é feita por ciclos e que depois de uma queda brusca ela tem uma tendência de crescimento, neste sentido uma aplicação na bolsa de valores é vantajosa com uma rentabilidade acima de investimentos tradicionais como exemplo a caderneta de poupança.

Hodiernamente, a inovação é fundamental na humanidade, principalmente em um sistema capitalista, o primeiro visa a melhoria da qualidade de vida e melhor alocação de recursos tendo como base na sustentabilidade, já o segundo se preocupa com a eficiência.

No município de Dianópolis, a entidade que maior facilita o acesso a esse tipo de mercado, são as instituições financeiras, como banco e cooperativas, ainda mais com alguns bancos zerando a taxa de custódia.

Entretanto, a contabilidade como ferramenta gerencial, também permite a atuação do profissional contábil nesse mercado. Assim, abre-se uma oportunidade de inovação para o contador do município, tendo em vista que a matéria de mercado de capitais está na sua grade acadêmica, e que grande parte das análises realizadas para identificar a garantia e rentabilidade do investimento são relatórios do cotidiano do contador, como a Demonstração de Resultado, o Balanço Patrimonial e os Índices de Liquidez.

Referencial teórico

Mercado Financeiro

O mercado financeiro é um equilíbrio econômico dentro do sistema capitalista, em outras palavras, intermedeia os agentes que tem recursos sobrando e emprestam para aqueles que estão deficitários precisam de financiamento.

Segundo Vasconcellos e Garcia (2020) a moeda é um instrumento aceito pela coletividade para intermediar as transações econômicas para pagamento de bem e serviço.

A realocação desses recursos segue um ciclo básico, segundo o Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro (2019):

De um lado, as famílias oferecem os insumos necessários para a produção das empresas, como o trabalho, o capital e os imóveis, em troca dos rendimentos do salário, juros, lucros e aluguéis, o que em conjunto formam a renda dessas famílias. Com essa renda, as famílias adquirem os produtos e serviços ofertados pelas empresas. O governo, por sua vez, recolhe impostos e taxas dessas famílias e empresas, e devolve para a sociedade em forma de projetos sociais ou serviços básicos não ofertados pelas empresas. (MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS BRASILEIRO, 2019, p.27).

Nesse ciclo, o sistema financeiro se inicia quando uma dessas famílias decide poupar parte do seu salário, começando uma poupança, já outra, decide adquirir um bem, como um veículo ou imóvel, até mesmo uma emergência, sendo superior ao seu salário, precisando de recursos adicionais. Isso ocorrendo em ambiente familiar, podendo se expandir para o ramo empresarial e público (Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro; 2019)

Quando os agentes econômicos formam poupança, ou seja, consomem menos do que ganham, são chamados de agentes superavitários. Quando, por outro lado,

consomem mais que sua renda e precisam recorrer à poupança de terceiros, são conhecidos como agentes deficitários. (MERCADO VALORES MOBILIÁRIOS BRASILEIRO, 2019, p.29).

Com a existência desse tipo de busca, houve a criação de instituições especializadas nesse tipo de operação, que foram se desenvolvendo e evoluindo a ponto de prestar outros tipos de serviço, dando origem ao que conhecemos hoje por sistema financeiro (Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, 2019, p. 28).

Mercado de Capitais

O estudo tem como principal foco o Mercado de Capitais, onde está inserido nossa análise sobre o Mercado de Ações dos escritórios de contabilidade de Dianópolis — TO.

Também chamado de Mercado de Valores Mobiliários, é onde de fato ocorre as operações de agentes superavitários para deficitários, são disponibilizadas várias modalidades de investimento. Sendo constituído por instituições financeiras não bancárias, como prestadores de serviço (Assaf Neto, 2015, p.88).

Sendo que uma das formas para essa interação é a Bolsa de Valores no Brasil onde os agentes econômicos interagem com objetivo de oferecer recursos financeiros a uma taxa de juros como bônus de uma rentabilidade.

Segundo Keynes (1983) o indivíduo tem posse de moeda para três ocasiões:

- Transação para o cotidiano;
- Precaução se ocorrer algum imprevisto;
- Especulação na esperança de receber juros futuramente.

Sendo assim o Mercado de Ações é altamente especulativo na expectativa de obter maiores ganhos no futuro que no presente.

Tipos de Investimentos

Será dado uma introdução a alguns dos investimentos disponíveis. A Lei 6.385/76 conceituou os investimentos de forma bastante restritiva, sendo editada a Medida Provisória 1.637/98, que foi posteriormente convertida na Lei 10.198/01, conceituando de forma mais ampla:

Art. 2. São valores mobiliários sujeitos ao regime desta Lei:

I - As ações, debêntures e bônus de subscrição;

II - Os cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de

desdobramento relativos aos valores mobiliários referidos no inciso II;

III - Os certificados de depósito de valores mobiliários;

IV - As cédulas de debêntures;

V - As cotas de fundos de investimento em valores mobiliários ou de

clubes de investimento em quaisquer ativos;

VI - As notas comerciais;

VII - Os contratos futuros, de opções e outros derivativos, cujos ativos

subjacentes sejam valores mobiliários;

VIII - Outros contratos derivativos, independentemente dos ativos

subjacentes; e

IX - Quando ofertados publicamente, quaisquer outros títulos ou

contratos de investimento coletivo, que gerem direito de participação,

de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de

serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de

terceiros.

§ 1. Excluem-se do regime desta Lei:

I - Os títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal;

II - Os títulos cambiais de responsabilidade de instituição financeira, exceto as debêntures.

(LEI NO. 6.385/1976, ART. 2).

Mercado de Ações

Uma ação na sua definição pode ser entendida como o menor parcela do capital social da empresa S/A.

As ações são tidas como a menor parcela, ou fração do capital social de uma sociedade por ações, ou anônima, sendo um título patrimonial, dando direito e deveres de um sócio, se tornando um acionista. Como um sócio, dependendo do desempenho

financeiro da empresa, receberá juros sobre o capital próprio (Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, 2019, p.71).

Uma ação é um valor mobiliário, expressamente previsto em lei, como já conceituado. No entanto, apesar de todas as companhias ou sociedades por ações terem o seu capital dividido em ações, somente as ações emitidas por companhias registradas na CVM, chamadas companhias abertas, podem ser negociadas publicamente no mercado de valores mobiliários. (MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS BRASILEIRO, 2019, p.71).

As ações podem ter diferentes espécies, no que diz aos direitos dos acionistas, sendo:

- Ações Ordinárias: Dando direito ao de voto do titular em assembleias, podendo influenciar nas decisões da empresa (Assaf Neto, 2015, p. 88). Conforme o Art. 16 da Lei 6.404/76:

Art. 16. As ações ordinárias de companhia fechada poderão ser de classes diversas, em função de:

- I. Conversibilidade em ações preferenciais;
- II. Exigência de nacionalidade brasileira do acionista; ou
- III. Direito de voto em separado para o preenchimento de determinados cargos de órgãos administrativos.
(LEI NO 6.404/1976, ART. 16).

- **Ações Preferenciais:** É retirado o direito de voto, mas se tem preferência no recebimento de dividendos entre um acionista ordinário e no reembolso do capital (Assaf Neto, 2015). Conforme o Art. 17 da Lei 6.404/76:

Art. 17. As preferências ou vantagens das ações preferenciais podem consistir.

- I. Em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo;
- II. Em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele; ou
- III. Na acumulação das preferências e vantagens de que tratam os incisos I e II.

(LEI NO 6.404/1976, ART. 17).

Tais informações estarão disponíveis no Estatuto Social, que é o documento com a origem da empresa, onde é demonstrado a características da sociedade, tipo jurídico, objeto social, capital social e regras dentre acionistas e administradores (Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, 2019, p. 72).

Mercado de Debêntures

As debêntures são títulos emitidos por sociedade por ações destinadas a diferentes utilidades, podendo ser: investimento em uma nova instalação, endividamento ou no capital de giro. Da mesma forma das ações, quem a adquire irá receber o capital investido com acréscimo de juros. (ASSAF NETO; 2015)

No entanto, não se torna sócio da empresa, conforme o Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, 2019: Ao adquirir debêntures, o investidor não está virando sócio da companhia, como

acontece com as ações. (MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS BRASILEIRO, 2019, p. 74).

Assim como a Estatuto Social, as debêntures possuem a Escritura de Emissão, sendo o contrato entre as partes, contendo todos os direitos e deveres entre eles (Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, 2019, p. 74).

As debêntures poderão ser efetuadas com ou sem garantias. Temos conforme o Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, 2019, p. 74:

- Real: envolve o comprometimento de bens ou direitos que não poderão ser negociados sem a aprovação dos debenturistas, para que a garantia não fique comprometida.
- Flutuante: assegura privilégio geral sobre o ativo da emissora, mas não impede a negociação dos bens que compõem esse ativo.

Sem garantia:

- Quirografárias: não possuem preferência sobre os ativos da sociedade emissora, concorrendo com outros credores quirografários em caso de liquidação.
- Subordinadas: em caso de liquidação, terão reembolso apenas em relação a acionistas;

(MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS BRASILEIRO, 2019, p. 74).

Mercado Cambial

No mercado cambial, ou de câmbio, é onde ocorre as operações de compra e venda de moedas internacionais, havendo a conversão das moedas. É um mercado regulado e fiscalizado pelo Banco Central do Brasil (ASSAF NETO, 2015)

Participam desse mercado, instituições financeiras, e autorizadas a operar em câmbio, pode ser usuários desta de turistas até o próprio Banco Central (Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, 2019, p. 243).

Um aspecto importante é a taxa de câmbio, que representa a unidade de uma moeda em relação a outra, onde uma consulta da moeda é feita, denominada cotação, com índices que iremos ver a seguir e tem seus valores convertidos (Assaf Neto, 2015, p. 107).

Caderneta de Poupança

A caderneta de poupança, ou apenas poupança, é o investimento mais tradicional e seguro, praticamente todas as instituições financeiras oferecem esse tipo de aplicação. Houve uma alteração na forma de cálculo dos juros, até maio de 2012 tal juro era sempre de 6,0% a.a. (ao ano), correspondendo a 0,5% a.m. (ao mês) + Taxa Referencial (TR), que é disponibilizado pelo Banco Central (BACEM). No entanto, a partir dessa data, a Taxa Selic, a taxa básica de juros da economia, que passou a ser vinculada na equação. Passando a ser da seguinte forma: se a meta para Selic for superior a 8,5%, vale a regra antiga, caso a meta da Selic for igual ou menor que 8,5%, os juros da caderneta de poupança são reduzidos para 70% da Selic mais a TR (Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, 2019, p. 88).

O lado simplificado da poupança, é permitir o depósito e o saque a qualquer momento, onde se utiliza o termo liquidez

imediate. Os recursos aplicados se destinam em sua grande parte para financiamento imobiliário (Assaf Neto, 2015, p. 97).

Certificado de Depósito Bancário (CDB)

O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é um investimento onde um capital é aplicado em um prazo fixado em instituições financeiras. A remuneração pode ser prefixada, onde o investidor já sabe o valor a receber no prazo final. Havendo também a pós fixada, aonde parte dos juros corresponde a um índice, e a outra a taxa combinada na contratação (Assaf Neto, 2015, p. 96).

Se atentando ao prazo de vencimento, pois a retirada antes dele, resulta na perda da remuneração combinada. O risco nesse tipo de investimento é no caso de a instituição financeira ter seu fechamento, mas o investidor está seguro pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC) (Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, 2019, p. 89).

Tesouro Direto

O Tesouro Direto faz parte dos Títulos Públicos, pois são emitidos pelos governos federais, estaduais e municipais, utilizando o Mercado Financeiro para suprir necessidades para custeio de investimentos públicos ou dívidas fiscais (Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, 2019, p. 91).

O Tesouro Direto é um programa de venda de títulos públicos para investidores pessoas físicas por via eletrônico (Internet). Nessa modalidade, a compra dos títulos é feita diretamente, não ocorrendo em

custos de intermediação. (MERCADO FINANCEIRO, Alexandre Assaf Neto, 2015, p. 71).

O título será classificado de acordo com sua natureza, podendo ser:

- Prefixados: Os títulos prefixados são aqueles que têm taxa de juros fixa, ou seja, você já conhece no momento do investimento. É o investimento ideal para quem quer saber exatamente o valor que receberá ao final da aplicação, no vencimento do título.
- Tesouro Selic: Os títulos Tesouro Selic são títulos pós-fixados que possuem rentabilidade atrelada à Taxa Selic. A Taxa Selic é a taxa básica de juros da economia. É o investimento ideal para quem quer começar a investir no Tesouro Direto.
- Tesouro IPCA: A rentabilidade desse título está atrelada à inflação, medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Ou seja, esses títulos oferecem rendimento igual à variação da inflação mais uma taxa prefixada de juros.
(TESOURO DIRETO, Conheça todos os títulos do Tesouro Direto, 2020).

Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)

A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de renda fixa, normalmente emitido por instituições financeiras públicas, onde o crédito é direcionado para operações de empréstimo e financiamento para o setor do agronegócio. Tem um sistema parecido com o da CDB, existindo a possibilidade de ser pós ou prefixado, ou ainda ligado a inflação (Assaf Neto, 2015, p.98).

Legislação das S.A no Brasil

A lei que instituiu as Sociedades por Ações ou Sociedades Anônimas no Brasil foi a 6.404 de 1976, onde em seu primeiro artigo fala:

Art. 1.º A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas, ou adquiridas. (LEI NO 6.404/1976, ART. 1).

Essas sociedades, que são as companhias têm seu capital social, dividido entre os sócios, que se tornam acionistas, sendo considerado uma sociedade de capital, onde o acionista é livre para negociação da sua parte da melhor forma que lhe parecer respondendo apenas pelo valor de emissão de suas ações (Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, 2019, p. 122).

Existem duas classificações para a companhia, as de capital aberto, que suas ações podem participar do mercado de ações e as companhias de capital fechado, devido sua organização, não

permitem a emissão de ações dessa forma. O Art. 4 da Lei 6.404/76 as regulamenta:

Art. 4.º. Para os efeitos desta Lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão esteja, ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.

§ 1.º Somente os valores mobiliários de emissão de companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários podem ser negociados no mercado de valores mobiliários.

§ 2.º Nenhuma distribuição pública de valores mobiliários será efetivada no mercado sem prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários. (LEI NO 6.404/1976, ART. 4).

Normatização, Regulamentação e Garantia

Banco Central do Brasil (BACEN)

O Banco Central se trata de uma autarquia federal, que tem a principal missão de institucionalizar e assegurar a estabilidade de poder de compra e moeda nacional do sistema financeiro. Estabelecido com a Lei da Reforma Bancária, a Lei n.º 4.595 de 1964 (Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, 2019, p. 40).

Dentre as principais atribuições do BACEN, Assaf Neto, 2015, descreve:

- Fiscalizar as instituições financeiras,

aplicando quando necessário, as penalidades previstas em lei. Essas penalidades podem ir desde uma simples advertência aos administradores até a intervenção para saneamento ou liquidação extrajudicial da instituição;

- Conceder autorização as instituições financeiras no que se refere ao funcionamento, instalação ou transferência de suas sedes ao pedido de fusão e incorporação;
- Realizar e controlar as operações de redesconto e as de empréstimos dentro do âmbito das instituições financeiras bancárias;
- Executar a missão do dinheiro e controlar a liquidez de mercado.

(MERCADO FINANCEIRO, Alexandre

Assaf Neto, 2015, p. 47).

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

A Comissão de valores Mobiliários a autarquia responsável pelo mercado de capitais, sendo responsável por fiscalizar e desenvolver esse mercado aqui no Brasil. Foi estabelecida pela Lei n.º 6.385 de 1976 (Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, 2019, p. 41).

Sua atuação abrange, conforme Assaf Neto 2015:

- Instituições Financeiras do mercado;
- Companhias de capital aberto, cujos valores mobiliários de sua emissão encontra-se em negociação na bolsa de

- valores e mercado de balcão;
- Investidores, à medida que é seu objetivo atuar de forma a proteger seus direitos. (MERCADO FINANCEIRO, Alexandre Assaf Neto, 2015, p. 48).

Brasil, Bolsa e Balcão (B3)

A B3 é a fase final da fusão de 3 companhias, se trata da estrutura que torna responsável a emissão de ações para serem negociadas na bolsa de valores.

Originalmente, as primeiras bolsas criadas no Brasil foram a do Rio de Janeiro — RJ e Salvador — BA no ano de 1851. Em São Paulo — SP foi criada em 1890, mas devido a políticas financeiras da época, seu fechamento ocorre um ano depois. Em 1895, ainda em São Paulo, é criada a Bolsa de Títulos de São Paulo, passando a se chamar em 1934 a Bolsa Oficial de Valores de São Paulo. Em 1967, se torna a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) (Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, 2019, p. 233).

Com a evolução do mercado e novas formas de títulos e valores mobiliários surgidos, é criada em 1984 a Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados (CETIP) e em 1986 a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) (Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, 2019, p. 234).

Devido à forma de atuação, e por se complementarem, ocorreu a fusão em 2008 da BM&F e BOVESPA, surgindo a BM&FBOVESPA, e em 2017, se fundiram a CETIP, criando a Brasil, Bolsa e Balcão (B3) que conhecemos hoje(BM&F) (Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, 2019, p. 234).

Fundo Garantidor de Crédito (FGC)

O Fundo Garantidor de Crédito se trata de uma associação privada sem fins lucrativos, sendo composta pelas instituições financeiras e associações de poupança que participam do mercado financeiro. Busca oferecer mais garantias aos investidores dos seus recursos na ocorrência da instituição de investimento decretar uma liquidação extrajudicial ou na pior das hipóteses, a falência, onde o valor máximo garantido é de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) (Assaf Neto, 2015, p. 106).

Créditos são garantidos pelo Fundo Garantidor de Créditos:

- Depósitos à vista ou sacáveis mediante aviso prévio;
- Depósitos de poupança;
- Letras de câmbio (LC);
- Letras hipotecárias (LH);
- Letras de crédito imobiliário (LCI);
- Letras de crédito do agronegócio (LCA);
- Depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado RDB (Recibo de Depósito Bancário) e CDB (Certificado de Depósito Bancário);
- Depósitos mantidos em contas não movimentáveis por cheques destinados ao registro e controle do fluxo de recursos referentes à prestação de serviços de pagamento de salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares;

- Operações compromissadas que têm como objeto, títulos emitidos após 8 de março de 2012 por empresa ligada.

(FUNDO DE GARANTIA DE CRÉDITO, Sobre a Garantia FGC, 2020).

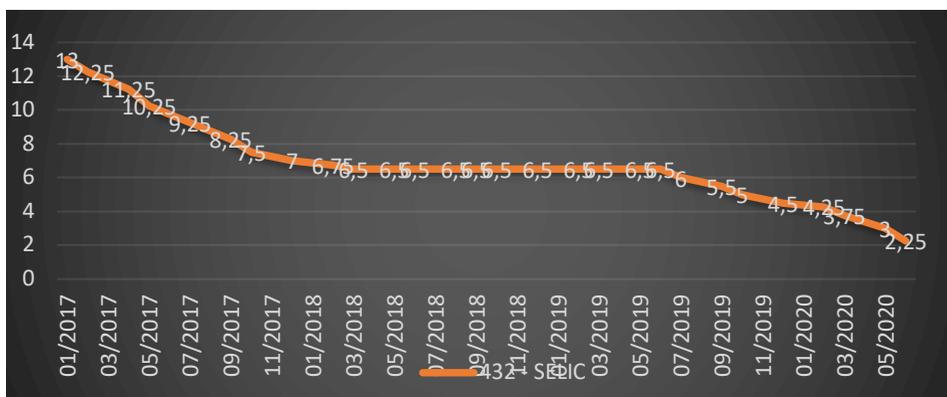
Índices

Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC)

A SELIC é a menor da história do Brasil e está em 2,25%, anual. Ela tem o significado como taxa de juros básica da economia e todos os investimentos principalmente de renda fixa tem ligação direta ou indireta a rentabilidade e juros.

A Taxa SELIC é publicada diariamente pelo Banco Central, representando a média ponderada pelo volume das operações de financiamento, lastreamento em títulos públicos federais. Se trata da taxa básica de juros, usada de referência em toda espera da política monetária (Assaf Neto, 2015, p. 109).

Gráfico 1 – Taxa de juros - Selic definida pelo Copom % a.a. (ao ano)



Fonte: BACEN, 2020

Em 2017 conforme o Gráfico 1, estava em 13%, a partir daí foi declinando pouco a pouco até chegar a menor da história já registrada pelo BACEN.

Taxa de Inflação

A Taxa de Inflação representa o acréscimo percentual médio nos preços de diversos bens e serviços produzidos pela economia, onde seu uso varia dependendo do segmento pratica, a que utilizaremos é o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), sendo de responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mantê-la sob controle e executar os sistemas de metas (Assaf Neto, 2015, p.122).

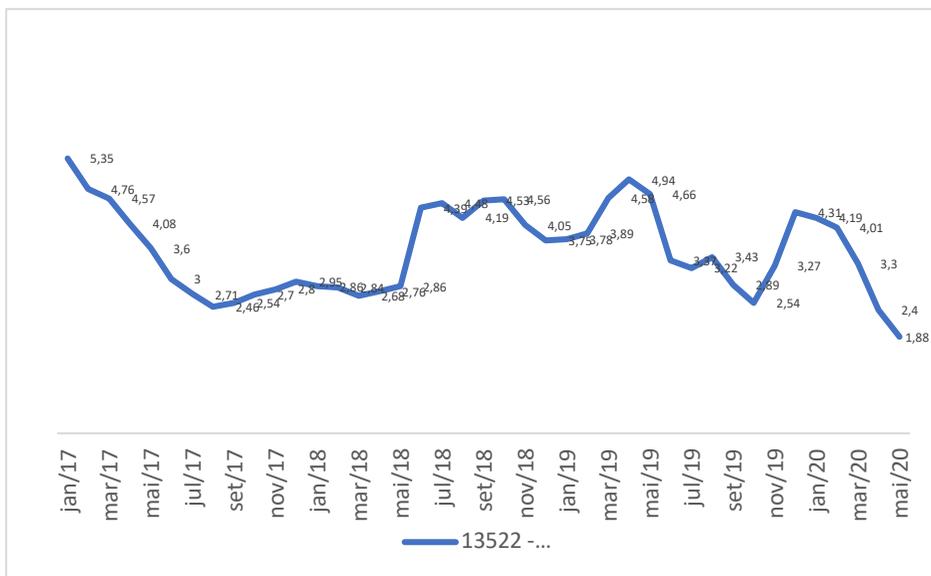
Tabela 1 – Acumulados do ano - IPCA

Ano	Varição acumulada no ano (%) IPCA
1996	9,56
1997	5,22
1998	1,65
1999	8,94
2000	5,97
2001	7,67
2002	12,53
2003	9,30
2005	5,69
2006	3,14
2007	4,46
2008	5,90

2009	4,31
2010	5,91
2011	6,50
2012	5,84
2013	5,91
2014	6,41
2015	10,67
2016	6,29
2017	2,95
2018	3,75
2019	4,31
2020 Jan a Mai	-0,16
TOTAL	142,72

Fonte: IBGE, 2020.

Gráfico 2 – Índice nacional de preços ao consumidor (IPCA) % a.m.



Fonte: IBGE, 2020.

Taxa Referencial (TR)

A Taxa Referencial é obtida com base nas remunerações medias dos investimentos de CDB operado pelos maiores bancos. Sua divulgação se torna importante, pois permite que os agentes econômicos melhorem suas estimativas perante as outras taxas utilizadas na economia. Sendo publicada pelo Banco Central (Assaf Neto, 2015, p. 154).

Ibovespa

O Ibovespa ou Bovespa, é o principal índice do mercado de ações brasileiro. Representa o desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade no mercado. Sendo de responsabilidade da B3 (Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, 2019, p. 257).

Gráfico 3 – Índice Ibovespa - Variação mensal



Fonte: B3, 2020.

Índice de Gestão da Contabilidade no Mercado de Ações

A contabilidade tem as ferramentas e a expertise para contribuir na opção do melhor investimento.

Segundo Marion (2009) do ponto de vista do investidor temos:

Quadro 1 – Indicadores do ponto de vista para o investidor

Índices do Investidor	Formúla	Índice se trata de:
Valor Patrimonial da Ação	$VPA = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{N.º de Ações do Capital Social}}$	É um índice para comparação com o valor no mercado de ações
Lucro Líquido por Ação	$LLA = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{N.º de Ações do Capital Social}}$	Indica quanto cada ação rendeu no exercício
Índice Preço / Lucro	$P/L = \frac{\text{Valor do Mercado de Ações}}{\text{Lucro Líquido por Ação}}$	Indica quantos exercícios são necessários para que o investidor recupere o valor investido
Dividendos por Ação Capital Social	$\frac{\text{Dividendos}}{\text{N.º de Ações do Capital Social}}$	Indica o quanto cada investidor irá receber por ação nos dividendos

Fonte: Autores dados Marion, 2009.

Certificado de Depósito Interbancário (CDI)

O Certificado de Depósito Imobiliário passou a funcionar com o CETIP, de uma forma semelhante a Selic, mais voltado a títulos privados, mas podendo com títulos públicos desde que esses se encontrem em posse do setor privado. Tal título, permite a transferência de recursos entre as instituições do sistema financeiro, para manter certo equilíbrio. Quando a taxa é utilizada na forma de uma referência para investimento, ela é atrelada a TR (Assaf Neto, 2015, p. 69).

Análise de Investimentos

A Análise de Investimentos trata do conjunto de técnicas utilizadas, objetivando a melhor expectativa de retorno para determinado investimento, que podem ser realizadas de forma autônoma pelo investidor, ou vinculada a uma entidade competente. Existem dois tipos, a Análise Fundamentalista e a Análise Técnica.

Apesar do processo de decisão de investimento acionário, ser muitas vezes, desenvolvido de maneira mais intuitiva, é indispensável, para efeito de um posicionamento mais radical de mercado, que a aplicação financeira seja reflexo de uma avaliação mais formal desses ativos.

Os modelos de avaliação procuram, em sua essência, projetar o comportamento futuro dos ativos financeiros, formulando previsões com relação às variações de seus preços no mercado. (MERCADO FINANCEIRO, Assaf Neto, 2015, p.269).

Análise Fundamentalista

A Análise Fundamentalista busca avaliar as variáveis internas e externas que influenciam diretamente no desempenho da empresa, que permitem uma simulação de curto a longo prazo. De acordo com o Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, 2019, existem dentro da fundamentalista, a parte das informações contábeis da empresa, como:

- O Balanço Patrimonial, que retrata a situação econômico-financeira até um determinado período, representando os ativos e passivos.
- A Demonstração de Resultado, que representa o fluxo financeiro da atividade da empresa no exercício.
- A Liquidez Corrente, que demonstra a capacidade de pagamento da empresa.

Análise Técnica

A Análise Técnica, também conhecida como Gráfica, busca estabelecer o desempenho da empresa através do comportamento gráfico passado do mercado, mais direcionada a investimentos de curtíssimo prazo, utilizam-se gráficos diários e para prazos maiores, gráficos mensais. Tais gráficos, demonstram as oscilações nos preços das ações (Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, 2019, p. 257).

Inovação dos Serviços Contábeis

Para o processo de inovação, recorrendo ao Manual Oslo, temos:

Uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas. (MANUAL DE OSLO, FINEP, 1997, p.55).

A prestação de serviço no mercado financeiro ou de capitais por escritórios contábeis se trata de uma inovação, pois a contabilidade passará a lidar com um serviço, que antes não era oferecido, sendo considerado uma inovação de produto, passando a atingir um novo público, o de pessoas físicas.

Mercado de Ações e Expectativa da Pós Pandemia

Mercado Primário e Secundário

Retornando para as ações com expectativas futuras, será aprofundado o momento em que as negociações ocorrem, denominados de mercado primário e secundário. O mercado primário tem esse nome, pois é quando a negociação se inicia, quando o ativo de determinada empresa, começa a participar do mercado, buscando recursos para promover seu crescimento. No mercado secundário, é onde ocorrerá as negociações de compra ou venda de ações, onde serão analisados pelos investidores tendo forte papel informacional, também busca dar liquidez ao mercado primário, viabilizando novas entradas de ativos financeiros (Assaf Neto, 2015, p. 233).

Crise e riscos devido a pandemia

Os dois maiores exemplos de crise internacional que possuímos foi a de 1929 e a de 2008, devido à globalização, não apenas onde ela teve seu início é afetado, todos os mercados dependentes delas são, e como estão em ligadas em cadeia, outros setores da economia também são afetados, mostrando a importância de acompanhar tais índices do mercado financeiro. Para riscos, tem-se a definição do Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, 2019:

A possibilidade de não se atingir o retorno esperado do investimento. E diversos fatores podem concorrer para isso, incluindo mudanças na política, na economia, nas regras de tributação, etc. (MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS BRASILEIRO, 2019, p. 172).

Gráfico 4 – Evolução Mensal IBOVESPA



Fonte: BM&FBOVESPA, 2020.

Conforme Gráfico 04, até 2007 tem crescimento constante com pequenas variações a partir de 2007 e fortemente 2008 teve uma queda abrupta gerada pela crise Internacional gerada principalmente nos Estados Unidos com a bolha imobiliária.

Seguindo a análise do gráfico 04, a partir de 2009 o Mercado de Ações se recuperou aumentando seus pontos em mais de 65.000 mil, o que significa quantos mais pontos obtiver maiores são as negociações e entre altos e baixos oscilando até 2013.

A partir de 2013 o Brasil passou por instabilidade política e econômica o que fez que a inflação subisse a níveis altos chegando à 10,67% ao ano em 2015. Como a SELIC é instrumento de política monetária no controle de inflação, a SELIC chegou a ser cotada a mais de 14% ao ano em 2016. Isso faz com que o investimento de renda fixa seja mais atraente para o investidor com uma alta rentabilidade.

Expectativa pós pandemia

No entanto, ainda no Gráfico 04, após a queda em 2008, tivemos ações dos órgãos competentes para regular o mercado, e tivemos um crescimento, de certa forma abrupto, retornando a economia. Algumas medidas já foram tomadas pelo nosso Sistema Financeiro, no Gráfico 01 fica evidente a diminuição da Selic, mas também se espera um crescimento abrupto como na crise de 2008, trazendo maior rentabilidade nos investimentos, principalmente no mercado de ações, tendo em vista que os investimentos oferecidos por banco e cooperativas de crédito, estão sempre atrelados à Selic, e na situação que ela se encontra, a rentabilidade é muito pouca.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Para atingir os objetivos propostos neste estudo, o processo metodológico foi através de dados primários obtidos nos escritórios de contabilidade de Dianópolis — TO inscritos no CRC — TO (Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins) e da pesquisa exploratória, explicativa, descritiva e bibliográfica. O período da pesquisa foi referente aos dados coletados nos dias de 17 a 22 de junho de 2020, nos 9 (nove) escritórios obtidos na consulta.

A finalidade da pesquisa científica é, além de fazer um relatório ou descrição de fatos levantados empiricamente, desenvolver caráter interpretativo, no que se refere aos dados obtidos. O levantamento dos dados é o primeiro passo de toda pesquisa científica, e pode ser feito por pesquisa documental (de fontes primárias) ou bibliográfica (de fontes secundárias). Para tal, é necessário relacionar a pesquisa com o universo teórico que servirá de base à interpretação do significado dos dados e aos

fatos colhidos ou levantados (MARCONI e LAKATOS 2003). Segundo estes autores:

Método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 83).

A pesquisa exploratória tem como finalidade levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação deste objeto. Esta é uma preparação para a pesquisa explicativa, um estudo preliminar do principal objetivo da pesquisa que será realizada (SEVERINO, 2010). Esse método foi utilizado uma vez que se levantou informações sobre o objeto de estudo que é a preparação dos escritórios de contabilidade no mercado de ações. Esse processo junta-se ao método de pesquisa explicativa, pois além de registrar suas causas, analisa através de métodos matemáticos o comportamento do objeto estudado. Conforme a definição de Severino (2010):

A pesquisa explicativa é aquela que além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas seja através da aplicação do método experimental/matemático, seja através de interpretação possibilitada pelos

métodos qualitativos (SEVERINO 2010, p. 123).

Outro método utilizado foi a pesquisa descritiva, em que foi feita uma descrição dos fatos observados e as características da atuação dos escritórios de contabilidade em Dianópolis — TO. Segundo o conceito de pesquisa descritiva, apresentado por Prondanov e Freitas (2013):

Pesquisa descritiva: quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento (PRONDANOV e FREITAS, 2013, p. 52).

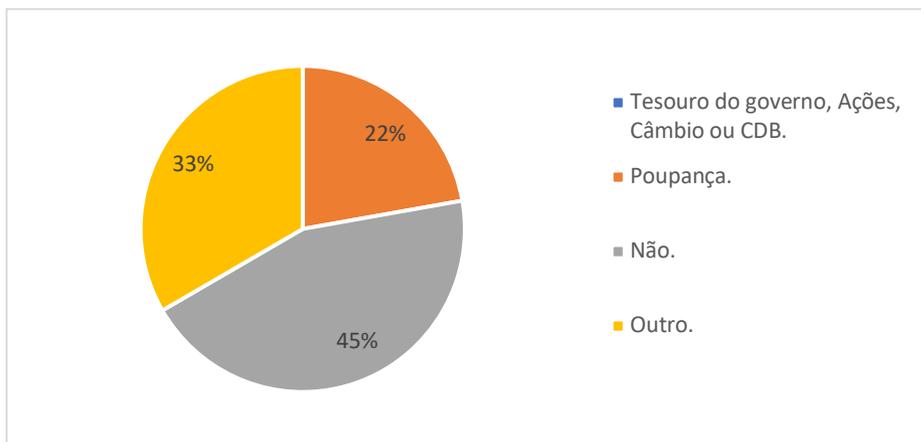
As principais informações para embasar este trabalho foram levantadas através de coleta de dados, com pesquisas de documentos do site do INPI, entre outras fontes devidamente citadas nas Referências Bibliográficas.

Dentro da abordagem descritiva, foi realizado um diagnóstico com a finalidade de conhecer as características do objeto de investigação e entendimento se os escritórios contábeis estão preparados para serviços em investimento no mercado de ações.

Resultado e discussão

Temos o resultado da pesquisa aplicada nos escritórios de contabilidade de Dianópolis — TO, disponibilizados por meio da consulta pública disponível no site do CRC — TO. A pesquisa teve 9 respondentes totalizando a população dos escritórios de contabilidade no município.

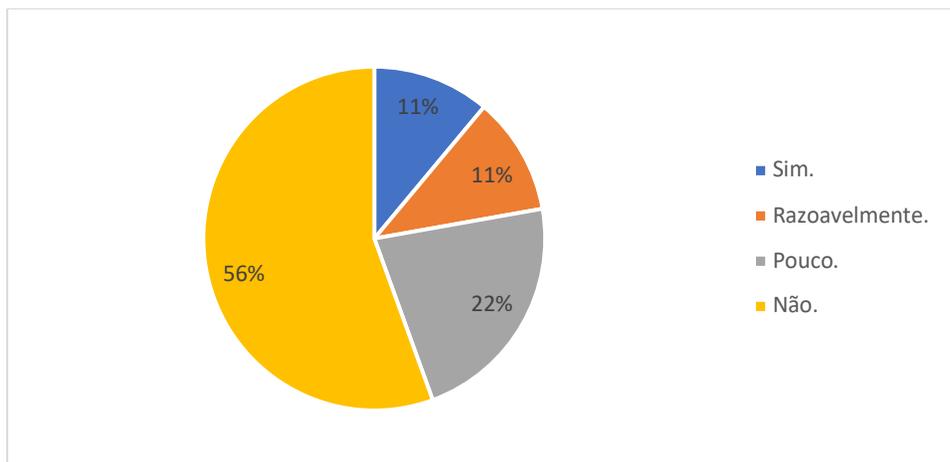
Gráfico 5 – Você, contador ou responsável pela empresa, pessoa física, aplica seus rendimentos em algum tipo de investimento no mercado financeiro?



Fonte: Elaborado pelos autores

A primeira questão foi relacionada a participação do contador, pessoa física, no mercado financeiro, com o intuito de determinar a afinidade e grau de participação no mesmo. O resultado não foi muito animador, visto que 0% optaram por Tesouro, Ações, Câmbio ou CDB. A Poupança como investimento mais popular e de liquidez imediata, ficou com 22%. 45% não fazem nenhum tipo de aplicação do seu dinheiro. Tivemos 33% aplicando em Outros, como Fundo de Investimentos ou LCI.

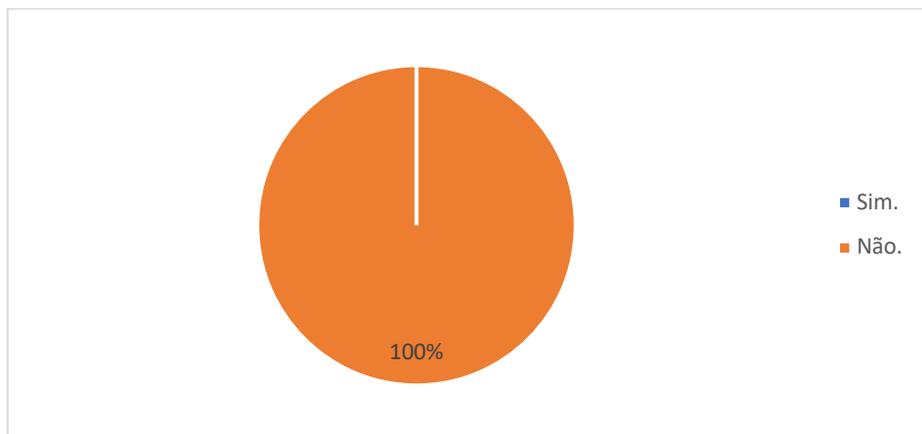
Gráfico 6 – Acompanha o mercado financeiro e de capitais?



Fonte: Elaborado pelos autores

A segunda questão foi relacionada ao acompanhamento do mercado financeiro e de capitais de modo geral, abrangendo os principais índices, acompanhamento de empresas na bolsa e cotação do dólar. Obtivemos 56% em não acompanhar, o que demonstra certa preocupação, pois tais informações ultrapassam o mercado financeiro, determinam a economia devido à globalização. 11% responderam que acompanham, igualmente com a opção de razoável, seguido de 22% de acompanham pouco.

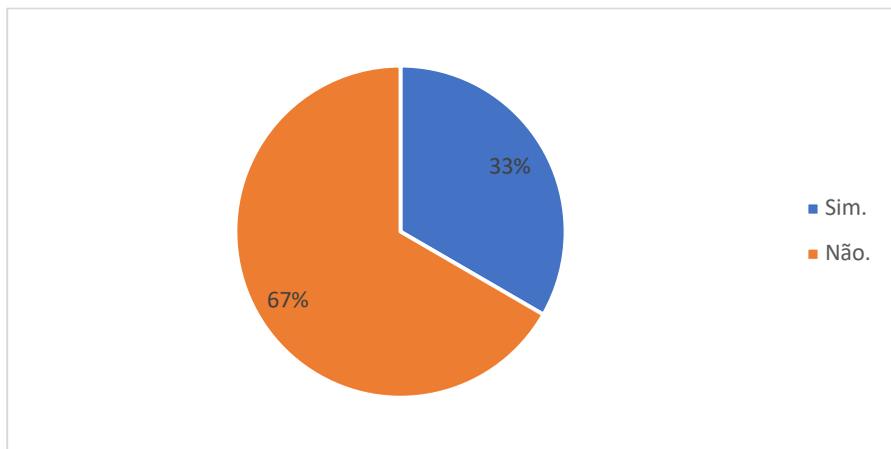
Gráfico 7 – Sua contabilidade atua ou presta algum tipo de serviço no Mercado de Ações?



Fonte: Elaborado pelos autores

A terceira questão, foi para comprovar o serviço de inovação, tendo visto que nenhum dos escritórios entrevistados oferece esse tipo de serviço. O que pode abrir mais espaço para clientes, e ajudar os já existentes em questões financeiras e de investimentos, já que esses ficam dependentes dos bancos e cooperativas de crédito, e esses têm um grupo de investimento pouco interessante para quem busca uma rentabilidade maior.

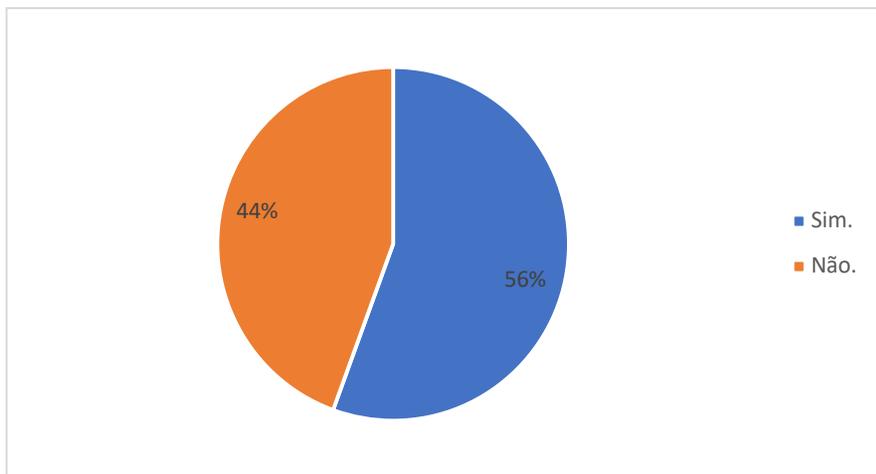
Gráfico 8 – Em seu empreendimento, clientes, pessoas jurídicas ou pessoas físicas já fizeram algum tipo de questionamento sobre esses tipos de investimento: tesouro do governo, ações, câmbio ou CDB?



Fonte: Elaborado pelos autores

A quarta questão, vislumbrando possíveis dúvidas de clientes para os contadores referente a investimentos. Houve 33% para opção de sim, que já foram questionados e 67% para não, que não foram questionados. Temos aqui uma situação que deveria ser diferente, pois o contador sabe muito bem da saúde financeira de determinada empresa por meio de seus relatórios, portanto, falar de gastos, despesas e investimentos, deveria ser uma coisa mais corriqueira entre a empresa e o escritório.

Gráfico 9 – Você teria interesse de ofertar em seu empreendimento, serviços de consultoria no mercado financeiro, caso tenha clientes interessados?



Fonte: Elaborado pelos autores

A quinta e última questão foi relacionada a oferecer esse tipo de serviço caso existisse a busca por mesmo. Onde tivemos 56% para sim, que o escritório passaria a oferecer esse tipo de serviço e 44% para não. Quase que de forma acirrada, com vitória do sim, demonstrando que os contadores não estão apenas desempenhando apenas os serviços comuns na rotina de um escritório, mas que vislumbram novas áreas de atuação.

Tabela 2 – Universidades com curso de Ciências Contábeis disponíveis e Dianópolis – TO

UNIVERSIDADES	GRAU	MODALIDADE	CURSO
Universidade Estadual do Tocantins	Bacharelado	Presencial	Ciências Contábeis
Centro Universitário Internacional	Bacharelado	Distância	Ciências Contábeis
Universidade Pitágoras UNOPAR	Bacharelado	Distância	Ciências Contábeis
TOTAL			3

Fonte: MEC, 2020.

Conforme tabela 2 existem três ofertantes do curso de Ciências Contábeis na cidade e dentro das grades curriculares das mesmas todos tem matérias de Mercado Financeiro e Mercado de Capitais, o que demonstra que o contador tem a possibilidade de realizar consultorias de investimentos.

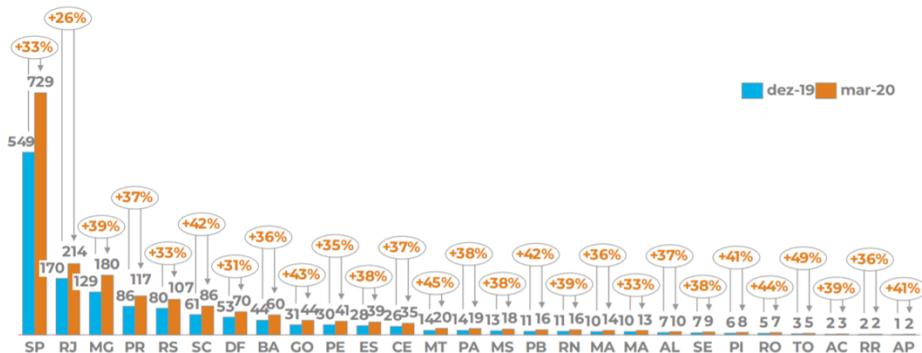
Gráfico 10 – Crescimento do número de investidores na bolsa por região

REGIÕES SUDESTE, SUL E DF POSSUEM O MAIOR NÚMERO DE INVESTIDORES



Número de Investidores por Estado

EM MILHARES DE DOCUMENTOS COM POSIÇÃO EM MAR/20



Fonte: B3, 2020.

Vale ressaltar que o Brasil vem aumentando o número de investidores quando analisados março de 2020 com relação a dezembro de 2019. Só no Tocantins teve um aumento de 49% conforme gráfico 10.

Considerações finais

Tivemos altos e baixos nas respostas obtidas, de acordo com o material pesquisado, o contador está apto a realizar uma boa análise fundamentalista, tendo em vista que são relatórios do cotidiano contábil. Temos 3 faculdades de Bacharelado em Ciências contábeis no município de Dianópolis — TO, conforme consulta no MEC e disponível na Tabela 02 abaixo, possuindo na grade curricular de todas a matéria de Mercado de Capitais, dando uma introdução aos principais investimentos, como o mercado financeiro e de ações funciona, bem como uma introdução as análises, mais uma vez,

tendo mais um ponto positivo para a atuação. Quanto a legalidade da atuação, o contador deve se enquadrar no Artigo 9 da CVM n.º 598/2018, onde se faz necessário ter curso superior e ser aprovado pelo exame de qualificação técnica definida pela Comissão de Valores Mobiliários.

De pontos negativos, tivemos a pouca atuação no mercado, tendo em vista que nenhum contador investe como pessoa física no mercado de ações. Tivemos o pouco acompanhamento do mercado financeiro, que não se trata apenas da parte de investimentos, mas a economia de uma forma geral, o que facilita as análises para investimentos. Outro ponto foi a pouca busca por investimentos em escritórios contábeis, onde o profissional contábil estando atualizado sobre a saúde financeira das empresas que cuida, ficou esperado que seria mais positivo.

Confirma-se a pesquisa no quesito de inovação de serviço, tendo em vista que nenhum escritório consultado presta esse serviço, perdendo de certa forma para os bancos e cooperativas de crédito, que na atual situação, tem seus investimentos fragilizados e abaixo do esperado, devido a todos eles estarem atrelados à Selic, tornando as ações mais vantajosas. Tem-se ainda o interesse dos escritórios em oferecer esse tipo de serviço caso tenha interesse.

Temos a hipótese de interesse com uma palestra do “Mil a Milhão”, realizada na Expo-Sudeste, que ocorreu no município de Dianópolis — TO em 14 de julho de 2019, onde de acordo com o SEBRAE de Dianópolis participaram mais de 300 pessoas, com o registro de 77 empresas. Em consulta pública ao Portal da Transparência, contam-se 64 empresas privadas nos municípios, ou seja, empresas dos municípios vizinhos também compareceram.

Os precedentes respaldados com acontecimentos do passado em especial 2008 com a crise econômica internacional e a crise política e econômica a partir de 2014 no Brasil, de acordo com

o Gráfico 05, em ambos os casos houve uma subida considerável no número de negociações dos acionistas.

Vale ressaltar que a taxa de juros SELIC no Brasil nas crises citadas no parágrafo acima estava muito elevado o que torna os investimentos de renda fixa mais atraente para o investidor. O presente estudo limitou-se aos escritórios de Dianópolis – TO, portanto pode servir para futuros estudos relacionados ao tema.

Para concluir se tem uma expectativa de crescimento do mercado de ações pós pandemia, onde se o cenário já se mostra uma deflação para o ano de 2020 e a taxa SELIC o menor da história, portanto o investidor que optar por renda variável neste mercado, terá uma probabilidade de uma rentabilidade acima da renda média dos investimentos oferecidos em outras modalidades.

Referências

ASSAF NETO, ALEXANDRE. **Mercado Financeiro**. Alexandre Assaf Neto: 13. ed. São Paulo; Atlas, 2015.

B3, **Índices**. Brasil, Bolsa e Balcão, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/>. Acesso em: 09 de jun. de 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Estatísticas**. Banco Central do Brasil, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas>>. Acesso em: 09 de jun. de 2020.

BRASIL. Lei n. 11.638, de 28/12/2007. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 28/12/2007. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Lei n. 11.941, de 27/05/2009. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 28/05/2009. Secção 1, p. 3.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro**. Comissão de Valores Mobiliários Brasileiros: 4. ed. Rio de Janeiro, 2019, 381p. Disponível em: <<https://www.investidor.gov.br/publicacao/LivrosCVM.html>>. Acesso em: 09 de jun. de 2020.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO TOCANTINS, **Consulta Pública Completa**. Conselho Regional De Contabilidade Do Tocantins, Palmas, 2020. Disponível em: <<https://www3.cfc.org.br/spwTO/consultacadastral/TelaConsultaPublicaCompleta.aspx>>. Acesso em: 09 de jun. de 2020.

DIANÓPOLIS – TO, **Expo-Sudeste**. Dianópolis – TO, Dianópolis, 2019. Disponível em: <<http://dianopolis.to.gov.br/noticias/572>>. Acesso em: 25 de jun. de 2020.

FUNDO DE GARANTIA DE CRÉDITO, **Sobre a Garantia FGC**. Fundo De Garantia De Crédito: São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.fgc.org.br/garantia-fgc/sobre-a-garantia-fgc>>. Acesso em: 09 de jun. de 2020.

JUNGMANN, D. M; BONETTI, E. A. **A caminho da inovação: proteção e negócios em bens de propriedade intelectual**: guia para empresário. Brasília: IEL, 2010.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia de Pesquisa**: um guia prático. Bahia: Via Litterarum, 2010. 86 p.

KEYNES, J.M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Traduzido do original inglês de 1936.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003. 311p.

MANUAL DE OSLO. **Diretrizes para Coleta e Interpretação de dados sobre Inovação**. Traduzido pela FINEP. Rio de Janeiro, Edição 2005. 184 p. Disponível em <<https://goo.gl/2GRfu0>> Acesso em: 28 nov. 2018.

MELLAGI FILHO, ARMANDO; ISHIKAWA, SÉRGIO. **Mercado Financeiro e de Capitais**. Armando Mellagi Filho: Sérgio Ishikawa. 2. ed. 10. reimpr. São Paulo: Atlas, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**. Ministério Da Educação, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22 de jun. de 2020.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, **Busca Pessoa Jurídica**. Portal da Transparência. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/pessoa-juridica/busca/lista?pagina=1&tamanhoPagina=10&tipoNaturezaJuridica=2&ufPessoaJuridica=TO&municipio=1707009&>>. Acesso em: 25 de jun. de 2020.

PRONDANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Rio Grande do Sul: Freevale, 2013. 277 p.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de economia**. São Paulo: 1ª ed. Best Seller, 1999.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2010. 304 p

TESOURO DIRETO, **Conheça todos os títulos do Tesouro Direto**. Tesouro Direto: Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.tesourodireto.com.br/titulos/tipos-de-tesouro.htm>>. Acesso em: 09 de jun. de 2020.

VASCONCELLOS, MARCO ANTÔNIO SANDOVAL DE; GARCIA, MANUEL ENRIQUEZ. **Fundamentos de Economiza**. Marco Antônio Sandoval de Vasconcellos, Manuel Enrique Garcia: 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

TECNOLOGIA VISANDO MAIS ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E AUTONOMIA

Anderson da Costa Lacerda e
Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

Introdução

As temáticas acessibilidade e inclusão encontram-se na agenda das discussões e das políticas públicas brasileiras, observamos nesse cenário desde *live ou streaming* como também em grandes eventos acadêmicos, sendo discutido, escrito e publicado em vários artigos, agora citaremos alguns desses estudos através das seguintes temáticas. "Acessibilidade para inclusão da pessoa com deficiência: Sobre o que estamos falando?" (PIMENTEL; PIMENTEL, 2017). "Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na educação física" (MAZZARINO; FALKENBACH; RISSI, 2001). "Inclusão e Acessibilidade" (MANZINI, 2005). Para se mencionar apenas alguns artigos que a nossa busca nos revelou como resultado.

Esses artigos, acima, desenvolvidos visam destacar condições de acessibilidade, inclusão a pessoas com deficiência,

para que tais possam desfrutar de seus direitos com dignidade e em igualdade de oportunidade com os demais. No entanto, queremos destacar que essa 'dupla' a 'acessibilidade' e a 'inclusão' necessita de um terceiro parceiro que é a 'autonomia'. Logo, como a acessibilidade, a inclusão e a autonomia poderiam ser os três tenores alcançando um público composto das mais diversas especificidades? Poderia as Tecnologias da Informação e comunicação (TIC) deixar a sua contribuição junto a esses três tenores?

Feitosa (2023) explica que a palavra tenor, tenores tem sua base originada no latim *tenere*, a palavra tenor significa sustentar. Então, como a acessibilidade, a inclusão e a autonomia poderiam sustentar os direitos de muitos em nossa sociedade? As TIC nesse cenário atuariam como barítono que no meio musical atua como voz intermediária. A palavra barítono de base Indo-europeia se originou do grego *barys* que versa uma grande quantidade de palavras, como barítono. (PALAVRA, 2004). Assim, como as tecnologias da Informação e comunicação deixariam sua contribuição de forma massiva ampliando o cenário, um ambiente de acessibilidade, inclusão e autonomia?

Esse artigo tem como objetivo discutir como as tecnologias da informação e comunicação (TIC) no âmbito educacional, TIC é a sigla para Tecnologias da Informação e da Comunicação e diz respeito às máquinas, equipamentos (*hardware*) e programas, aplicativos (*software*) que geram o acesso ao conhecimento, através de redes de computadores conectados ao redor do globo. Esses pode ampliar a acessibilidade, a inclusão possibilitando mais autonomia para aqueles que algumas vezes estão marginalizados e a par da sociedade.

Percebemos que a estrutura escolar do nosso tempo precisa de adaptações, novas estratégias, isso em caráter de urgência, com situações inovadoras visando o bem estar de modo suave, tranquilo, encorajando esses alunos a ter novas aventuras pedagógicas de aprendizagem que atendam aos seus interesses.

Contextualização metodológica

A metodologia utilizada foi através de pesquisa bibliográfica, revisão de literatura, para o desenvolvimento desse trabalho acadêmico os seus argumentos alicerçaram-se em produções científicas publicadas anteriormente sobre a temática desse assunto, buscando releitura, análise e sistematização em conversa com diversos conceitos, teorias autorais. Em concordância com argumentos encontrados nas bases científicas de dados como: Scielo, Google acadêmico entre outros.

Onde foi possível construir conversações sobre as seguintes temáticas: Tecnologias da informação e comunicação (TIC), acessibilidade, inclusão e autonomia podem fluir em concordância. Quais os obstáculos que impedem o avanço das TICs no ambiente escolar, no setor acadêmico? O que é preciso para implementá-la?

Nessa pesquisa bibliográfica, procuramos explicar os conceitos citados, posicionando-nos de forma crítica, nos remetendo hora ao passado, hora ao presente. Usamos como base os conceitos de Minayo que embora focalizem aspectos da pesquisa qualitativa no âmbito da saúde, seus conceitos e princípios aplicam-se, seguramente, à pesquisa educacional. Incluindo-se nesta os que constituem atualmente o campo da educação profissional. (LIMA et. al., 2014) De modo a produzir outras possíveis contribuições com o debate a cerca do tema.

Os Conceitos

Uma primeira leitura das palavras nos ajudará a compreender como essas estão entrelaçadas quando visamos aplicar no bem estar dos indivíduos em nossa sociedade. Manzini, (2005) cita que:

O termo acesso tem sido muito utilizado atualmente. Na área da educação, fala-se sobre o acesso ao currículo; na de saúde, pode-se observar a questão do acesso a

medicamentos; em termos de participação social, pode-se visualizar o assunto acesso ao trabalho. Esses conceitos estão de certa forma, relacionados, mas suas essências são diferentes. [...] O termo acesso significa a necessidade de luta para alcançar um objetivo. (MANZINI, 2005, p. 31).

Manzini (2005) deixa claro que:

[...] o termo acessibilidade parece refletir algo mais concreto, palpável. O conceito de acessibilidade se sedimenta em situações que podem ser vivenciadas nas condições concretas da vida cotidiana, ou seja, a acessibilidade parece ser algo que pode ser observado, implementado, medido, legislado e avaliado. . (MANZINI, 2005, p. 31-32).

A regulamentação da acessibilidade aconteceu em processos, inicialmente com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), passando pelo Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), até se firmar na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), amplamente conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI). A LBI tem por objetivo que todas as pessoas com deficiência tenham acesso à educação, à saúde, ao lazer e ao trabalho, entre outros direitos. No tocante à educação, a lei acima dispõe do:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades

físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (BRASIL, 2015).

No ambiente educacional, o conceito de inclusão significa “escola para todos”, essa referência assumiu o conjunto de estudantes que vêm sendo tradicionalmente deixados em segundo plano pela escola ou alunos que necessitam de um plano ‘b’, considerados todos como estudantes com “necessidades educacionais especiais”. (MENDES, 2017, p. 62).

O segundo tripé, Lipsky e Gartner (1977) definem inclusão como:

A provisão de serviços para estudantes com deficiências, incluindo aqueles severamente incapacitados, na escola da vizinhança, em classes comuns de crianças de idade apropriada, com o suporte necessário de serviços e apoios suplementares (para a criança e ao professor), de modo a assegurar o sucesso acadêmico, comportamental e social e preparar a criança para participar plenamente como membro contribuinte da sociedade. (LIPSKY; GARTNER, 1977, p. 763).

O termo educação inclusiva se baseia que:

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as

crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (UNESCO, 1994, p. 3).

Breitenbach, Honnef e Costas (2016) sobre inclusão destacam a 'Declaração de Salamanca onde:

A Declaração de Salamanca (1994) oferece um ordenamento de ações que preconizam os encaminhamentos educativos com ênfase na educação inclusiva. [...] A Declaração de Salamanca (1994) traz a educação inclusiva como a possibilidade de "reforçar" a ideia de "educação para todos", como se, até então, alunos com deficiência e/ou com outras necessidades educacionais especiais não frequentassem a escola. (BREITENBACH; HONNEF; COSTAS, 2016).

A inclusão significa que o aluno obtenha sucesso no aprendizado geral.

[...] Incluir o aluno com necessidade especial na escola regular tem sido avaliado como expectativa de empenho no Brasil. Diante desse cenário é possível observar uma transformação gradual no contexto

educacional dos alunos com deficiência (ASSIS; MARTINEZ, 2011).

O Plano Nacional de Educação, para o decênio de 2014 a 2024, Lei n.º 13.005/2014 estabelece que a:

Meta 4: universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014).

O terceiro tripé, Paulo Freire e Ira Shor (1997) já definem autonomia como:

Um processo dialético de construção da subjetividade individual, que depende das relações interpessoais desenvolvidas no espaço vivencial. Consiste no amadurecimento dos seres para si, que, como autêntico vir a ser, não ocorre em data marcada (FREIRE; SHORP, 1997, p. 121).

A autonomia na educação faz com que o sujeito possa adquirir e formular as próprias leis e regras durante o processo de desenvolvimento e por meio das relações estabelecidas com os outros no contexto em que está inserido. (ALVES; OLIVEIRA; MELO, 2022).

Para tanto, deve-se considerar a singularidade da pessoa, como um indivíduo único, porque sua subjetividade é uma manifestação da plenitude de sua vida. A experiência e a vivência ocorrem da coletividade e se contextualizam pela cultura do grupo social em que ela se insere. (MINAYO 2011; 2012, apud, LIMA et. al, 2014).

Um local de acesso que inclua vários dos seus poderá ajudar na construção e aprimoramento da personalidade destes. Porém, como as (TIC) poderá acrescentar algo a mais no desenvolvimento desses indivíduos? Segundo Proinfo, TIC na educação:

É um programa de formação voltado para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais. (BRASIL, 2010).

Infelizmente as instituições de ensino em todas as esferas não acompanharam a evolução e disponibilidade tecnológica. Bittencourt e Albino (2017) contextualizam que:

Um dos desafios que a sociedade e as instituições de ensino encontram neste momento é a falta de conhecimento e treinamento em mídias digitais de toda comunidade acadêmica. Esse pode ser um dos fatores que têm contribuído para a não utilização adequada das novas tecnologias disponíveis nas atividades de ensino e aprendizagem. (BITTENCOURT; ALBINO, 2017)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prevê que a escola possibilite aos estudantes apropriar-se das linguagens das tecnologias digitais e tornem-se fluentes em sua utilização. Como estabelecido na competência geral 5 da BNCC de 2018 que é:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018).

Em consonância deve acontecer, também, a consolidação da aplicação dos recursos tecnológicos em cada disciplina, conforme explicitada nas orientações para o Ensino Fundamental. (BRASIL, 2018).

Final do Século XX ao início do século XIX o uso de tecnologias da informação

Uma sociedade cada vez mais conectada, um mundo globalizado, o dia a dia de cada um de nós está conectado as (TIC) nas mais variadas tecnologias digitais, essa previsão não é nova. Segundo Castells e Cardoso (2006, p.17):

O nosso mundo está em processo de transformação estrutural desde a década de 1980 do Século XX. Tal transformação é um processo multidimensional, mas está associado à emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de comunicação e informação, que teve início nos anos 1960 e que se

difundiram de forma desigual por todo o mundo. (CASTELLS; CARDOSO, 2006).

Um mundo dependente cada vez mais das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e, sobretudo ligado nas redes virtuais conectadas à internet. Com informações que circulam em uma velocidade que preocupa muitos pesquisadores, Moraes (2013) alerta que:

A rede mundial de computadores, mais conhecida como Internet, representa uma preocupação recente das ciências humanas (principalmente a Sociologia, a Psicologia e a Comunicação) em busca de compreender as alterações que esse sistema provoca na sociedade e no comportamento humano. Acreditamos que essa metamorfose também ocorre no espaço geográfico. (MORAES, 2013, p. 142).

É importante ressaltar que as (TIC), no seu sentido mais amplo, ultrapassa a mera reflexão de produção ou ferramenta. Moraes (2013) acrescenta que:

Durante grande parte da história do desenvolvimento da informática, os computadores foram relegados a simples dispositivos para cálculo. A revolução informática, porém, apresentava seus primeiros avanços ainda na década de 1970 com a criação de computadores, chips e microprocessadores que progressivamente aumentavam de capacidade e velocidade de maneira proporcional à redução do tamanho das máquinas. As mudanças tecnológicas

ocorridas desde o início dos anos 1980 proporcionaram a superação do funcionamento do computador apenas para cálculo. (MORAES, 2013, p. 143).

Em meados da década de 1980, Rabah Benakouche (1985) relatava as mudanças que as tecnologias da informação, na época informática, através dos computadores promoviam a sociedade:

[...] É forçoso observar que a generalização do uso do computador tem importantes impactos sociais. Com efeito, o computador é portador de uma racionalidade específica, que certamente imporá novas formas de organização, de relações de produção, de divisão social do trabalho, em suma, novas estruturas e modos de funcionamento das sociedades. Isto pode ser previsto a partir da avaliação de determinadas experiências em curso. No caso, pode-se citar o trabalho à distância (teletrabalho), que deverá colocar a atual divisão do espaço em rural e urbano e, mais profundamente ainda, as relações de trabalho (patrão/assalariado). Na escola, a introdução do computador está criando o triângulo professor/aluno/máquina, que poderá destruir as paredes da instituição escolas. Em suma, com a generalização do uso do computador, ou seja, com a expansão da informática, a sociedade será mais e mais remodelada. (RABAH BENAKOUCHE, 1985, p. 12).

As tecnologias da informação e comunicação passou a englobar, também, a ideia de estruturas, processos ou serviços, Moraes (2013) destaca que:

O lançamento do sistema operacional Windows (principalmente a versão "95"), a consolidação de algumas infraestruturas necessárias para o desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e, principalmente, a difusão comercial da Internet, possibilitaram de maneira efetiva a emergência de uma sociedade informacional. (MORAES, 2013, p.143).

Vivemos outra realidade a era das (TIC) a qual os alunos, professores e a sociedade geral, mudaram seus pensamentos e a sua forma de agir. Tudo mudou ao longo dos anos, a educação também passou por essas mudanças Moraes (2013) corrobora que:

O aumento da importância dos fluxos informacionais através de computadores do final do Século XX (e também do início do Século XXI) distingue-se de qualquer outro momento da história da humanidade. O desenvolvimento de novas atividades promovidas e/ou facilitadas pelas novas tecnologias penetrou de maneira intensa em diversos campos da vida social, desde o trabalho ou questões políticas e econômicas, até a esfera dos relacionamentos sociais. (MORAES, 2013, p. 144).

Até o presente momento tem se pesquisado sobre meios, ferramentas e tecnologias que podem ser usados para atividades com alunos que tenham alguma necessidade especial dentro do

ambiente escolar de ensino. A tecnologia assistiva segundo De Souza et al. (2005, apud, ZULIANI, 2015, p. 4), é um termo aplicado para se referir a ferramentas que devem auxiliar na rotina de pessoas com deficiência.

O artigo 3º, inciso III, da referida Lei define tecnologia assistiva ou ajuda técnica como “produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”. (BRASIL, 2021, p.7).

Para Almeida et. al., (2012, p. 32):

Dentro de uma nova pedagogia que acolha metodologias de ensino com o uso das TIC's, além da facilidade e da qualidade de informações que se tornam disponíveis e das inúmeras possibilidades de um processo de aprendizagem interativo/construtivo, espera-se contribuir para a autonomia intelectual do aluno. Ao adaptar-se ao uso das tecnologias, ela poderá buscar respostas às suas próprias inquietações, e essa busca – incluindo-se aí a seleção e análise das informações, é uma das maiores contribuições que a aprendizagem pela tecnologia pode dar ao aluno. (ALMEIDA, et. al., 2012, p. 32).

Almeida et. al., (2012, p. 32) também afirmam que:

Uma nova prática pedagógica deverá mostrar que a utilização das TIC's na escola precisa ser feita de maneira interativa e não apenas expositiva, ou seja, o aluno deve atuar sobre as tecnologias, interagindo, pesquisando, interpretando, refletindo, construindo e agregando conhecimentos. Ela inicia, mas vai muito além do uso das mídias para a simples exposição de conteúdo, como substitutos de cartazes ou da própria lousa.

Saviani (2011, p. 48) afirma que "considerando-se que a educação visa à promoção do homem, são as necessidades humanas que irão determinar os objetivos educacionais".

Modelo de inclusão acessibilidade e autonomia com tecnologia assistiva

Citamos alguns exemplos de tecnologia assistiva, desenvolvidas na área de acessibilidade, inclusão e autonomia aplica aos "Surdos". O engenheiro de software e programador, o queniano Roy Allela, de 25 anos, criou uma luva inteligente que converte a língua de sinais queniana em áudio podendo se comunicar diretamente, sem o auxílio de intérpretes. Segundo Roy Allela:

A luva reconhece letras e palavras e envia a informação para um aplicativo de Android, que vocaliza em tempo real o que está sendo dito. Os usuários também podem configurar a linguagem, o gênero e o tom da vocalização por meio do aplicativo. Os resultados chegam a 93% de precisão, segundo Roy. (ALVES, 2019).

A ideia surgiu, segundo o engenheiro de software, porque sua sobrinha, tem alguma perda auditiva. E ele desejava se comunicar com sua sobrinha. Os familiares não sabem a 'Língua de Sinais Queniana' e tem dificuldade em se comunicar com a menina. (ALVES, 2019).

O engenheiro de software Roy Allela



Fonte: Notícias Observatório 3.º Setor.

O programador está tentando disponibilizar dois pares de luvas em cada escola para crianças com deficiência auditiva, "Surdas" no Quênia. Acredita que as luvas poderiam ser usadas para ajudar as 34 milhões de crianças em todo o mundo que têm algum tipo de perda de audição. (ALVES, 2019).

Outro caso de luva Inteligente é o que converte Língua de Sinais britânica (BSL) por meio de Aplicativo. A inventora saudita Hadeel Ayoub, fundadora da startup BrightSign, situada em Londres,

explica como desenvolveu BrightSign, uma luva inteligente que opera com auxílio de Inteligência Artificial (IA) para ajudar os usuários da língua de sinais britânica a comunicar diretamente, sem a assistência de intérpretes.

Como doutoranda na época, Hadeel Ayoub, disse que “começou a desenvolver a luva como parte do meu projeto de doutorado, cujo tema era o uso do reconhecimento dos gestos na tecnologia “usável” (wearable)”. (JEWELL, 2019). Ela relata que seu desejo era: “Gostaria que BrightSign desse às pessoas com dificuldades de audição ou de fala a independência e a de que todos desfrutamos quando comunicamos uns com os outros. Quero dar voz aos que não podem falar”

Após desenvolver suas pesquisas com diferentes usuários da (BSL), ela compreendeu que as pessoas fazem sinais em diferentes estruturas gramaticais e usam o seu vocabulário de língua de sinais em diferentes contextos. (JEWELL, 2019). Podemos exemplificar esse cenário com a ‘Língua Brasileira de Sinais’ (LIBRAS) possui como ordem básica a estrutura SVO (sujeito + verbo + objeto) e, a partir desse ordenamento sintático, outras construções são derivadas. No entanto, em algumas composições de frases, as duas mais comuns são: Sujeito + Verbo + Objeto [SVO] e Objeto + Sujeito + Verbo [OSV]. (SCHLINDWEIN; AQUINO, 2020, p. 95)

Por essa razão foi decidido incluir no projeto da luva um algoritmo de aprendizado de máquina (machine learning) para aprender com os sinais do usuário de modo que cada usuário pudesse treinar sua luva com seus próprios gestos e criar um banco de dados da língua de sinais de forma personalizada. (JEWELL, 2019).
Desenvolvedora Hadeel Ayoub



Fonte: Revista da OMPI - Cortesia de BrightSign

Como a pesquisadora conhece a língua de sinais britânica, ela explica que 'foi fácil adaptar e testar o sistema no qual vinha trabalhando para reconhecer os gestos e traduzi-los em voz.' A princípio, o sistema era extremamente simples, mas o interesse e as reações despertadas quando ganhei a *hackatona IBM*, mostrando-lhe que essa tecnologia atendia a uma real necessidade a convenceram a fazer desse desenvolvimento o seu foco da pesquisa. (JEWELL, 2019).

Protótipo da luva inteligente



Fonte: Revista da OMPI - Cortesia de BrightSign

Segundo a desenvolvedora, essa tecnologia visa adaptar as necessidades de cada indivíduo de forma personalizada, dando a estes autnomias que todas as pessoas desejam ter, o que a startup visa é criar um produto personalizável e a preço acessível. Eles esclarecem que 'nossa luva é destinada a qualquer pessoa cuja principal maneira de comunicar seja a língua de sinais ou que tenha dificuldades de audição ou de fala. Nossa meta é dar voz aos que não podem falar.' (JEWELL, 2019).

Os desenvolvedores da luva tecnológica já tinham um pré-conhecimento da língua de sinais de seu país. O que resultou em mais um estímulo em desenvolver tal produto tecnológico.

Infelizmente essa não é a realidade de muitos alunos surdos. Teles et. al., (2018) explica que:

No caso dos alunos surdos, muitos professores não dominam a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e com isso não conseguem se comunicar com eles. E é nesse momento, que esses alunos precisam de um outro professor, um intérprete que auxilie nesse processo de aprendizagem. (TELES; VÉRAS; ARAÚJO, 2018, p.2).

Ao ofertar a Libras como disciplina obrigatória nos cursos de nível superior no Brasil, poderia despertar nos discentes, futuros pesquisadores das mais diversas áreas a desenvolver seus projetos acadêmicos, voltados para a inclusão, a acessibilidade e a autonomia dos 'Surdos' usuários da Libras.

Incentivo ao uso da tecnologia na educação

No Brasil, (2021) destaca-se o Atual Plano Nacional de Tecnologia Assistiva, conforme estabelecido no Decreto nº 10.645/2021, tem como diretrizes:

- I. Eliminação, redução ou superação de barreiras à inclusão social por meio do acesso e do uso da tecnologia assistiva;
- II. Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação para a criação e implementação de produtos, de dispositivos, de metodologias, de serviços e de práticas de tecnologia assistiva;
- III. Fomento ao empreendedorismo, à indústria nacional e às cadeias produtivas na área de tecnologia assistiva;

- IV. Promoção da inserção da tecnologia assistiva no campo do trabalho, da educação, do cuidado e da proteção social; e
- V. “Priorização de ações voltadas ao desenvolvimento da autonomia e da independência individuais”.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), estima que mais de um bilhão da população mundial sejam pessoas com deficiência (PCD) ou tenham algum tipo de incapacidade, correspondendo cerca de 15% da população mundial. (BRASIL, 2021). Tecnologia Assistiva vem se tornando, ao longo dos últimos anos, uma importante área de pesquisa e de inovação em vários países, mencionamos apenas duas pesquisas, mas outros países estão nessa mesma linha de pesquisa e desenvolvimento.

Segundo o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, no Brasil as iniciativas, as metas e os indicadores previstos na Lei Brasileira de Inclusão e no atendimento aos objetivos previsto, conforme estabelecida em Brasil (2021) destacamos inicialmente as seguintes iniciativas:

INICIATIVA 4: Fomento à pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovações e de formação e capacitação de recursos humanos na área de tecnologia assistiva, com vistas a expandir e fortalecer o ecossistema nacional nessa área.

No Brasil, o incentivo estatal para projetos de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia assistiva ainda é decisivo. Nos últimos anos, foram destinados recursos de forma estratégica, articulando instituições no intuito de promover setores e formar corpo técnico; esse processo deve ser contínuo e com visão a médio e longo prazo contemplando as especificidades das áreas

relacionadas à tecnologia assistiva. (BRASIL, 2021, p.52).

INICIATIVA 5: Fomento e estímulo à cultura empreendedora e ao empreendedorismo de base tecnológica, na área assistiva, buscando expandir e fortalecer as capacidades empreendedoras do país.

O potencial empreendedor observado no mundo acadêmico, ou fora dele, é algo a ser valorizado. Incentivar incubadoras e fundações de pesquisa locais e regionais gera riqueza e ganho social, à medida que qualificam as relações produtivas e elevam o potencial humano. (BRASIL, 2021, p. 53)

INICIATIVA 6: Apoio, implementação, fomento e modernização de centros e redes nacionais de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, de inovação, empreendedorismo e de serviços tecnológicos, que contribuam para a expansão do ecossistema e das competências nacionais em tecnologia assistiva.

A criação e fortalecimento de centros de pesquisa e redes colaborativas juntos a instituições educacionais ou institutos de pesquisas possibilita o desenvolvimento de recursos humanos, ampliação do catálogo de protótipos e criação de fluxos de transferência de tecnologia para o setor produtivo; promovendo a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência; impulsionando também a criação de uma nova relação entre pesquisa e produção industrial nacional. (BRASIL, 2021, p.53).

A temática acessibilidade, inclusão e recentemente autonomia circulam nas agendas das discussões e das políticas públicas brasileiras mais recentes. Assegurar essas condições a pessoas com necessidades especiais significa possibilitar que tais possam desfrutar seus direitos com dignidade e em igualdade de oportunidade com os demais, oferecendo-lhes condições de inclusão em todos os espaços e possibilidade de uso dos equipamentos e bens disponíveis ao público em geral, garantindo-lhes sua autonomia.

Portanto, todos os sistemas educacionais devem garantir não apenas o acesso de pessoas com deficiência à educação, aos prédios, a instituição de ensino, mas também desenvolver condições para que esses alunos possam acompanhar seus cursos adequadamente. (LIMA; CAVAZZANI; SILVA, 2023). Os alunos com necessidades específicas necessitam muito de professores capacitados para essa atividade, então a necessidade de termos professores cada vez mais capacitados a esse nicho de grupo.

Conclusão

Destacamos aqui que a falta de ensino diferenciado, principalmente nos serviços especializados, é fruto da falta de investimento, de profissionalização e de melhores condições de trabalho para que tais profissionais atuem nesses espaços de inclusão. Também, o fato, é que, algumas vezes, eles não conseguem executar seus serviços como deveriam, logo não significa que esses serviços devam ser descontinuados, a extinção não vai resolver o problema de como prover uma escolarização melhor qualificada para esses alunos dando-lhes mais autonomia, visando sua inclusão na sociedade, garantindo-lhes uma melhor acessibilidade. (MENDES, 2017).

Com avanços científicos, tecnológicos e de comunicação, aqueles com necessidades especiais passam a usufruir do apoio das diferentes modalidades de tecnologia assistiva para melhor incluir-

se e desenvolver-se na sociedade, permitindo apoio educacional, social, de esporte, lazer e vida diária, podendo usufruir mais autonomia, melhor acessibilidade e sentir-se incluso na sociedade. Destacamos apenas um modelos de tecnologia assistiva, mas há diversos outros meios que podem ser explorados e aplicados visando mais autonomia, mais acessibilidade e inclusão desses.

Durante a construção desta proposta de pesquisa, foi possível estudar conceitos e refletir em como esses podem colaborar para melhorar o ensino-aprendizagem nas instituições de ensino assegurando mais inclusão, acessibilidade e autonomia aos alunos apoiando assim o processo didático e pedagógico.

O resultado desta revisão bibliográfica indicou, até o momento, que é preciso estudar os conceitos de acessibilidade, inclusão e autonomia na educação, a fim de orientar profissionais e estudantes desta área. Os resultados apontaram também, que uma cultura inclusiva deve assegurar a todos as pessoas livre acesso a ambientes projetados a partir da concepção de espaço que permitam acessibilidade, inclusão e autonomia a todos os indivíduos.

Para um maior acesso à tecnologia da informação e comunicação, se faz necessário um olhar acadêmico para que assim se consiga oferecer novas formas de motivação para o aprendizado e novas maneiras de inclusão, por meio do uso criativo das tecnologias disponíveis, para que usufruam dos espaços, bens e produtos culturais da sociedade de forma igualitária.

É de vital importância à capacitação profissional e a formação de técnicos de nível médio, e nível superior, direta e indiretamente relacionado à tecnologia assistiva, Brasil (2021, p. 6) destaca que os cursos de Língua Brasileira de Sinais, em diversos níveis, são o destaque, com quase 35 mil matrículas entre 2011 e 2021. Logo se conclui, nessa perspectiva, que o Estado precisa garantir o acesso de todas as pessoas aos seus direitos sociais, em condições de igualdade com os demais cidadãos.

Estamos num esforço contínuo de um trabalho importante de estruturação deste espaço de conhecimento no Brasil. O tripé da acessibilidade, inclusão e autonomia incide na importância de que toda pessoa tem o direito fundamental à educação e que precisa levar em conta seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem, tendo por objetivo incluir as tecnologias da informação e comunicação (TIC) no seu ambiente de aprendizagem.

A partir dos estudos apresentados neste artigo, percebemos que apesar dos desafios que ainda permeiam na educação brasileira, notamos que existem também grandes possibilidades para alavancar a educação no século XXI a partir do uso criativo das (TIC) disponíveis. Não conseguimos fechar esse trabalho com todas as respostas, ao contrário deixamos uma questão que continua em análise: Quais os desafios da escola na inclusão na acessibilidade e na autonomia do aluno surdo?

Referências

ALMEIDA, Marcus Garcia de; FREITAS, Maria do Carmo Duarte; SCHMID, Aloísio Leoni; GREEF, Ana Carolina. **A Escola no Século XXI Volume 2: Docentes e Discentes Na Sociedade da Informação**. 2012. Edition: 1 Publisher: Editora Brasport. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350471644_A_Escola_no_Seculo_XXI_Volume_2_Docentes_e_Discentes_Na_Sociedade_da_Inf ormacao. Acesso em: 29 out. 2023.

ALVES, Isabela. **Queniano cria luvas que convertem a língua de sinais em áudio**. 2019. Revista Observatório 3.º setor. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/queniano-cria-luvas-que-convertem-linguagem-de-sinais-em-audio/>. Acesso em: 28 out. 2023.

ALVES, Jovelina Carvalho; OLIVEIRA, Maria Laudeci Andrade Maciel; MELO, Simone Pacheco de Albuquerque Lins. **Uma reflexão sobre a**

importância da construção da autonomia no processo educativo. 2022. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 22, nº 30. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/30/uma-reflexao-sobre-a-importancia-da-construcao-da-autonomia-no-processo-educativo#:~:text=A%20autonomia%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20faz,contexto%20em%20que%20est%C3%A1%20inserido>. Acesso em: 31 out. 2023.

ASSIS, Caroline Penteado; MARTINEZ, Cláudia Maria Simões. **A inclusão escolar e utilização de tecnologia assistiva para alunos com sequelas de mielomeningocele: opinião dos professores.** 2011. Revista Educação Especial v. 24, n. 39, jan./abr.. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X1508>. Acesso em: 29 out. 2023

BITTENCOURT, Priscilla Aparecida Santana; ALBINO, João Pedro. **O uso das tecnologias digitais na educação do século XXI.** 2017. Unesp - Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9433>. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. BNCC. Ministério da Educação. **Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto escolar: possibilidades.** 2018. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/193-tecnologias-digitais-da-informacao-e-comunicacao-no-contexto-escolar-possibilidades>. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. . LEI Nº 13.005/2014. 2014. Ministério da Educação. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543->

[plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014](#). Acesso em: 31 out. 2023.

BRASIL. Ráfania Almeida. Proinfo. **Na rede pública, tecnologia atende 24 milhões de alunos**. 2010. Ministério da educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33994#:~:text=O%20Proinfo%20Integrado%20%C3%A9%20um,e%20>. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. República Federativa do. Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. **Plano Nacional de tecnologia Assistiva**. 2021. COMITÊ INTERMINISTERIAL DE TECNOLOGIA ASSISTIVA. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes-mcti/plano-nacional-de-tecnologia-assistiva/pnta_-_documento_web.pdf. Acesso em: 29 out. 2023.

BRASIL. República Federativa do. Secretaria Geral (org.). **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**: institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). 2015. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. República Federativa do. (org.). **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004. Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 29 out. 2023.

BRASIL. República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

. Acesso em: 30 out. 2023.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. **Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil**. 2016. Ensaio: aval. pol. públ. educ. 24 (91). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362016000200005>. Acesso em: 27 out. 2023.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. **A Sociedade em Rede Do Conhecimento à Acção Política**. 2006. Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329970512_A_Sociedade_em_Rede_Do_Conhecimento_a_Accao_Politica_-_Manuel_Castells_Gustavo_Cardoso. Acesso em: 29 out. 2023.

FEITOSA, Mario. **Tenor: principais características dessa voz**. 2023. Disponível em: <https://cursosdecanto.com.br/tenor/>. Acesso em: 26 out. 2023.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

JEWELL, Catherine. **BrightSign: luva inteligente dá voz aos que não podem falar**. 2019. Revista da OMPI. Disponível em: https://www.wipo.int/wipo_magazine/pt/2019/05/article_0005.html. Acesso em: 28 out. 2023.

LIMA, Aline Cristina da S.; MAGALHÃES, Caroline Stéphanie C. A.; ASSIS, Sandra Maria de; SILVA, Sílvia Helena dos S. Costa e. **O DESAFIO DO CONHECIMENTO**. 2014. Revista Eletrônica Inter- Legere (ISSN 1982 -1662) Número 14. Disponível em:

<https://docplayer.com.br/65120491-O-desafio-do-conhecimento.html>. Acesso em: 27 out. 2023.

LIMA, Letícia Aparecida Alves de; CAVAZZANI, André Luiz Moscaleksi; SILVA, Marcus Vinicius Gonçalves da. **Tecnologias Assistivas: recursos para pessoas com deficiência visual e auditiva**. 2023. Práxis Educacional 19(50):e11455. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/371330065_Tecnologias_assistivas_recursos_para_pessoas_com_deficiencia_visual_e_auditiva. Acesso em: 29 out. 2023.

LIPSKY, D. K.; GARTNER, A. **Inclusion and school reform: Transforming America's classrooms**. 2002. Baltimore, MD: Brooks. 994 pp.. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/246876611_Lipsky_DK_Gartner_A_1997Inclusion_and_school_reform_Transforming_America's_classrooms_Baltimore_MD_Brooks_414_pp_3695. Acesso em: 27 out. 2023.

MANZINI, Eduardo José. **Inclusão e Acessibilidade**. 2005. Revista da Sobama, Vol. 10, n.1, Suplemento, pp. 31-36. Disponível em: <https://dokumen.tips/documents/revista-da-sobama-v-10-no-1-suplemento-2005.html>. Acesso em: 26 out. 2023.

MAZZARINO, Jane Márcia; FALKENBACH, Atos; RISSI, Simone. **Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na educação física**. 2001. Rev. Bras. Ciênc. Esporte 33 (1). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/smsPWPv8NHq4P6K7RLLcSBv/?format=html#>. Acesso em: 26 out. 2023.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Sobre alunos "incluídos" ou "da inclusão": reflexões sobre o conceito de inclusão escolar**. 2017. Brasil Multicultural. Disponível em:

https://gestaoeducacaoespecial.ufes.br/sites/gestaoeducacaoespecial.ufes.br/files/field/anexo/educacao_especial_inclusiva.pdf#page=58. Acesso em: 27 out. 2023.

MORAES, Fernando Dreissig de. **CIBERESPAÇO ENTRE AS REDES E O ESPAÇO GEOGRÁFICO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS**. 2013. CAMINHOS DE GEOGRAFIA - revista on line. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/oai:doaj.org-article:7033e65dff9b4351b699dacf89fb108a/Details>. Acesso em: 26 out. 2023.

PALAVRA, Origem da. **Palavra barítono**. 2004. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/palavras/baritono/>. Acesso em: 26 out. 2023.

PIMENTEL, Susana Couto; PIMENTEL, Mariana Couto. **ACESSIBILIDADE PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: SOBRE O QUE ESTAMOS FALANDO?** 2017. Revista da FAEBA- Educação e Contemporaneidade 26(50):91-103. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21879/faeaba2358-0194.2017.v26.n50.p91-103>. Acesso em: 26 out. 2023.

RABAH BENAKOUCHE. **A questão da informática no Brasil**. Brasília: Editora Brasiliense, 1985. 190 p.

SAVIANI, Demerval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2011. 3.^a edição - Campinas: Autores Associados. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4449807&forceview=1>. Acesso em: 29 out. 2023.

SCHLINDWEIN, Ana Flora; AQUINO, Alzenira. **ASPECTOS SINTÁTICOS DA LIBRAS**. 2020. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/12242928072021_Aula_08.pdf. Acesso em: 28 out. 2023.

TELES, Damares Araújo; VÉRAS, Francisca Samaritana Saudita de Oliveira; ARAÚJO, Leidiane de Carvalho. **O ALUNO SURDO NA ESCOLA REGULAR: os desafios da inclusão**. 2018. V Conedu: Congresso Nacional de educação. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA10_ID6046_12092018173715.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

UNESCO (Brasil) (org.). **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994**. 1994. UNESCO Office in Brasília. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394?posInSet=1&queryId=N-EXPLORE-009d05cb-c7dd-4717-8976-cf490ed3fb97>. Acesso em: 27 out. 2023.

ZULIANI, Maria Lúcia da Silva. **Tecnologias assistivas na educação inclusiva**. 2015. Repositório Institucional da UTFPR. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/21050>. Acesso em: 29 out. 2023.

Anderson da Costa Lacerda

Doutorando em 2021 pelo PGCTIn - Programa de Ciência Tecnologia e Inclusão pela UFF - Universidade Federal Fluminense. Mestre pelo Programa de Pós graduação em Ciência e Biotecnologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) de 2016 à 2018. Desenvolveu dissertação de Mestrado com o tema " História em quadrinhos como ferramenta de ensino para divulgação dos benefícios tecnológicos e biotecnológicos na perspectiva da surdez desde a organização da primeira escola para surdos no Brasil?. Com especialização Pós em Docência para a educação profissional e tecnológica, pelo IFES - Instituto Federal do Espírito Santo (2021). Graduado em Gestão da Tecnologia da Informação pela Universidade Estácio de Sá (2014).

Aracelis Gois Morales Rigoldi

Pós-doutorado em Inovação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutora em Administração pela Universidade Metodista de Piracicaba UNIMEP. Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz UESC/UFBA. Especialista em Administração de Marketing e Propaganda na Universidade Estadual de Londrina UEL. Bacharel em Administração pela Faculdade FACCAT - Tupã e Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG. Ex-secretária municipal de Cultura e Turismo da Prefeitura da Estância Turística de Tupã no período de 2005-2012. Turismóloga concursada na Prefeitura da Estância Turística de Tupã. Professora universitária na Faculdades FADAP/FAP e na Faculdades REGES - Osvaldo Cruz nos cursos de Administração e; Estética e cosmética.

César Alessandro Sagrillo Figueiredo

Prof. Adjunto IV em Ciência Política no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Norte Tocantins (UFNT) e Coordenador do Grupo de Pesquisa GELIPE - Grupo de Estudo em Literatura, Política e Ensino, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Docente permanente do PPG Letras/UFNT e do PPG em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais/UFNT. Foi coordenador do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Tocantins, na gestão de abril de 2015 a abril de 2017. Possui doutorado em Ciência Política na linha de pesquisa de Política Internacional pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2013. Possui Mestrado em Ciência Política pela mesma Instituição e programa, em 2009. Foi bolsista de Pós-Doutorado da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) no Programa de Pós-Graduação em Ciências Política (PPGC POL) no período 2013/2014. Realizou estágio de Pós-doutorado no PPG Letras da UFT, desenvolvendo pesquisa com o tema acerca da Literatura do Exílio, no período 2017/2018. Realizou estágio de Pós-doutorado no PPG Letras da UFNT, desenvolvendo pesquisa sobre Literatura e Semiótica, no período de 2019/2020. Atualmente está desenvolvendo estágio de pós-doutorado em Literatura do Testemunho no POSLET/UNIFESSPA. Bolsista produtividade da Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT).

Cleiton Evandro Corrêa Pimentel

Diretor de Governança e Dados do Município de Teresópolis/RJ. Membro Titular da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Estácio de Sá (campus Teresópolis). Consultor Pedagógico do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação / IPAE-RJ. Pós-graduado em Gestão Pública. MBA em Administração, Planejamento e Orçamento Público. Pós-graduado em Educação Ambiental. Pós-

graduado em Perícia e Auditoria Ambiental e Pós-graduado em Desenvolvimento Territorial pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ. Pós-graduado em Gestão Estratégica da Inovação e Políticas de Ciência e Tecnologia pela Universidade Federal do Tocantins / UFT. Biólogo (Registro CRBIO nº 096271/2-D), Jornalista (Reg. Profissional Ministério do Trabalho 0039699/RJ), Professor, Pedagogo com licenciatura plena (habilitado em Administração e Supervisão Escolar e Docência do Ensino Médio). Fundador-Presidente da ONG Padrão Águias da Aventura Objetiva (1ª Brigada Verde de Proteção ao Meio Ambiente / Órgão de formação cívica, ecológica, humanística e social).

Fausto dos Santos Braga Júnior

Graduado em Ciências Contábeis pela Unitins e possui experiência na área contábil.

Gabriel Machado Santos

Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação na Universidade Federal do Tocantins - UFT (2022). Possui Especialização em Economia pela Faculdade Internacional Signorelli (2020). Possui Especialização em Gestão Estratégica em Inovação e Política Científica Tecnológica na UFT (2018). Possui graduação em Ciências Econômicas na UFT (2018). Possui segunda graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade ITOP (2015). Professor e coordenador do curso de Ciências Contábeis câmpus Dianópolis da Unitins.

Gilson Pôrto Júnior

Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo (CEULP-ULBRA) e licenciado em Pedagogia pela UnB. Professor do Programa de Pós-Graduação em Propriedade

Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação – PROFNIT-UFT, do Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn-UFF) e Programa de Pós-Graduação em Museologia (PPGMuseu-UFBA). Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT).

Igor Arnaldo de Alencar Feitoza

Léo Araújo da Silva

Diretor geral da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins – FAPTO.

Marcos Antonio Dozza

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná; Mestrado em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Docente e coordenador do Curso de graduação em Ciências Econômicas e coordenador do escritório modelo de economia da Universidade Federal do Tocantins-UFT. Experiência nas seguintes áreas: finanças empresariais, avaliação de investimentos, economia monetária, economia internacional e contabilidade gerencial.

Marli Terezinha Vieira

Pós-doutorado em Transferência de Tecnologia e Inovação, doutorado em Administração, mestrado em Ciências Contábeis, Especialista em Análise de Dados, especialista em Controladoria, e graduada em Ciências Contábeis e Direito. Atua como professora-pesquisadora na Universidade Federal do Tocantins, no curso de Ciências Contábeis e no mestrado profissional PROFNIT. Coordenou o curso de graduação em Ciências Contábeis e coordenou o mestrado interinstitucional Unissinos-CRC-TO, Portaria Unissinos.

Valéria Rueda Elias Spers

Professor em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP (2004), Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (1997), Especialista em Marketing pela Universidade São Judas Tadeu (1988), Graduado em Administração pela Centro Universitário Salesiano Dom Bosco (1987). Foi professor permanente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Profissão e Administração em Administração da UNIMEP até julho de 2018. Atualmente professor do Centro Universitário Atenas - MG e da Faculdade de Tecnologia de Piracicaba.



Políticas públicas, inovação e tecnologias: olhares em construção

Organizadores:

Gilson Pôrto Jr.

Anderson da Costa Lacerda

Igor Arnaldo de Alencar Feitoza



Observatório
Edições

ISBN 978-65-999742-6-7



9 786599 974267